ISSN 1984-0918

acta Científica

NÚMERO II

fpm

ACTA CIENTÍFICA

Vol. 02 - Número 02

Faculdade Patos de Minas
Patos de Minas - MG
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Acta científica. - Vol. 2, n. 2 (2010)- . - Patos de Minas :
Associação Educacional de Patos de Minas, 2010- :
il.

Trimestral

ISSN 1984-0918

1. Ciências sociais - Periódicos 2. Educação - Periódicos. 3. Meio ambiente - Periódicos. 4. Saúde – Periódicos 5. Linguagem - Periódicos I. Associação Educacional de Patos de Minas.

CDU: 30

Faculdade Patos de Minas

Direção Geral
Dr. Paulo César de Sousa

Direção de Clínicas
Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Direção Jurídica
Dr. Cláudio Giansanti

Direção Administrativa
Luiz César Vilela

Coordenação Acadêmica
Prof. Estanislau Gonçalves Jovtei

Coordenação de Mídias, Tecnologias e Comunicações Institucionais
Eduardo César de Sousa

Coordenação de Projetos
Prof. Sandro Pereira de Carvalho

Coordenação de Recursos Humanos
Regina Oliveira Dias

Coordenação de Projetos e Extensão
Profa. Kênia Junqueira Cardoso

Secretaria Geral
Camila Carla Moura

Editor Responsável
Marcelo Marques Araújo

Conselho Editorial:
Prof. Marcelo Marques Araújo
Prof. Robson Luiz de França
Profa. Nayara Lima
Profa. Sandra Regina Afonso Cardoso
Profa. Kênia Junqueira Cardoso

Coordenadores Cursos de Graduação:
Administração – Prof. Emerson Andrade Câmara
Biologia – Prof. Fredston Gonçalves Coimbra
Biomedicina – Prof. Tassiano dos Reis Cardoso
Educação Física – Profa. Ana Cristina de Sousa
Enfermagem – Prof. José Henrique Nunes Borges / Prof. Diego Oliveira Miranda
Farmácia – Profa. Margareth Costa e Peixoto Pitorra / Profa. Michelle da Silva e Carvalho
Fisioterapia – Prof. Raphael Martins
Matemática – Profa. Eremita Marques Nogueira Barbosa
Odontologia – Prof. Fernando Nascimento / Prof. André Luiz Tannus
Psicologia – Prof. Gilmar Antoniasse Júnior

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:
Gráfica Composer Editora Ltda.

Capas:
WFPM House

Revisão Final:
Prof. Marcelo Marques Araújo

Sumário

07 Apresentação

09 Carta dos Editores

Saúde

13 A esquizofrenia e suas possibilidades de tratamento: uma interface entre a reabilitação e a clínica

Gilmar Junior Antoniassi

Jorge Luiz Borges Nascentes

João Paulo de Sousa

21 Análise do índice de massa corporal (IMC) e da relação cintura-quadril (RCQ) em homens e mulheres da cidade de Carneirinho - MG

Fernando Diniz

Vinícius Freitas

27 Cuidados de enfermagem e assistência psicoemocional ao paciente cirúrgico

Cristiana Costa Luciano

37 A emergência coronariana e o enfermeiro no cuidado sistematizado: um estudo bibliográfico

João Carlos Alves dos Santos

Luiz Fernando Dall Piaggi

53 Promoção de saúde e qualidade de vida: uma revisão bibliográfica

Fernando Diniz

Murilo Pessoni Neves

Rodrigo Hermones

Vinicius de Lima Freitas

Administração e Negócios

67 Risco e retorno: uma abordagem introdutória

André Augusto Locatelli

Educação e Linguagem

79 Educação e psicanálise e seus campos de atuação

Alessander Freitas do Amaral

87 Terminologia e comunicação: interfaces e congruências

Marcelo Marques Araújo

103 Análise semiótica e discursiva de publicidade de fármacos na revista "Veja"

Aila Zittlau

Issakar Lima Souza

Marcelo Marques Araújo

Pesquisadores Convidados

117 A ocupação da fronteira amazônica e a consolidação do projeto de nação

Hidelberto de Sousa Ribeiro

141 La presencia de los estudiantes indígenas de la etnia Xavante en el marco interaccional de las escuelas publicas urbanas: una estrategia de contacto

Marly Augusta Lopes de Magalhães

Apresentação

A Revista Acta Científica, publicação da Faculdade Patos de Minas, apresenta à comunidade acadêmica e científica o volume II, com artigos de diferentes áreas científicas: saúde, tecnologia, educação, linguagem e comunicação. O que diferencia uma faculdade de outra qualquer é o envolvimento com a pesquisa. Uma instituição educacional de ensino superior deve ter o compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão. O conhecimento só é gerado e aplicado de fato quando há um trabalho de pesquisa. Do contrário, ocorre a mera reprodução do saber, que é importante, mas não deve ser a única atribuição da faculdade. É assim que pensamos e agimos na FPM.

E esse trabalho de pesquisa é fundamental para a formação do profissional, para o desenvolvimento da faculdade e para o próprio país. Atualmente, o Brasil está defasado tecnologicamente porque o investimento está muito aquém do desejável. Quando se fala em desenvolvimento da pesquisa, é importante analisar também que, a partir do final da década de 80, quando encerrou-se o período de substituição das importações, o Brasil entrou na chamada globalização abrindo suas fronteiras radicalmente, sem investir em infra-estrutura e dar condições para que as empresas nacionais pudessem competir com as internacionais. E o jogo é desigual. Especialmente nos ramos de informática e engenharia genética, há multinacionais que investem sozinhas o total de recursos que o Brasil direciona para a pesquisa científica. E, ao invés de expandir o nível de investimento, o poder público acabou reduzindo estes recursos.

Há uma associação quase direta entre o nível de escolaridade de um povo e o grau de desenvolvimento científico do país a que pertence. Nações que escolarizaram sua força de trabalho e incentivaram a pesquisa são capazes de desenvolver sistemas produtivos mais competitivos em relação ao mercado internacional.

E a pesquisa universitária é fundamental para que um país possa dinamizar sua economia e aumentar sua balança comercial. Um produto vale mais pelo processo tecnológico nele imbutido do que pela matéria-prima.

Esperamos ansiosamente para que a Revista Acta Científica cumpra o propósito a que veio neste volume II, construir mais um pouco da consciência científica e acadêmica que devem reger uma instituição de ensino superior.

A todos, uma boa leitura!

Dr. Paulo César de Sousa
Diretor Geral

Carta dos Editores

O ensino não deve ser um mecanismo de reprodução ou aprisionamento de uma ideologia, mas sim, a construção de homens dispostos a mudar a realidade, com poder de escolha e consciência crítica. É a partir de revisão de conceitos e de quebra de paradigmas que se busca novos caminhos. Pesquisar, contestar, questionar. A pesquisa aproxima as ciências da realidade. Visa compreender os fenômenos em sua plenitude. Esta revista não vem apenas para refletir o exaustivo trabalho de professores e pesquisadores envolvidos com uma instituição de ensino, mas também, para incentivar alunos e também professores para que se envolvam com a arte da investigação científica.

Isso reflete em artigos publicados no **Dossiê Saúde** que constituem reflexões como a dos pesquisadores *Antoniassi, Nascentes e Sousa* que investigaram a esquizofrenia e as possibilidades de tratamento. A pesquisa também pode envolver um trabalho de campo, como é o caso do artigo publicado pelos pesquisadores *Freitas e Diniz* com temática relacionada ao IMC. A pesquisa com abordagem relacionada à saúde volta-se ao ser humano no artigo da pesquisadora *Costa Luciano* quando analisa a assistência psicoemocional ao paciente cirúrgico. Essa linha também é debatida pelos pesquisadores *Santos e Dal Piaggi* na pesquisa sobre o papel do enfermeiro no cuidado sistematizado. Nessa perspectiva de saúde e qualidade de vida, os pesquisadores *Neves, Hermones e Freitas* também prestam uma importante contribuição.

No **Dossiê Administração e Negócios**, *Locatelli* propõe uma importante análise sobre o Risco e o Retorno de um negócio.

No **Dossiê Educação e Comunicação**, *Amaral* discute a relação Psicanálise e Educação. *Araújo* propõe uma perspectiva introdutória da Terminologia como uma área de pesquisa para a análise de termos da comunicação e linguagem. A Semiótica, uma das áreas de pesquisa mais significativas para o conhecimento, fundamenta a análise de propagandas de medicamentos no artigo de *Zittlau*, *Lima Souza e Araújo*.

No **Dossiê Pesquisadores Convidados**, o Prof. Hidelberto de Sousa Ribeiro, Pós-Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP e Professor Associado da UFMT, discute como e a partir de que momento a Amazônia Legal passa a ser objeto de preocupação do estado e como essa região se insere no projeto de construção/organização da nação brasileira. Em outro artigo de professor convidado da UFMT, a Profa. Marly Magalhães, pesquisadora do CNPQ, discute a inserção indígena no meio urbano e os aspectos críticos que isso envolve, inclusive no que se refere ao conflito lingüístico no espaço escolar. Nossos agradecimentos especiais às contribuições destes dois pesquisadores para a Revista Acta Científica.

O grupo de editores da Revista Acta Científica, Volume II, espera que a seleção de artigos e temas tenha sido profícua e de fato contribua para a divulgação de pesquisas e reflexões dentro do ambiente acadêmico da Faculdade Patos de Minas.

Saúde

A esquizofrenia e suas possibilidades de tratamento: uma interface entre a reabilitação e a clínica

Gilmar Junior Antoniassi[1]
Jorge Luiz Borges Nascentes[2]
João Paulo de Sousa[3]

RESUMO: A esquizofrenia é uma patologia que afeta a razão e a emoção de cerca de um por cento da população mundial, e é considerada a principal síndrome psicótica pela sua freqüência e importância clínica. O objetivo do estudo é propor uma discussão entre as formas de tratamento da esquizofrenia; a reabilitação através da Saúde Pública e a possibilidade de intervenção subjetiva por meio da clínica. Foi adotada a metodologia de revisão bibliográfica narrativa. Nota-se que a literatura aponta alternativas divergentes no quesito tratamento da esquizofrenia, porém funcionais para melhoria da qualidade de vida psíquica do sujeito e possibilidade de adaptação social.

Palavras-chave: Esquizofrenia. CAPS. Clínica. Reabilitação.

Introdução

Perda de contato com a realidade; é essa a frase usada pra definir como se instala uma esquizofrenia no sujeito. Essa patologia afeta a razão e a emoção de cerca de um por cento da população mundial, segundo estudos de Mari & Leitão (2000). Com a doença elas passam a ter prejudicada a capacidade de diferenciação entre o que é realidade e delírio ou alucinação. Os surtos acontecem geralmente no fim da adolescência e início da vida adulta.

Das síndromes psicóticas, a esquizofrenia é considerada a principal pela sua freqüência e importância clínica. (TSUANG; STONE; FARAONE, 2000

---

[1] Psicólogo, orientador, coordenador e professor do curso de Psicologia da Faculdade Patos de Minas.

[2] Acadêmico do 4º. período de graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas.

[3] Acadêmico do 4º. período de graduação em Psicologia da Faculdade Patos de Minas.

apud DALGALARRONDO, 2008, p. 328). Diante de tal seriedade entende-se que não seria incoerência escrever sobre o tema, apesar da vasta literatura existente que já o aborda.

O presente estudo tem como objetivo propor uma discussão entre as formas de tratamento da esquizofrenia; a reabilitação através da Saúde Pública e a possibilidade de intervenção subjetiva por meio da clínica. Para tal, foi adotado o método de revisão bibliográfica narrativa, sendo realizadas pesquisas em bases científicas com os termos "Esquizofrenia", "CAPS", "Clínica" e "Reabilitação", e em livros acadêmicos sobre o assunto.

A etimologia do termo e os tipos de esquizofrenia

O termo esquizofrenia tem origem em duas palavras gregas: *schizein* e *phrênos* que significam fender, clivar ou rasgar e pensamento respectivamente (STERIAN, 2001, p. 41). O termo foi citado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra alemão E.Bleuler para designar um grupo de psicoses já observadas por Kraepelin, também psiquiatra alemão, em seu capítulo "Demência Precoce". Nele elas estão distinguidas nas três formas patológicas que se transformariam futuramente nos três tipos clássicos de esquizofrenia; hebefrênica, catatônica e a paranóide (LAPLANCHE, 2001, p. 157).

A forma hebefrênica é caracterizada pela desorganização do pensamento e idéias bizarras. A catatônica é marcada por alterações motoras, impulsividade e prejuízo no interesse ou vontade. Já a paranóide é a mais conhecida pela sociedade em geral, embora superficialmente, possui sintomas clássicos tais como alucinações e delírios principalmente de cunho persecutório (DALGALARRONDO, 2008, p. 329).

Abordagens psicossociais

A esquizofrenia assim como as demais psicoses tem etiologia idiopática. Os puristas da bioquímica defendem sua origem genética, além da idéia redutiva de que a doença não passa de um mero desequilíbrio químico no cérebro. Enquanto isso os fundamentalistas da psicanálise defendem a foraclusão culpa-

da pela formação da estrutura psicótica e as relações como responsáveis pelo surto. Os psiquiatras vão preferir solucionar os sintomas da patologia com a cada vez mais moderna e eficaz psicofarmacoterapia. Já os profissionais com formação psicanalítica – estes que por suas vezes estão encarregados muito mais de proporcionar higiene mental do que auto-conhecimento – escolherão embarcar no delírio do sujeito e entender o que isto significa subjetivamente.

Atualmente, em função da grande demanda de portadores desse sofrimento, esse discurso abandonou as limitações dos campos médico e científico e passou a ser uma preocupação de caráter social, já que o transtorno afeta o doente e também os outros que o circundam. Além de um saber médico são necessárias outras disciplinas caso o intuito seja de integrar o sujeito socialmente.

> A esquizofrenia é uma doença ampla que, além da psicopatologia, compromete a vida de relação do seu portador. Exige, em geral, o tratamento em equipe multidisciplinar. O psiquiatra deve ponderar que a abordagem exclusivamente médica não dá conta da questão. O tratamento psicossocial é imprescindível para voltar a organizar a vida do paciente. A modalidade da abordagem psicossocial deve ser escolhida de acordo com a evolução do quadro e das possibilidades do paciente (SHIRAKAWA, 2000).

A indicação de abordagens psicossociais visa facilitar o convívio e a possível independência social. O envolvimento da família também é de suma importância já que estes necessitam de orientação que colabore para o convívio com o sujeito adoecido. É fundamental que a família mantenha o controle da administração dos anti-psicóticos, que é o que alivia os sintomas que mais incomodam, mas que também tenha consciência de que, além disso, existe a possibilidade de reintegrar o indivíduo a fim da estabilização do quadro.

Os fatores que conduzem o paciente com esquizofrenia a um novo surto devem ser identificados e precisamente prevenidos. O acompanhamento terapêutico nesse caso é essencial. O psicólogo se apóia no controle dos fatores estressantes que possam desencadear o paciente a novas crises. Esse manejo está diretamente relacionado ao desenvolvimento das habilidades do paciente e de sua família.

As abordagens psicossociais têm como sub-tópicos as técnicas, disciplinas e serviços disponíveis para o tratamento do paciente com esquizofrenia. Técni-

cas como psicoterapia individual, de grupo e familiar são de grande excelência, como afirma Shirakawa: "(...) Na psicoterapia de grupo, o terapeuta deve ser ativo e monitorar o ambiente do grupo (...) estimular e organizar a conversação (...) favorecendo a coesão grupal". O mesmo autor defende a importância da terapia ocupacional enquanto disciplina que recupera e mantém a capacidade de voltar a fazer algo.

> A atividade faz com que a pessoa se organize e possa desenvolver sua criatividade. Não se trata meramente de fazer uma tapeçaria, uma peça de cerâmica ou um desenho. Trata-se de concluir uma tarefa objetiva, propiciando à pessoa a constatação concreta de que ela tem capacidade para executá-la (SHIRAKAWA, 2000).

O dispositivo hospital psiquiátrico prestava um serviço com uma intenção exclusiva no tratamento de pessoas com transtornos mentais inclusive a esquizofrenia. Desde o início do termo e, por conseguinte problema "loucura", a estratégia utilizada como tentativa de saná-la se manifestava de uma maneira absolutamente rudimentar. Entretanto, por outro ponto de vista, a única alternativa alcançada até então. A idéia de exclusividade no tratamento desses pacientes também ganhou uma conotação pejorativa, já que integrar é uma proposta atual que é considerada evolutiva. Para isso a saúde pública conta hoje com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

O CAPS consegue ser articulado o suficiente para oferecer um trabalho multidisciplinar que promova a re-inserção do sujeito com esquizofrenia, assim como com outros transtornos, no meio social. O que remete a uma tentativa, segundo Souza (2008), de considerar como cidadão o sujeito portador de esquizofrenia.

> Dentre as questões envolvidas nesse debate, podemos verificar que a maioria dos trabalhos realizados no campo da saúde pública, em instituições ou comunidades, adota o pressuposto de que o atendimento terapêutico se deve fazer acompanhar do reconhecimento da condição de cidadão daquele que apresenta sofrimento mental (SOUZA, 2008, p. 438).

A perspectiva atual é de que se exerça a terapêutica através de um enquadre cada vez menos tradicional. A inclusão da psicanálise na saúde pública é um dos exemplos de um leque extenso de possibilidades de intervenção inerentes ao

objetivo de uma desmistificação do trabalho em favor da saúde mental. A atuação clínica é tida como modelo, mas o que a sociedade contemporânea exige é "des-elitização" da prática e uma terapêutica realizada fora do *setting* tradicional. O rendimento terapêutico de um paciente com esquizofrenia trabalhado de maneira individualizada é menor do que aquele que é bem assistido pelo CAPS. Isso se dá pela proposta de atendimento multidisciplinar e principalmente pela ótica social seguida por este sistema. Com o crescimento do número de profissionais de psicologia e as diversas áreas de atuação entende-se que a cidadania e o acesso à inclusão social estão diretamente vinculados à prática terapêutica (SOUZA, 2008, p.439-441).

Do ponto de vista de Zenha (2005) a solução para a esquizofrenia enquanto problema, não pode ser reduzida a uma ação meramente reabilitadora. Mesmo criando estratégias de inclusão é fácil incorrer no erro de encarar e tratar a dita loucura como um problema exclusivamente social. O paciente com esquizofrenia além de reintegração necessita de reorganização psíquica, ocupação essa que advém da prática clínica. A reabilitação não pode adquirir caráter meramente adaptativo e conformista, pois a utilização da prática institucional como dispositivo de vigilância é uma forma de fazer uso também de uma prática manicomial.

> Não se trata, também, como nos diz Saraceno (1996), de uma operação técnica, pois reabilitação não é uma nova tecnologia, da qual lançamos mão, para fazer de um paciente "desabilitado" um cidadão habilitado, para passar o indivíduo de um estado de incapacidade para um estado de capacidade. Dessa forma, mantemos o risco de reproduzir processos de condicionamento e adaptação (ZENHA, 2005, p. 75).

Ao entender que a reabilitação é a redentora dos alienados e que seus sofrimentos mentais serão extintos a partir dela, provoca um turbilhão de projetos e propostas sociais que passam a impor, de forma disfarçadamente violenta, ao sujeito um modelo de viver engessado e ausente de subjetividade. Para Zenha (2005) reabilitar não pode expressar a cura dos sintomas que tornam o paciente com esquizofrenia não habilitado a conviver, e sim entendê-los como a tentativa do sujeito em significar seu sofrimento.

A prática institucional, que promove a saúde mental e a possibilidade de

convivência ao portador de esquizofrenia, agencia a negociação entre o sujeito do inconsciente, dotado de subjetividade e o sujeito do direito, que implora pelo acesso a cidadania. Em tal realidade institucional é necessário que se faça uso de uma jurídica embasada na singularidade do sujeito, "respeitando-se a expressão sintomática de cada sujeito" (LAURENT, 2000 *apud* ZENHA, 2005, p.75).

Considerações finais

Enquanto as classes se desentendem nessa complexa tarefa de determinar causa, pessoas continuam sofrendo com os sintomas da doença, com o descaso da saúde pública e principalmente com a falta de informação da sociedade e até mesmo da própria família, o que aumenta o padecer do portador de esquizofrenia e dá força para a complicação do processo. A noção da possibilidade de controle da doença, o que permite uma vida quase normal a quem sofre desse mal, deve ser melhor difundida e encarada com maior seriedade pela saúde pública. Afinal, luta antimanicomial não significa apenas abolir os hospitais psiquiátricos, pelo contrário; implica a uma reestruturação do que diz respeito à saúde mental.

A reabilitação não é a evolução da clínica, mas sim outro dispositivo que trabalha em função da higiene mental. O portador de esquizofrenia, além de sofrer com os desgastantes sintomas da patologia, estende tal agonia à sua família e goza do desprezo de toda uma sociedade. Este sujeito não merece o descaso de ser simplesmente condicionado e readaptado, pois tem o direito de viver como cidadão, incluso e, sobretudo, possibilitado de reorganização psíquica.

Referências bibliográficas

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário de psicanálise Laplanche e Pontalis.** 4 ed. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

MARI, J.J.; LEITÃO, R.J. A epidemiologia da esquizofrenia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2000.

SHIRAKAWA, Itiro. Aspectos gerais do manejo do tratamento de pacientes com esquizofrenia. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2000.

SOUZA, Meriti de. Do terapêutico e da cidadania: leituras sobre discursos e práticas. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 11, p. 437-448, set. 2008.

STERIAN, Alexandra. **Esquizofrenia**. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

ZENHA, Ronaldo de Oliveira. Clínica e reabilitação psicossocial: práticas feitas por muitos. **Revista Mental**. Barbacena: nov. 2005. p. 73-79. Ano III, n. 5.

Análise do índice de massa corporal (IMC) e da relação cintura-quadril (RCQ) em homens e mulheres da cidade de Carneirinho - MG

Vinícius Freitas[1]
Fernando Diniz[2]

RESUMO: Na atualidade uns dos principais fatores determinantes de riscos coronarianos é a obesidade. Considerando os valores de IMC e RCQ como indicadores desencadeadores de doenças cardiovasculares, dentre outras patologias relacionadas ao excesso de peso. O presente estudo teve por objetivo analisar o IMC e a RCQ em homens e mulheres participantes do grupo da melhor idade da cidade de Carneirinho – MG, confrontando os seus resultados às tabelas de referência. A amostra foi composta por 79 pessoas, divididas em dois grupos, tendo o G1 formado por 28 pessoas do sexo masculino e o G2 com 51 pessoas do sexo feminino. Para análise dos dados utilizou-se a média geral de cada variável, o G1 obteve a idade média de 53,11 anos, o G2 com 48,57 anos; em relação ao índice de massa corporal o G1 obteve 25,72 e o G2 27,64 ambos se enquadraram na classificação Sobrepeso. Entretanto na relação de cintura e quadril o G1 ateve na média de 0,91 classificando-se no nível Moderado e o G2 com 0,87 classificando-se no nível Alto. Podemos concluir que no IMC, ambos os grupos estão sobrepeso. Porém, na RCQ observamos que os homens detenham de uma melhor saúde quando confrontado com os resultados das mulheres, no qual se destaca o alto risco de desenvolver problemas cardíacos.

Palavras-chave: Obesidade. Atividade física. IMC. RCQ.

Introdução

Hoje em dia uns dos principais fatores determinantes de riscos coronarianos é a obesidade, no entanto ela é vista como uma relação co-dependente com os outros fatores como, por exemplo, estilo de vida sedentário (PINTO,

[1] Mestrando em Promoção de Saúde – UNIFRAN, Especialista em Fisiologia e Nutrição aplicada ao Exercício, e-mail: freitas23@bol.com.br

[2] Professor do departamento de Anatomia Humana da Faculdade Patos de Minas - FPM, Mestrando em Promoção de Saúde – UNIFRAN, e-mail: fernandoldiniz@yahoo.com.br

et al, 2007). No mundo a população obesa vem aumentando cada vez mais, tornando-se algo muito preocupante, pois a partir do excesso de peso ela se torna vulnerável a doenças cardíacas e ou crônicas degenerativas. No entanto se reduzíssemos os fatores de risco, eventualmente diminuiríamos as possibilidades de desenvolver uma coronariopatia.

Em todas as regiões brasileiras temos as doenças cardiovasculares como contribuintes significativos de um grupo causal de mortalidade. Além disso, "constituem uma das principais causas de permanência hospitalar prolongada e são responsáveis pela principal alocação de recursos públicos em hospitalizações no Brasil". (CASTRO et al, 2004, p. 370). É evidente a relação entre as patologias coronarianas e obesidade, deste modo, vários métodos são empregados para determinar a distribuição de gordura corporal, sendo eles originários das medidas antropométricas de espessura de dobras cutâneas e de circunferências corporais (PINTO, et al, 2007).

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 1995) recomenda o uso da das variáveis antropométricas para a prevenção dos fatores de risco das doenças crônicas. Além do peso e altura, ela sugere a circunferência de cintura e quadril, a fim de avaliar o acúmulo de gordura abdominal. Entretanto estes indicadores são diferentes para homens e mulheres, devido à questão hormonal, onde os homens tendem a apresentar maior quantidade de gordura abdominal, apresentando o padrão masculino ou andróide de distribuição de gordura. Já as mulheres tendem a apresentar maior proporção de gordura na região glútea, determinando o padrão feminino ou ginóide de distribuição de gordura corporal.

De acordo com o estudo publicado na revista científica Journal of the American College of Cardiology, a variável de relação cintura-quadril (RCQ) é uma das medidas mais apuradas para identificar os riscos associados a doenças coronarianas, sendo mais fidedigno que o Índice de Massa Corporal (IMC). Ela é uma melhor indicação da possibilidade de um indivíduo desenvolver aterosclerose e complicações como infarto do miocárdio e derrame cerebral (SEE, et al, 2007).

Sabemos que o acúmulo de gordura corporal é um risco para a saúde, mas outro fator que deve ser levado em consideração é a distribuição desta gordura pelo corpo. Os indivíduos com gordura elevada na região do tronco em comparação com a parte inferior do corpo têm maior risco de no futuro vir

desenvolver uma doença cardíaca coronariana. Sendo esta "um componente (junto com o acidente vascular cerebral) de doença cardiovascular" (PINTO, et al, 2007, p.1).

Considerando os valores de IMC e RCQ como indicadores desencadeadores de doenças cardiovasculares, dentre outras patologias relacionadas ao excesso de peso. O presente estudo teve por objetivo analisar o IMC e o RCQ em homens e mulheres participantes do grupo da melhor idade da cidade de Carneirinho – MG, confrontando os seus resultados às tabelas de referência.

Metodologia

A amostra foi composta por 79 pessoas, divididas em dois grupos, tendo o G1 formado por 28 pessoas do sexo masculino e o G2 com 51 pessoas do sexo feminino. Foram incluídos na amostra da pesquisas aqueles participantes do Grupo da Melhor Idade que ao serem convidados resolveram participar da pesquisa por livre e espontânea vontade, perante assinatura de termo de consentimento informado.

Materiais e métodos

Foram analisadas as variáveis antropométricas: peso, e altura para encontrar o índice de massa corporal (IMC) conforme a classificação da Organização Mundial de Saúde (WHO, 1998); e circunferência de cintura e quadril (cm) para encontrar o índice de relação de cintura e quadril (RCQ) conforme as **tabelas 1 e 2** de classificação do programa Physical Test 5.0.

Tabela 1: Classificação Masculina RCQ.

Classificação Masculina				
Idade	**Baixo**	**Moderado**	**Alto**	**Muito Alto**
De 20 a 29	< 0,83	0,83 a 0,88	0,89 a 0,94	> 0,94
De 30 a 39	< 0,84	0,84 a 0,91	0,92 a 0,96	> 0,96
De 40 a 49	< 0,88	0,88 a 0,95	0,96 a 1,00	> 1,00
De 50 a 59	< 0,90	0,90 a 0,96	0,97 a 1,02	> 1,02
De 60 a 69	< 0,91	0,91 a 0,98	0,99 a 1,03	> 1,03

Tabela 2: Classificação Feminina RCQ.

Classificação Feminina				
Idade	**Baixo**	**Moderado**	**Alto**	**Muito Alto**
De 20 a 29	< 0,71	0,71 a 0,77	0,78 a 0,82	> 0,82
De 30 a 39	< 0,72	0,72 a 0,78	0,79 a 0,84	> 0,84
De 40 a 49	< 0,73	0,73 a 0,79	0,80 a 0,87	> 0,87
De 50 a 59	< 0,74	0,74 a 0,81	0,82 a 0,88	> 0,88
De 60 a 69	< 0,76	0,76 a 0,83	0,84 a 0,90	> 0,90

Resultado e discussão

Para análise dos dados utilizou-se a média geral de cada variável, o G1 obteve a idade média de 53,11 anos, o G2 com 48,57 anos; em relação ao índice de massa corporal o G1 obteve 25,72 e o G2 27,64 ambos se enquadraram na classificação Sobrepeso. Há que se informar que o uso do IMC nesta faixa etária é um pouco complexo, devido à habitual aparência de patologias e a falta de valores específicos para essa idade.

Entretanto na relação de cintura e quadril o G1 ateve na média de 0,91 classificando-se no nível Moderado e o G2 com 0,87 classificando-se no nível Alto. Deste modo o G1 se encontra numa faixa mais amena em relação ao G2, que se enquadra na faixa de alto risco a problemas cardiovasculares.

Segundo o estudo de Pinto, et al (2007, p.1), são vários os fatores de riscos primários que podem levar uma pessoa a adquirir doenças cardiovasculares, dentre elas a "hipertensão, tabagismo, e há também os fatores de riscos secundários que são, o sexo, a idade, a falta de atividade física, excesso de gordura, o diabetes mellitus, o estresse e histórico familiar".

De acordo com estudo desenvolvido no Brasil por Pereira, et al (1999) os melhores pontos de corte encontrados foram 0,80 para mulheres e 0,95 para homens. O estudo teve uma amostra de 282 sujeitos, compreendendo 43,1% do sexo masculino e 56,9% do sexo feminino. Além disso, os pesquisadores averiguaram que a RCQ apresentou menor correlação com o IMC. No entanto é oportuno destacar que a RCQ apresentou melhor capacidade preditiva de hipertensão arterial, o que evidencia a importância de sua utilização na discriminação de indivíduos em risco de doença crônica.

Conclusão

De posse destes dados, podemos concluir no índice de massa corporal, ambos os grupos estão sobrepeso. Porém, na relação de cintura e quadril observamos que os homens detenham de uma melhor saúde quando confrontado com os resultados das mulheres, no qual se destaca o alto risco de desenvolver problemas cardíacos. Possivelmente isto esteja relacionado ao estilo de vida sedentário e má alimentação. Mas este resultado por si não é auto-suficiente para determinar que um grupo seja melhor que o outro. Para este fim seria importante o levantamento de novos estudos analisando estas e outras variáveis, por exemplo, o uso das dobras cutâneas para determinar o percentil de gordura, seguido de uma amostragem a nível regional, para que assim possamos constatar maior fidedignidade para este fim.

Referências

CASTRO, Luiza Carla Vidigal. et al. Nutrição e doenças cardiovasculares: os marcadores de risco em adultos. **Revista de Nutrição** [online], Campinas, v.17, n.3, p. 369-377, jul./set., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rn/v17n3/21886.pdf>. Acesso em: 26 Abril 2009.

PEREIRA, R.; SICHIERI, R.; MARINS, V.M.R. Razão cintura/quadril como preditor de hipertensão arterial. **Caderno de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 333-344, jul./set.,1999.

PINTO, M. V. M., et al. Análise dos riscos coronarianos através da relação cintura-quadril (rcq) em taxistas residentes na cidade de Caratinga – MG. **Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 12, n. 114, p.1, nov., 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd114/riscos-coronarianos-em-taxistas.htm>. Acesso em: 28 Abril 2009.

SEE, R. et al. The association of differing measures of overweight and obesity with prevalent atherosclerosis: the Dallas heart study . **Journal of the American College of Cardiology**, Texas, 2007, v. 50, n. 8, agu. p. 752 -759. Disponível em: <http://www.news.med.br/index.pl?C=A&V=66506F737449443D313136323726616374 3D73686F7752656164436F6D6D656E7473>. Acesso em: 20 Abril 2009.

TERRA AZUL. **Physical Test 5.0**: Avaliação Física. Software. Cambuci-SP. Disponível em: < http://www.terrazul.com.br/softwares.html>. Acesso em: 14 fevereiro 2008.

World Health Organization (WHO). **Physical Status**: the use and interpretation of anthropometry. Geneva:WHO; 1995. Report of a WHO Expert Commitee. WHO Report Series 854.

World Health Organization (WHO). **Obesity**: Preventing and managing the global epidemic. Geneva: World Health Organization; 1998.

Cuidados de enfermagem e assistência psicoemocional ao paciente cirúrgico

Cristiana Costa Luciano[1]

RESUMO: O procedimento cirúrgico é capaz de causar alterações psíquicas ao paciente e membros da família, como ansiedade, medo e estresse psicológicos. Diante desta situação, o enfermeiro constitui-se em um elemento fundamental no apoio psicológico ao paciente no período pré-operatório. Entende-se que a sistematização da assistência da enfermagem perioperatória, através da visita de enfermagem ao paciente cirúrgico, possibilita a melhoria da qualidade da assistência prestada ao paciente. O objetivo deste trabalho é discutir a importância do apoio psicológico ao paciente no período pré-operatório e a importância da implementação da sistematização da assistência de enfermagem. Trata-se de um trabalho descritivo, qualitativo e exploratório. Concluímos neste estudo a necessidade e a importância do acompanhamento da enfermagem ao paciente cirúrgico, através da comunicação e das visitas pré-operatórias, possibilitando assim, melhor conforto, segurança e desenvolvimento operatório, gerando uma precoce reabilitação.

Palavras-chaves: Psicoemocional, Paciente Cirúrgico, Enfermagem.

Introdução

O paciente frente à cirurgia tem sentimentos de medos, tais como: medo da morte, da anestesia, do desconhecido, do câncer, etc. Além disso, apresenta preocupações em relação a problemas financeiros e sócio-econômico, responsabilidades familiares e compromissos no emprego (GALVÃO et al., 2002).

Conforme Potter e Perry (2002), o profissional de enfermagem tem que escolher uma hora para conversar e esclarecer os procedimentos com o paciente seja na hora da internação ou durante a realização de exames complementares. Essa conversa é para explicar ao paciente que o medo e as preocupações são perfeitamente normais.

Segundo Galvão et al. (2002), diante de características especificadas do

[1] Atua em hospitais e clínicas na cidade de Patos de Minas. Professora e pesquisadora com ampla experiência na área de Enfermagem Clínica. Professora da Faculdade Patos de Minas há três anos.

paciente cirúrgico, entende-se que a sistematização da assistência de enfermagem perioperatória possibilita a melhoria da qualidade da assistência prestada ao paciente, tornando um processo individualizado, planejado, avaliado e, principalmente contínuo, ou seja, abrange os períodos pré, intra e pós-operatório da experiência do paciente.

A visita pré-operatória de enfermagem ao paciente cirúrgico é o início da sistematização da assistência de enfermagem perioperatória, sendo um procedimento indispensável para o preparo físico e emocional do paciente. Consiste em uma atividade do enfermeiro possibilitando uma interação efetiva, podendo detectar, solucionar e, quando necessário, encaminhar os problemas enfrentados pelo paciente (GALVÃO et al., 2002).

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a assistência de enfermagem no apoio psicológico ao paciente no período pré-operatório. Para tal, o estudo que ora apresentamos tem natureza descritiva com abordagem qualitativa realizada através de levantamento bibliográfico, foram utilizados livros, artigos, informações e dados disponibilizados em sítios da rede mundial de computadores como na base de dados LILACS (Centro Latino- Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Eletronic Library Online).

A comunicação enfermeiro-paciente

Com a comunicação o ser humano passa a existir. Toda interação humana advém por um meio de comunicação, assim pressupõe-se, que a comunicação é uma necessidade humana básica (SANTOS; SILVA, 2003).

Os profissionais enfermeiros percebem com o passar do tempo a importância de refletir sobre a comunicação entre os atores sociais e seu compromisso ao compartilhar o cenário da assistência à saúde no país, sendo entendidos como um processo de relações individuais, sociais e políticas no qual, atores sociais com perspectivas distintas cruzam suas trajetórias (LOROCCA; MAZZA, 2003).

Temos a comunicação verbal que refere-se as palavras expressas por meio da fala ou escrita e não- verbal, que não esta associada as palavras propriamente ditas, e ocorre por meio de gestos, silêncio, expressões faciais e postura corporal (SILVA, 1996).

Conforme Medina e Backes, 2002, essa comunicação enfermeiro/ paciente permite ao enfermeiro conhecer seus pensamentos, sentimentos e conhecimentos relacionados com o processo cirúrgico, bem como para verificar o nível de ansiedade e estresse que o paciente encontra. O profissional não apenas utilizará a fala para se comunicar, mas também vai ouvir e perceber as atitudes subjetivas desse paciente.

Como a comunicação se faz entre pessoas ela não é totalmente objetiva, porque cada pessoa tem seu subjetivismo através de seus interesses e suas expectativas (SANTOS; VILLAR, 2003).

A comunicação, baseada em respeito mútuo e numa conduta profissional que ultrapasse os limites de conhecimento do senso comum, tende a diminuir a carga de problemas emocionais do paciente, bem como pode realmente ajudá-lo a enfrentar melhor a doença (SANTOS; VILLAR, 2002).

A escrita, a fala, as expressões faciais, a audição e o tato são formas de comunicação que são utilizadas, conscientemente ou inconscientemente. A tarefa do profissional de saúde é decodificar, decifrar e perceber o significado da mensagem que o paciente envia, para só então estabelecer um plano de cuidados adequado e coerente com suas necessidades (SILVA, 1996).

Assim sendo, a comunicação verbal e não-verbal incluindo sorriso, toque e gestos é um importante caminho no processo de hospitalização para um novo modo de olhar e agir dos profissionais de enfermagem. Afinal, o enfermeiro é um educador e educação é, sobretudo, comunicação (STEFANELLI, 1993 apud CHUBACI; MERIGHI, 2002, p. 806).

Segundo Santos e Silva (2003), todos os encontros com os pacientes devem ser um momento para se estabelecerem uma comunicação terapêutica. É através de uma comunicação efetiva entre a equipe de saúde e o paciente, que ele poderá se sentir um ser humano digno, capaz de adaptar-se a mais uma etapa de sua vida, sentindo-se útil e desempenhando um papel na sociedade.

Conforme Stefanelli *et al.* (1982 apud FREITAS, 1984, p. 806):

> Para que o envolvimento emocional, no relacionamento enfermeira-paciente seja realmente útil, é necessário que: o interesse da enfermeira esteja voltado inteiramente para o paciente; os objetivos do relacionamento estejam claros para ambos; a enfermeira esteja consciente de seu papel terapêutico; a enfermeira utilize seus conhecimentos e habilidades em técnicas terapêuticas de

> comunicação; a enfermeira avalie constantemente sua atuação, considerando os sentimentos e a emoção que estão ocorrendo.

Quanto ao estresse, esse interfere na vida e nas necessidades efetivas do paciente, pode acabar inibindo a habilidade de agir de melhor maneira, essa pessoa fica ameaçada por vivenciar problemas emocionais. A saúde emocional também é manifestada pelos valores e crenças morais e humanistas, pela satisfação das relações interpessoais, pela realização de um trabalho produtivo e pela manutenção de uma sensação realista de esperança (SMELTEZER; BARE, 2002).

O conceito de saúde emocional engloba a capacidade de uma pessoa buscar vivenciar a vida da maneira mais confortável (SMELTEZER; BARE, 2002).

> Os sintomas de estresse na área emocional vão desde a apatia até á depressão, com seção de desânimo e sensação de desalento, hipersensibilidade emotiva, até a raiva, ira, irritabilidade e ansiedade, além de ter potencial para desencadear surtos psicóticos e crises neuróticas. A interpretação de um estimulo interno ou externo como ameaçador ou perigoso desencadeará uma reação emocional que é caracterizada por estado de ansiedade (GRAZZIANO; BIANCHI, 2004, p. 171).

Além disso, avaliar o processo de adaptação biopsicossocial do paciente hospitalizado diante de situações estressantes constitui um campo de grandes desafios para os profissionais enfermeiros, uma vez que esse fenômeno envolve parâmetros considerados não-mensuráveis, que demandam investigação científica (SANTOS et al., 2004).

No pré-operatório à medida que aumenta a necessidade e o sofrimento, aumenta a ansiedade, o medo, a tensão e o estresse, ameaçando o enfrentamento positivo do paciente.

O medo pelo qual as pessoas respondem a estímulos desconfortáveis reflete suas exposições a diversas experiências biológicas, emocionais e socioculturais (SMELTZER; BARE, 2002).

Os pacientes observados no setor médico-cirúrgico freqüentemente se debatem com alterações emocionais como ansiedade, medo, depressão, perda e luto. Os problemas de saúde, como vício, dependência química, distúrbios da imagem corporal e distúrbios alimentares, são alguns exemplos de situação de saúde que necessitam de intensivos cuidados físicos e emocionais para restaurar

um bom funcionamento (SMELTEZER; BARE, 2002).

A família e as pessoas mais queridas têm um significado importante na resposta emocional do paciente. No entanto, elas podem tanto auxiliar a reduzir a ansiedade do indivíduo como podem intensificar seu medo por meio de atitudes superprotetoras ou de rejeição (SANTOS et al., 2004). A família é o primeiro suporte para a socialização e para ensino sobre a saúde e doença. Prepara a pessoa com estratégias para equilibrar intimidade com separação e coletividade com individualidade A certeza de contar com a presença de um familiar pode representar uma ajuda e em caso de necessidade pode atuar como fator tranqüilizador para o paciente.

A separação da família e do cotidiano do trabalho são alguns dos fatores específicos comuns que contribuem para o medo e a insegurança do paciente durante a experiência de hospitalização (SANTOS et al., 2004).

A equipe de saúde pode conduzir uma avaliação cuidadosa e abrangente da família, desenvolver as intervenções adequadas para lidar com estressores, programar os protocolos específicos de tratamento, isso facilita a construção dos sistemas de apoio social (SMELTEZER; BARE, 2002).

A cirurgia sob o ponto de vista do paciente e a intervenção dos profissionais de saúde frente aos problemas

A cirurgia sob o ponto de vista do paciente tem quatro significados: o ato de confiança frente à equipe de saúde, o ato de aceitação ou submissão frente aos procedimentos invasivos, a invasão da intimidade, fato causador de medo frente à falta de comunicação e de conhecimento do processo cirúrgico (SILVA et al., 1997).

A confiança é um elemento central na arte de cuidar, pois só tem possibilidade de cuidar de um ser humano vulnerável se, entre o agente cuidador e o sujeito cuidado houver uma relação de confiança, um vínculo com fidelidade, fazendo disso uma arte. Quem confia reconhece no outro uma autoridade profissional e também moral (FALCONE, 1998 apud SILVA, 2002, p. 6).

Para responder a confiança que o paciente presta, tanto à equipe de saúde quanto a Instituição devem assumir o compromisso de prestação de assistência de boa qualidade (SILVA et al., 1997).

A cirurgia significa ato de aceitação ou submissão porque para Ferreira (1986 *apud* SILVA *et al.*, 1997, p. 66), aceitação é concordância, consentimento, submeter-se é tornar objeto de sujeitar-se à submissão, a disposição para aceitar um estado de dependência. Isso ocorre quando o paciente concorda em submeter-se ao tratamento cirúrgico, e com isso, está mostrando a confiança que deposita na equipe de saúde e na Instituição.

A negação da necessidade de ser operado é manifestada no paciente sob várias formas: adiamentos sucessivos da cirurgia, alegando estar sem tempo, com excesso de compromissos que não podem ser cancelados e impossibilidade de interromper sua rotina de vida. Essa negação ignora a doença e a necessidade do tratamento, como se estivesse perfeitamente bem (MALDONADO; CANELLA, 2003).

A cirurgia é fator causal de medo, porque o paciente vai se submeter a procedimentos invasivos e estará exposto à tensões, por causa das situações do pré, trans e pós-operatório (SILVA *et al.*, 1997).

O paciente tem medo e ansiedade em revelar segredos, perder o controle de comportamento ou deixar de andar, após a anestesia. As visitas pré-operatórias do anestesista e do enfermeiro do centro cirúrgico são básicas para este preparo e contribui para tornar o paciente menos temeroso dada a redução de suas dúvidas (SILVA et al., 1997).

Segundo Backes *et al.*(2004) o cirurgião precisa informar o paciente sobre possíveis riscos, complicações, deformações, incapacidade e retirada de partes do corpo, bem como acerca daquilo que se deve esperar no período pós-operatório.

O paciente teme sentir dor e tem medo da morte, essa dor é relativa ao uso de materiais cortantes ou do término do efeito anestésico antes do final da cirurgia. O medo da morte eles relatam por ter medo de não acordar mais. A relação de ajuda cirurgião/ anestesista e/ou enfermeiro/ paciente pode ser útil para amenizar a ansiedade em relação a este aspecto (SILVA et al., 1997).

Berger (1995 apud SANTOS; SILVA, 2003, p. 46), denota que a dor pode, muitas vezes, ser esquecida e a saúde recuperada através das relações interpessoais, no momento em que a equipe demonstra interesse e respeito pelo doente. Respeito que manifesta na forma como o profissional aborda o paciente e trabalha com ele.

O sentimento de estarem recebendo e esperando um tratamento com ca-

rinho é essencial para recuperar a saúde e ajustar-se a uma nova fase da vida. O modo em que nós profissionais da saúde expressamos com o paciente é fundamental para sua adaptação e/ou recuperação da saúde (SANTOS; SILVA, 2003).

O medo do desconhecido é uma crença do paciente em relação à falta de informações sobre o diagnóstico médico e tratamento cirúrgico a ser realizado. A compreensão do paciente acerca de todos os aspectos relacionados à cirurgia é essencial para assegurar a reabilitação (SILVA et al.,1997).

O medo da integridade física prejudicada causada pela cirurgia, ocasiona uma desestruturação no nível dos seus comportamentos e hábitos de vida, no nível da percepção de si próprio, das suas capacidades e competências, pois, o ato cirúrgico é caracterizado por um estado de desconforto envolvendo uma perda ou ameaça da identidade e integridade do indivíduo e uma alteração de sua percepção de futuro (MEDINA; BACKES, 2002).

Considerações finais

É necessário que os profissionais de enfermagem estejam mais preparados, não só em termos técnicos e teóricos, mas também humanísticos. A comunicação é o primeiro passo para uma relação enfermeiro/ paciente tornar-se cada vez mais humana. Os aspectos emocionais dos seres humanos podem ficar abalados quando se deparam com um procedimento cirúrgico; um simples aperto de mão pode ajudar a amenizar estas alterações e facilitar o relacionamento enfermeiro/paciente.

Mostramos que nos importamos com a pessoa quando ficamos ao lado dela, quando a deixamos completar as frases sem interromper seu discurso, quando olhamos no seu rosto, quando sorrimos para ela, quando não invadimos seu espaço pessoal com as próprias coisas sem pedir licença, quando somos capazes de respeitar a sua mesa de cabeceira e pedir licença para abrir sua gaveta, quando prestamos atenção na sua dúvida, vergonha ou medo; expressos pelo temor da sua voz, e quando não esquecemos que em todo toque passa o que sentimos a respeito daquela interação (SILVA, 2002).

A família tem um papel importante na assistência pré-operatória, dando apoio emocional e físico, quando o ente querido se encontra debilitado. Os familiares também sofrem alterações psicológicas, e o enfermeiro tem que

interagir juntamente com eles, para que juntos tornem os cuidados e a assistência mais humana.

Quando o paciente recebe toda uma preparação emocional no pré-operatório da equipe de saúde, nota-se que ocorre um ato cirúrgico sem intercorrências e provavelmente uma precoce reabilitação.

Referências bibliográficas

BACKES, M.T.S et al. Apoio à Decisão do paciente submetido à cirurgia. Revista Nursing, v. 70, n. 7, março, 2004.

CASTELLANOS, B. E. P. et al. Visita pré-operatória de enfermagem: opiniões dos alunos de graduação quanto a este procedimento. Rev. Paul. Enf., São Paulo, v. 6, n. 4, p. 157- 165, out./ dez. 1986.

CHUBACI, R. Y. S; MERIGHI, M. A. B. A comunicação no processo da hospitalização do imigrante Japonês. Rev. Latino-Am. Enfermagem, v.10, n.6, p.805-812, nov./ dez., 2002.

FREITAS, M. Envolvimento emocional no relacionamento enfermeira- paciente. Rev. Esc. Enf. USP, São Paulo, v.18, n.1, p.85-89, 1984.

GALVÃO, C. M et al.; A Prática baseada em evidências: considerações teóricas para sua implementação na enfermagem perioperatória. Rev. Latino Am. Enfermagem, v.10, n.5, p. 690-695, set./out, 2002.

GRAZZIANO, E. S; BIANCHI, E. R. F. Nível de ansiedade de clientes submetidos a cineangiocoronariografia e de seus acompanhantes. Rev. Latino- Am. Enfermagem, v.12, n.12, p.168-174, março/ abril, 2004.

LAROCCA, L. M; MAZZA,V. A. Habermas e Paulo Freire: referências teóricos para o estudo da comunicação em enfermagem. Rev. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 169- 76, ago., 2003.

MALDONADO, M. T; CANELLA, P. Recursos de Relacionamento para profissionais de saúde: a boa comunicação com clientes e seus familiares em consultório, ambulatórios e hospital. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. V. Técnicas de Pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDINA, R .F; BACKES, V. M. S. A Humanização no cuidado com o cliente cirúrgico. Rev. Bras. Enfermagem, v. 55, n.5, p. 522-527, set./out., 2002.

POTTER, P. A; PERRY, A. G. Grande tratado de enfermagem Prática Clínica e Prática Hospitalar. 3. ed. São Paulo: Santos, 2002.

SANTOS, K. M. A. B; SILVA, M. J. P. Pacientes idosos e sua percepção da comunicação verbal e não- verbal com aequipe de saúde em uma instituição hospitalar. Rev. Paul. Enf, v.22, n.1, p.43-50, jan./abril, 2003.

SANTOS, L. M et al. Percepção das pessoas internadas com alterações cardiovasculares sobre a hospitalização e a doença. Rev. Soc. Cardiol. São Paulo, v.14, n.3, p.1-10, maio/jun., 2004.

SANTOS, S. S. C; VILLAR, M. A. A Relação Enfermeiro com Paciente Cirúrgico. 2.ed. Goiânia: Cultura e Qualidade, 2002.

SILVA, M. A. A. et al. Enfermagem na Unidade do Centro Cirúrgico. 2.ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1997.

SILVA, M. J. P. Cuidado com qualidade, consciência e confiança- reflexões teóricas. Rev. Paul. Enf., v. 21, n.1, p. 5-11, 2002.

SILVA, M. J. P et al. Qual o tempo do cuidado? Humanizando os cuidados de enfermagem. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2004.

SILVA, M. J. P. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo: Gente, 1996.

SMELTEZER, S. C; BARE, B.G. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002.

A emergência coronariana e o enfermeiro no cuidado sistematizado: um estudo bibliográfico

João Carlos Alves dos Santos[1]
Luiz Fernando Dall Piaggi[2]

RESUMO Este estudo foi abordado devido à relevância de conhecer o cuidado sistematizado do enfermeiro na emergência, principalmente na emergência coronariana. Diante disto, este estudo tem como objetivo analisar o cuidado sistematizado do enfermeiro na emergência coronariana e como tem sido abordado na literatura nacional. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica. E utilizou-se descritores do banco de dados da biblioteca virtual em saúde. Logo em seguida foi realizada a leitura e análise dos artigos selecionados, onde se entende que é pertinente, acessível e necessário a adoção da sistematização do cuidado do enfermeiro na emergência coronariana, pois confere uma atuação integral, maximizando o conhecimento tornando o cuidado sistêmico, organizado tanto na esfera assistencial como de liderança do enfermeiro e valorizando suas ações e sua documentação legal de seus atos. Em suma o cuidado sistematizado do enfermeiro contribui de forma objetiva, rápida, ágil e resolutiva os cuidados prestados ao cliente.

Palavras-chave: Enfermeiro; Infarto agudo do miocárdio; Sistematização.

1. Introdução

Morton *et al.* (2007, p.429) afirmam que "A doença cardiovascular permanece a principal causa de morte e contribui com 38,5% de todas as mortes nos Estados Unidos". E cada 26 segundos, um norte-americano apresentará um evento coronariano e por conseqüência, a cada um minuto uma pessoa morrerá por causa das doenças coronarianas (MORTON *et al.,* 2007).

E no Brasil "as doenças cardiovasculares são responsáveis por 16,7 mi-

[1] Enfermeiro[1] formado no UNICERP em 2009. Enfermeiro formado no UNICERP, e-mail: joaocarlosptc@gmail.com. Rua Pinto Dias - Nº 315 - bairro Vila Nova – Patrocínio MG – CEP: 38.740.000 (034) 8824-0325

[2] Enfermeiro[2] Especialista em Emergência e professor da FPM e do UNICERP no curso de enfermagem. E-mail: piaggilfd@yahoo.com.br. Rua Dr Edson Bacarrim 1183, Bairro Selmi Dei Araraquara - SP CEP: 14806 305. Fone: (034) 9194-0942

lhões de mortes ao ano, com projeções para o ano 2020 se persistirem como causa principal de mortalidade e incapacitação" (AVEZUM; GUIMARÃES; PIEGAS, 2005).

Dentre as doenças cardiovasculares, a doença arterial coronariana á que possui uma alta incidência de morte ela se manifesta pela angina de peito (angina estável, angina instável, angina prinzmetal e outras formas) e o infarto agudo do miocárdio (IAM). No entanto neste estudo focaremos o IAM, porque é uma doença clínica de alta prevalência e com altas taxas de óbitos. Outra razão se deve ao fato desta doença aterrorizar a maior parte da população, em virtude da simbologia que o coração representa e a possibilidade de morte iminente para os acometidos.

Como o enfermeiro em muitas das vezes é o primeiro contato destes pacientes com o serviço de saúde, ele pode identificar os sinais e sintomas do Infarto Agudo do Miocárdio e distinguir de outras emergências clínicas cardiovasculares. Realizando desta forma uma intervenção precoce, visto que, o tempo é um fator determinante e primordial para o seu prognóstico. De modo que nem sempre os pacientes apresentam os sinais e sintomas prodrômicos para o procura do serviço dificultando a sua identificação.

E além disso, os serviços de emergência podem ser considerados de maior complexidade da assistência, com maior fluxo de atividades de profissionais e necessidades dos usuários. Nestes locais são exigidos, uma assistência imediata, eficiente e de ampla habilidade profissional e emprego de recursos tecnológicos (ALMEIDA; PIRES, 2007).

Ainda mais, a Resolução 272 do COFEN de 2002, no seu Artigo 2°, determina que a Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE) é uma atividade exclusiva do Enfermeiro, com isso, à implementação da SAE deve ocorrer em toda a instituição de saúde pública e privada e sejam formalmente registrados no prontuário do cliente (BRASIL, 2002).

Portanto surgiram as seguintes questões: O que tem sido publicado sobre o cuidado sistematizado do enfermeiro no serviço de emergência? Quais as contribuições que estas publicações trazem para a compreensão da assistência do enfermeiro no serviço de emergência? E identificar as emergências coronarianas mais comuns?

Acredita-se que estudos dessa natureza permitirão que os enfermeiros re-

pensem sobre sua prática profissional e compreendam que a assistência organizada e sistematizada do enfermeiro é uma ferramenta que torna suas ações resolutivas, padronizada e efetivas. Assim estaremos prestando uma assistência com qualidade como também valorizando a nossa prática profissional e a documentação legal de nossos atos.

Frente ao exposto e devido à relevância de compreendemos a atuação do enfermeiro na emergência e principalmente na coronariana que é tão comum e grave na sala de emergência. Este trabalho de revisão bibliográfica fundamenta-se no objetivo de analisar a emergência coronariana e o atendimento do enfermeiro na emergência a e como tem sido abordado na literatura nacional.

A Síndrome Coronariana Aguda é um termo utilizado referente tanto a angina instável como o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), já que são eventos agudos que possuem o mesmo processo, mas em diferentes pontos (MORTON *et al.,* 2007; TIMERMAN; PIEGAS; MARIN-NETO, 2007).

Os profissionais da saúde devem estar atentos sobre alguns fatores que podem desencadear a dor anginosa como: esforço físico, exposição ao frio, ingestão de uma refeição hipercalórica, estresse ou qualquer situação que leve a liberação de adrenalina e consequentemente elevação da pressão arterial aumentando assim a carga de trabalho do miocárdio (BASSAN, 2002).

O enfermeiro no tratamento precoce deve avaliar os sinais vitais, coleta de sangue e manter acesso para medicação endovenosa. Colocar o paciente em repouso no leito com cabeceira elevada e orienta-lo que a retirada da dor é a prioridade (MORTON *et al.,* 2007).

2. Material e métodos

Trata-se de um estudo bibliográfico, de natureza qualitativa e quantitativa. Optou-se pela modalidade revisão bibliográfica com a finalidade de conhecer e analisar as idéias dos autores na literatura convencional e virtual referente ao tema selecionado bem como observar as relações existentes entre elas, a fim de construir uma compreensão mais ampla sobre o assunto.

O estudo bibliográfico baseia-se em literaturas obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais (PÁDUA, 2003). Acredita-se que a abordagem qualitativa busca entender o fenômeno

por meio da inferência dos relatos, e em seguida extrair os aspectos mais importantes (MINAYO, 2006). Os dados qualitativos foram descritos e analisados segundo o conteúdo que emergiram. Da análise dos dados quantitativos foram apresentados na forma de tabelas em números absolutos e relativos.

Por isso, para o desenvolvimento deste estudo foram utilizados alguns passos como: 1) busca do material na biblioteca virtual; 2) seleção dos textos de acordo com os objetivos da pesquisa; 3) leitura dos textos; 4) anotações após leitura crítica; 5) transcrição dos dados exatos conforme tema proposto; 6) registro de idéias críticas para reflexão; 7) citação correta das fontes evitando uso indevido de material (PÁDUA, 2003). Para a seleção dos estudos analisados utilizamos o critério de terem sido publicados na literatura nacional no período de 2000 a 2009.

Por seguinte a seleção do material ocorreu no mês de Dezembro de 2009 a Fevereiro de 2010, nas Bases de Dados Virtuais em Saúde, tais como: LILACS, SCIELO e outros. Foram encontrados 20 artigos, utilizando os descritores: enfermeiro, infarto agudo do miocárdio, sistematização. O tempo da pesquisa bibliográfica sistemática foi delimitado em 10 anos. Foram encontrados 20 artigos que atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Os mesmos eram selecionados e lidos por mais de um pesquisador e posteriormente, discutidos pelos mesmos, sobre sua pertinência segundo os objetivos do estudo e a necessidade para compor a pesquisa. Sendo assim foi realizada a busca e os artigos foram efetivamente incluídos no estudo.

Logo após a leitura crítica, interpretativa e minuciosa dos artigos foram coletados os dados de interesse e a seguir os dados agrupados por semelhanças. Terminada esta etapa foi realizada uma categorização. Categorizar significa classificar elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação de significados e, em seguida, por reagrupamento segundo sua analogia. Assim foram criadas palavras ou eixos temáticos (MINAYO, 2006).

3. Resultados e discussão

Os resultados foram interpretados e discutidos a partir das informações extraídas dos artigos escolhidos. No presente trabalho foi possível caracterizar as publicações e realizar a categorização dos dados extraídos dos artigos, estes

foram apresentados de forma descritiva e por meio de tabelas. Os resultados das características das publicações serão apresentados a seguir por meio de tabelas que apresentarão: as fontes virtuais, os anos, os periódicos e idioma.

A tabela 1 mostra a distribuição das fontes de publicações virtuais relacionadas à assistência ao enfermeiro e a emergência coronariana. Observa-se que 10 (50%) são publicações que se encontrava-se no portal SCIELO, logo em seguida 7 (35%) no LILACS e 3 (15%) de outras fontes.

Tabela 1

Distribuição das fontes virtuais das publicações relacionadas à emergência coronariana e a assistência sistematizada do enfermeiro

ITEM	F. A	F. R %
LILACS	7	35
SCIELO	10	50
OUTROS	3	15
TOTAL	20	100

Verificou-se que a maioria das publicações foi do SCIELO 50% das 20 publicações. As publicações em fontes de dados virtuais facilitam o acesso rápido a resultados de pesquisas, isto propícia um maior conhecimento científico ao profissional de saúde em especial o enfermeiro que necessita estar em constante aperfeiçoamento para prestar uma assistência de enfermagem adequada ao paciente (SEVERINO, 2002).

Esta maior acessibilidade, difusão, agilidade e disseminação de informações nas pesquisas científicas proporcionam um campo favorável para renovação de informações sobre saúde. E as constantes atualizações são valiosas pela complexidade e dinâmica desses temas abordados.

A tabela 2 mostra a distribuição dos anos de publicações relacionadas à emergência coronariana e assistência sistematizada do enfermeiro. Observa-se que os anos de 2006 (15%) e 2007 (20%) ocorreu um aumento das publicações. E as outras manteve a média de duas publicações encontradas.

Tabela 2

Distribuição dos anos de publicações relacionadas à emergência coronariana e a assistência sistematizada do enfermeiro

ANOS	F. A	F. R %
2000	2	10
2001	2	10
2002	2	10
2003	1	5
2004	0	0 10
2005	2	15
2006	3	20
2007	4	15
2008	3	5
2009	1	
TOTAL	20	100

Percebeu-se o aumento das publicações no ano de 2006, 2007 e 2008, podendo ser atribuída a Resolução N° 272/2002 do Conselho Federal de Enfermagem que determina obrigatória a implementação da SAE em toda instituição de saúde (BRASIL, 2002).

Nota-se que esses dados podem ser atribuídos à descentralização dos grandes centros educacionais das grandes metrópoles urbanas se deslocando para cidades do interior dos estados. E o maior ingresso de pessoas nos últimos anos nos cursos e pós-graduação e mestrado. Por outro lado, o maior número de publicações no ano de 2007 pode revelar que os enfermeiros têm acordado para o maior conhecimento sobre o processo de enfermagem, pois, este é uma atividade exclusiva do enfermeiro.

A tabela 3 mostra a distribuição dos periódicos das publicações relacionadas à assistência ao enfermeiro e a emergência coronariana. Observa-se que possuem dois periódicos com 4 (20%) publicações encontrados que são: dissertação e o Arquivo Brasileiro de Cardiologia.e logo seguida a Revista Latino-americana de enfermagem. E outras 9 revistas com uma publicação cada uma. 1 Revista Escola Enfermagem da USP, 1 Texto e Contexto de Enfermagem, 1 Revista Eletrônica de Enfermagem, 1 Arquivo de Ciência Saúde, 1 Revista

RENE, 1 Revista Brasileira de Enfermagem, 1 Revista Brasileira de Cardiologia INVAS, 1 Revista de Científica AMECS, 1 ACTA Paulista de Enfermagem.

Tabela 3

Distribuição dos periódicos das publicações relacionadas à emergência coronariana e a assistência sistematizada do enfermeiro

PERIÓDICOS	F. A	F. R %
Dissertação .	4	20
Arq.Bras.Cardiol	4	20
Rev. Latino-am.enfer	3	15
Outras 9 revistas com uma publicação cada.	9	45
TOTAL	20	100

Observou-se na tabela 3, de 20 artigos encontrados predominou os periódicos dissertação, e o Arquivo Brasileiro de Cardiologia com 20% cada. Logo após a Revista Latino-americana de enfermagem. Há maior número de dissertações de mestrado, pois é uma pesquisa geradora de conhecimento científico e, consequentemente, uma tese destinada a relatá-la, deve superar necessariamente o simples levantamento de fatos e coleção de dados, buscando articulá-lo no nível de interpretação teórica (SEVERINO, 2002).

A tabela 4 mostra a distribuição dos idiomas das publicações relacionada à assistência ao enfermeiro e a emergência coronariana. Verifica-se na tabela 5 que todos os trabalhos possuem um mesmo idioma com 100% de ocorrência.

Tabela 4

Distribuição dos idiomas das publicações relacionada à emergência coronariana e a assistência sistematizada do enfermeiro

IDIOMA	F. A	F.R %
Português	20	100
TOTAL	20	100

Verificou-se na tabela 5 que todos os trabalhos possuem o mesmo idioma da língua portuguesa, pois optamos em utilizarmos somente a literatura nacional para o encontro das publicações.

3.1 Análise dos Dados Qualitativos

A partir dos dados coletados durante período de Dezembro de 2009 a Fevereiro de 2010, referente à emergência coronariana e o cuidado sistematizado do enfermeiro. Emergiu das leituras sistemáticas, crítica e analítica um grupo de palavras e/ou expressões que foram agrupadas em categorias. E dos 20 artigos escolhidos resultou na categorização de quatro eixos temáticos: o cuidado sistematizado do enfermeiro, enfermeiro na emergência coronariana, o reconhecimento profissional e sua valorização, papel de liderança na emergência. A citação dos textos dos artigos encontrados foram distribuídos na maioria, nos dois primeiros temas e serão apresentados a seguir:

3.1.1 O enfermeiro e a emergência coronariana

Nesta primeira categoria percebe-se que a emergência coronariana, é uma patologia grave e o enfermeiro deve está bem preparado em todas as esferas do seu conhecimento teórico, prático e mental. Como é percebível nas citações logo abaixo:

Estima-se que cerca de 5 a 10% de todos os atendimentos realizados na sala de emergência todos os anos no Brasil são relacionados aos pacientes que apresentam Síndromes Coronárias Agudas. Além disso, no Brasil cerca de quatro milhões de atendimentos são relativo à dor torácica (BASSAN *et al.,* 2002).

A Sociedade Brasileira de Cardiologia relata que as síndromes coronarianas aguda são: a angina instável e o IAM com ou sem supradesnivelamento do segmento ST e são as emergências com alto índice de óbito (TIMERMAN; PIEGAS; MARIN-NETO, 2007). Se a angina não for adequadamente tratada, poderá evoluir para um infarto do miocárdio (BASSAN *et al.,* 2002).

Acrescentando Penna e Barros (2003) relatam que são as emergências mais predominantes e é de extrema importância que o enfermeiro seja resolutivo e que invista na capacitação profissional. Pois o paciente grave não suporta demora na tomada de decisões ou mesmo falhas de conduta (GATTI, 2005). Por isso o enfermeiro deve atender o paciente com infarto do miocárdio além dos fatores hemodinâmico, como também nos aspectos relacionados às necessidades psico-espirituais do paciente (ARAÚJO; MARQUES, 2007).

Então é importante uma abordagem sistematizada e apropriada para li-

berar os pacientes de etiologia não-cardíaca e atender rapidamente os pacientes com dor sugestiva de IAM (BASSAN, 2002). A criação de protocolo para assistência de emergência coronariana é pertinente, pois fornece uma assistência de qualidade, rápida e objetiva (OLIVEIRA; SPIANDORELLO, 2001).

Araújo e Marques (2007) afirmam que o enfermeiro deve prestar uma assistência além da fisiológica como também à psicológica e emocional tanto para o paciente e a família, pois a ansiedade, estresse e angústia pioram o quadro clínico e o prognóstico do paciente em infarto do miocárdio.

Os enfermeiros relataram que o cuidado integral faz parte do contexto da sua atuação. Acrescendo esses relatos deve-se também orientar, confortar, diminuir ansiedade e outras atitudes diminuem o agravamento do IAM, indo além do monitoramento e prestando uma assistência voltada para o contexto do paciente.

3.1.2 Cuidado sistematizado do enfermeiro

Esta categoria expressa assistência do enfermeiro de forma organizada e sistematizada em prol de prestar o cuidado integral. Como é percebível nas citações logo abaixo:

A abordagem do profissional de saúde deve ser sistêmica e sistematizada, pois na emergência é indispensável no atendimento de pacientes (BASSAN *et al.*, 2000).

A adoção de cuidados sistematizados para o manejo de pacientes graves permite uma assistência adequada e em tempo reduzido e um instrumento para aferir os cuidados prestados (OLIVEIRA; SPIANDORELLO, 2001).

Ainda mais, a implementação da sistematização do cuidado oportuniza ao paciente o cuidar individualizado. É um cuidar fundamentado na cientificidade, na sensibilidade, na coleta e na análise de dados (PIRES, 2007).

A criação de um protocolo apresenta seu potencial positivo para a sistematização da assistência, sendo um guia que orienta a identificação das reais necessidades e a atenção de enfermagem. Os protocolos colaboram no cuidado para o oferecimento de uma assistência mais qualificada (LUIS; LUNETTA; FEREIRA, 2008).

Por isso a SAE proporciona um direcionamento para a organização do cuidado e também propícia ao enfermeiro uma maior autonomia perante os

demais trabalhadores da saúde (NASCIMENTO *et al*., 2008). Por outro lado, a SAE tem por objetivo padronizar e proporcionar uma prestação da assistência em tempo racionalizado, avaliar os resultados prestados e propor suas melhorias (PENNA; BARROS, 2003).

O enfermeiro também deve ser uma pessoa tranqüila, ágil, de raciocínio rápido de forma a adapta-se de forma de imediato, a cada situação que se apresente a sua frente. E deve estar preparado para o enfrentamento de intercorrências emergente (ANDRADE; CAETANO; SOARES, 2000). "O enfermeiro na unidade de emergência deve se dedicar à prestação de uma assistência afetiva, eficaz e diante das intercorrências que são muito comuns nessa unidade" (BATISTA; BIANCHI, 2006, p.538).

Contudo uma prestação de cuidados de enfermagem de maneira intuitiva e empírica dificulta o estabelecimento de parâmetros e controles, e por conseqüência desenvolvimento da assistência de enfermagem de qualidade (PENNA; BARROS, 2003).

O enfermeiro deve está atento para as necessidades do paciente e da família. Prestando uma assistência integral e uma comunicação bilateral, é importante dá apoio emocional, escutar e o dialogar tanto com o paciente como a família. Com o intuito de diminuir o medo, a angústia e as incertezas que o paciente e a família sofrem (SCHNEIDER *et al*., 2008). O enfermeiro na emergência deve ser capaz de avaliar o paciente como um ser indivisível, integrado e inter relacionado em todas as suas funções (GATTI, 2005).

Foi possível observar e compreender nos relatos que a sistematização do cuidado é um processo eficiente e eficaz que beneficia a todos que estão envolvidos. Por isso o enfermeiro deve utiliza - lá em todas as ações de enfermagem inclusive na emergência.

3.1.3 Papel de liderança do enfermeiro na emergência

Nesta categoria destacamos o papel do enfermeiro na liderança como forma de subsidiar ações para o cuidado integral e sistematizado e as características necessárias para atuar nas unidades de emergência.

O enfermeiro deve atuar no âmbito assistencial e educacional promovendo treinamento sobre os protocolos de atendimento e novos procedimentos e sempre se atualizar. O papel do enfermeiro na unidade de emergência consiste

em aconselhamento e ensinamento a manutenção da saúde e orientação aos enfermos para uma continuidade do tratamento e medidas vitais. Diante disso eles são lideres, professores, conselheiros e coordenadores (WEHBE; GALVÃO, 2001).

Como líder, é função do enfermeiro coordenar a equipe e gerenciar a assistência prestada ao paciente. A liderança fundamentada no conhecimento das habilidades, características individuais (WEHBE; GALVÃO, 2005).

Este profissional deve aliar à fundamentação teórica a capacidade de liderança, o discernimento, a iniciativa, a habilidade de ensinar, a maturidade e a estabilidade emocional (CARVALHO; LOPES, 2006).

Por outro lado, um estudo com amostra de enfermeiros do pronto socorro das cinco regiões do país demonstrou que o papel de liderança foi um dos fatores mais estressante para enfermeiros (MENZANI; BIANCHI, 2009).

O enfermeiro que atua nesta unidade necessita ter conhecimento científico e prático olhar administrativo, estabilidade emocional em sempre se atualizar e prevê e promover o conhecimento do coletivo da equipe de enfermagem. Afim de que possa tomar decisões rápidas e transmitindo segurança a toda equipe e principalmente diminuindo os riscos que ameaçam a vida do paciente.

3.1.4 Reconhecimento profissional e a sua valorização

Nos artigos analisados é valorizado o papel do enfermeiro como profissional que apresenta um novo modo de fazer, pensar e principalmente ensinar fundamentado em uma metodologia que apresente mudanças na sua prática do cuidar, como é apresentado abaixo:

A SAE é uma ferramenta de trabalho que unifica a linguagem e as ações de enfermagem e cuidados prestados, dando maior valorização ao serviço de enfermagem (SCHWENGBER, 2008). É concebida como instrumento norteador do trabalho do enfermeiro, permite a organização e o planejamento das ações, garantindo autonomia, valorização profissional e responsabilidade do enfermeiro na obtenção de uma assistência de excelência (SILVA, 2006).

A sistematização do cuidar possui, em função da cientificidade que atribui aos procedimentos cuidativos dos enfermeiros e da elevação do nível de consciência e de ação no desenvolvimento pessoal, profissional e institucional (PIRES, 2007).

Verificou-se que muitos enfermeiros tanto da emergência como de outras unidades conhecem o cuidado sistematizado e sistêmico e sabem que ela favorece a uma busca real da qualidade e aferição de forma concreta e holística os cuidados prestados. Entretanto, estes nem sempre utilizam este processo, dificultando assim a qualificação da sua assistência e sua valorização profissional. Portanto, quando o profissional deixa de certa forma de utiliza o SAE, ele perde a oportunidade de torna cada vez mais o cuidado científico, documentado e apreciado e por conseqüência valorizado e reconhecido por todos.

4. Considerações finais

A partir dos dados coletados no período da pesquisa e em vista a metodologia adotada e os objetivos, observou-se que os resultados foram alcançados dentro dos limites dos artigos pesquisados, pois se valendo deles como uma amostra foi possível analisar como a emergência coronariana e o cuidado sistematizado do enfermeiro na emergência tem sido abordada na literatura nacional.

Portanto sugere-se a implementação de uma assistência sistematizada através do SAE com a intenção de padronizar e sistematizar a assistência, conferindo, maior segurança, autonomia para a execução das atividades e para ao mesmo tempo prestar um cuidado integral e com o SAE, o enfermeiro consegue avaliar as suas ações e da equipe. Esse maior conhecimento técnico científico fornece ciência na prestação do cuidado diminuindo a incertezas e maximizando a assistência. Além da liderança como forma de cuidar em todas as esferas do setor de saúde e por último como valorização e reconhecimento das suas ações.

Espera-se que este estudo forneça subsídios para maior compreensão sobre o cuidado sistematizado e desperte maior interesse dos acadêmicos e enfermeiros na área de urgência e emergência tanto na parte assistencial, de liderança e pesquisa para a agregação de novos conhecimentos na literatura nacional. E que contribua para que estudos futuros explorem e discutam esses dados e também acreditamos que é essencial que a formação acadêmica aborde com mais ênfase o tema.

Referências

ALMEIDA, P. J. S.; PIRES, D. E. P. O trabalho em emergência: entre o prazer e sofrimento. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Set-Dez; v.9, n. 3, p. 617-29, 2007 Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista>. Acesso em: 10 jan. 2010.

ANDRADE, L. M.; CAETANO, J. F.; SOARES, E. Percepção das enfermeiras sobre a unidade de emergência. *Rev. RENE*, v. 1 n.1, p. 91-97. 2000.

ARAÚJO, R. D.; MARQUES, I. S. Compreendendo o significado da dor torácica isquêmica de pacientes admitidos na sala de emergência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 60, n. 6, p.676-680, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br > . Acesso em: 18 dez. 2009.

AVEZUM, A.; GUIMARÃES, H. P.; PIEGAS, L. S. Fatores de risco associados com Infarto Agudo do Miocárdio na região metropolitana de São Paulo e no Brasil. In: Nobre F, Serrano Junior CV. *Tratado de Cardiologia SOCESP*. São Paulo: Manole, 2005.

BASSAN, R. Unidade de dor torácica: uma forma moderna de manejo de pacientes com dor torácica na sala de emergência. *Arquivo Brasileiro de Cardiologia*, v. 79, n. 2, p. 196-202, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br > . Acesso em: 18 jan. 2010.

BASSAN, R.; PIMENTA, L.; LEÃES, P. E.; *et al*. Sociedade Brasileira de Cardiologia: I Diretriz de dor torácica na sala de emergência. Definição de graus de recomendação e níveis de evidência. *Arquivo Brasileiro de Cardiologia*, v. 1, n. 22, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br > . Acesso em: 18 dez. 2009.

BASSAN, R.; SCOFANO, M.; GAMARSKI, R.; *et al*. Dor torácica na sala de emergência: A importância de uma abordagem sistematizada. *Arq. Bras. Cardiol*, v .74, n.1, p. 13-21, 2000.

BATISTA, K. M.; BIANCHI, E. R. F. Estresse do enfermeiro em unidade de emergência. *Rev. Latino-am Enfermagem*, São Paulo, v.14, n.4, p. 534-539, jun-ago. 2006. Disponível em: < http//www.eerp.usp.br/rlae >. Acesso em: 25 dez. 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Conselho Federal de Enfermagem – COFEN*. Resolução n° 272/2002. Dispõe sobre a Sistematização da assistência de enfermagem. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2002. Disponível em: < http://www.corenmg.org.br/ >. Acesso em: 10 dez. 2009.

CARVALHO, G.; LOPES, S. Satisfação profissional do enfermeiro em uma unidade de emergência de hospital geral. *Arquivo Ciência Saúde*, Out-Dez, v.13, n. 4, p. 215-219, 2006.

GATTI, M. F. Z. *A música como intervenção redutora da ansiedade do profissional de serviço de emergência: utopia ou realidade?* 2005. 93 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). São Paulo: Escola de Enfermagem/USP, 2005.

LUIS, M. A. V.; LUNETTA, A. C. F.; FERREIRA, P. S. Protocolo para avaliação da síndrome de abstinência alcoólica por profissionais de enfermagem nos serviços de urgência: um teste piloto. *Acta Paul. Enfermagem*, v. 21, n.1, p. 39-45, 2008

MENZANI, G; BIANCHI, E. R. F. Stress dos enfermeiros de pronto socorro dos hospitais brasileiros. *Rev. Eletr. Enf. [Internet],* v.11, n. 2, p. 327-333. Disponível em: < http://www.fen.ufg.br/revistas >. Acesso em: 6 dez. 2009.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDAK, C. M.; *et al*. *Cuidados críticos de enfermagem:* Uma abordagem holística. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 1388 p

NASCIMENTO, K. C.; BACKES, D. S.; KOERICH, M. S.; *et al*. Sistematização da assistência de enfermagem: vislumbrando um cuidado interativo, complementar e multiprofissional. *Revista Escola de Enfermagem USP*, v. 42, n. 4, p. 64-48. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/reeusp>. Acesso em:10 jan. 2010.

OLIVEIRA, E. M.; SPIANDORELLO, F. S. A. Síndromes Coronarianas Agudas Protocolo de Avaliação e Manejo Inicial de Pacientes com Dor Torácica. *Revista Científica da AMECS*, v. 10, n.1 - 1º Semestre, 2001.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa*: abordagem teórica-prática. 9°ed. Campinas: Papirus; 2003.

PENNA, S. T.; BARROS, A. G. V. M. Sistematização da Assistência de Enfermagem no Infarto Agudo do Miocárdio. *Rev Bras Cardiol Invas*, v.11, n.4, p. 67-69. 2003

PIRES, S. M. B. *Sistematização do cuidado em enfermagem: uma análise da implementação*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) Curitiba (PR): Universidade

Federal do Paraná; 2007.

SCHNEIDER, D. G.; MANSCHEIN, A. M. M.; AUSEN, M. A. B.; *et al*. Acolhimento ao paciente e família na unidade coronariana. *Texto Contexto Enfermagem*, v. 17, n.1, Florianópolis Jan./Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 8 jan. 2010.

SCHWENGBER, A. I. *Processo de enfermagem: instrumento para o enfermeiro administrar o trabalho e liderar a equipe de enfermagem*. 2008. 103f. Dissertação. (Mestrado em Enfermagem) Rio Grande (RS): Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22ªed. São Paulo: Cortez; 2002.

SILVA, A. K. L. R. *Sistematização da assistência de enfermagem: significado para a (o) enfermeira (o)* .2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Salvador (BA): Escola de Enfermagem da UFB, 2006.

TIMERMAN, A.; PIEGAS, L. S.; MARIN-NETO, J. A. Diretrizes (IIª Edição, 2007) da Sociedade Brasileira de Cardiologia sobre angina instável e infarto agudo do miocárdio sem supradesnível do segmento ST. *Arq. Bras. Cardiol*. v. 89 n.4, p. 89-131, São Paulo out. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br >. Acesso em: 8 dez. 2009.

WEHBE, G.; GALVÃO, M. C. O enfermeiro de unidade de emergência de hospital privado: algumas considerações. *Rev Latino-am Enfermagem* , v. 9, n. 2 p. 86-90, 2001 . Disponível em: < www.eerp.usp.br/rlaenf >. Acesso em: 21 jan. 2010.

WEHBE, G.; GALVÃO, M. C. Aplicação da liderança situacional em enfermagem de emergência. *Revista Brasileira de Enfermagem (REBEN),* v. 58, n.1, Brasília Jan/fev 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br >. Acesso em: 8 dez. 2009.

Promoção de saúde e qualidade de vida: uma revisão bibliográfica

Fernando Diniz[1]
Murilo Pessoni Neves[2]
Rodrigo Hermones[3]
Vinicius de Lima Freitas[4]

RESUMO: A qualidade de vida e saúde tem melhorado têm sido bastante discutidas com o passar dos anos, isto ocorre, devido aos progressos políticos, econômicos, sociais e ambientais, assim como a melhoria na saúde pública e na medicina. O presente estudo teve por objetivo identificar os conceitos e definições da promoção da saúde e da qualidade de vida, mediante a uma revisão bibliográfica de livros disponibilizados em bibliotecas e periódicos indexados nas bases de dados do LILACS, MEDLINE e SCiELO entre os anos de 1999 e 2009. O estudo se caracteriza por uma revisão bibliográfica, sobre a promoção de saúde e qualidade de vida, definindo seus conceitos e definições. Deste modo, nosso estudo compreendeu a análise de 7 referências de periódicos indexados na base de dados citados acima e 4 livros foram encontrados mediante as pesquisa em biblioteca da Universidade de Franca. No total, foram encontradas 230 referências, no entanto apenas 11 versam, especificamente, sobre o tema Promoção de saúde e qualidade de vida, sendo que 4 referências são de capítulos de livros e os demais são artigos disponibilizados na integra. Em relação à literatura atual, podemos destacar que nestes 11 anos, é fácil de encontrar várias referências para estes temas, porém, poucos estudos estão realmente abordando o conceito da promoção da saúde e qualidade de vida com o devido enfoque necessário. Possivelmente isto ocorra pelo fato destes dois termos estarem muito presente no nosso cotidiano, atribuídos das mais variadas formas pelos os meios de comunicação e marketing.

Palavras-chave: Promoção de saúde. Qualidade de vida. Estilo de vida. Subjetividade.

[1] Fisioterapeuta, Mestrando em Promoção de Saúde – UNIFRAN. E-mail: fernandoldiniz@yahoo.com.br

[2] Educador Físico, Mestrando em Promoção de Saúde – UNIFRAN.

[3] Médico, Mestrando em Promoção de Saúde – UNIFRAN.

[4] Educador Físico, Mestrando em Promoção de Saúde – UNIFRAN.

Introdução

Atualmente, prevalece no Brasil o modelo biomédico de atenção à saúde, "no qual ter saúde significa não estar doente: não se sentir doente, não ter aparência de doente e não necessitar de medicamentos" (BYDLOWSKI et al., 2004, p.15). Numa compreensão mais ampla do processo saúde-doença e seus peremptórios, a promoção da saúde sugere a "articulação de saberes técnicos, populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados de diversos setores, para o enfrentamento e a resolução dos problemas de saúde e seus determinantes" (BUSS, 1999, p. 179).

No entanto a promoção da saúde vem sendo entendida nos últimos anos, como uma estratégia propícia para enfrentar os múltiplos problemas de saúde que comprometem as populações e tudo que esta em sua volta (BUSS, 2000). Por exemplo, a alteração do perfil de morbimortalidade ocorre mundialmente, até mesmo nos países em desenvolvimento, o que revela o aumento da prevalência das doenças crônico-degenerativas. Os avanços terapêuticos e as probabilidades efetivas de controle dessas patologias têm proporcionado o aumento da expectativa de vida e ou sobrevida destas pessoas acometidas por esses agravos (SEIDL; ZANNON, 2004).

Desta forma, para apresentar uma vida saudável, seria necessário satisfazer as necessidades dos sujeitos, incluindo as diversas dimensões que as compõem. "Essa satisfação é entendida como a possibilidade de constituir as condições necessárias para o que se convencionou chamar de qualidade de vida" (BUDÓ et al., 2008, p. 1). Para abordamos o assunto de qualidade de vida, temos que levar em consideração a modernidade, e "entende-se por modernidade não aquilo tecnologicamente moderno, de ultima geração, mas sim toda a revolução urbana pela qual passaram as sociedades, e todo o processo de mudança gerado para a conquista do progresso existente hoje" (CUNHA et al., 2005, p.7).

A qualidade de vida e saúde tem melhorado em muito com o passar dos anos, isto ocorre, devido aos progressos políticos, econômicos, sociais e ambientais, assim como a melhoria na saúde pública e na medicina. Tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, podemos observar à má "distribuição de renda, o analfabetismo e o baixo grau de escolaridade, assim como, as condições precárias de habitação e ambiente têm um papel muito importante

nas condições de vida e saúde". (BUSS, 2000, p. 165).

O conhecimento de qualidade de vida está vinculado ao modo, as condições e os estilos de vida compreendendo as importância de desenvolvimento sustentável e ecologia humana, associado ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. De tal forma que se observa uma intrínseca relação entre condições e qualidade de vida e saúde. O mínimo grau material e universal para se discorrer sobre a qualidade de vida está relacionado ao contentamento das necessidades mais básicas dos seres humanos por ex: "alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer, considerados elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva" (MINAYO et al., 2000, p. 10).

Segundo pressupostos citados acima, o presente estudo teve por objetivo identificar os conceitos e definições da promoção da saúde e da qualidade de vida, mediante a uma revisão bibliográfica de livros disponibilizados em bibliotecas e periódicos indexados nas bases de dados do LILACS, MEDLINE e SCiELO entre os anos de 1999 e 2009.

1 Metodologia

O presente estudo se caracteriza por uma pesquisa exploratória - bibliográfica, sobre a promoção de saúde e qualidade de vida, definindo seus conceitos e definições, onde foram utilizados alguns sites de pesquisas em ciências da saúde como: LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, MEDLINE - Literatura Internacional em Ciências da Saúde e SciELO - Scientific Electronic Library Online. Utilizando-se dos descritores em ciências da saúde da biblioteca virtual em saúde "Promoção da saúde" (Health promotion) e qualidade de vida (Quality of life), foi realizada uma revisão de artigos e / ou livros brasileiros publicados, entre 1999 e 2009, com exceção do posicionamento da World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL) no ano de 1995. Todos os artigos estão indexados nas bases de dados especializadas na área de saúde, já os livros foram encontrados mediante as pesquisa em bibliotecas universitárias, mas há de se informar que eles também faziam parte das bases de dados pesquisada, porém não tínhamos o acesso do material na integra, por isso utilizamos a pesquisa via biblioteca.

Deste modo, nosso estudo compreendeu a análise de 11 referências de periódicos indexados na base de dados citados acima. No total, foram encontradas 230 referências, no entanto apenas 11 versam, especificamente, sobre o tema Promoção de saúde e qualidade de vida, sendo que quatro referências são de capítulos de livros e os demais são artigos disponibilizados na integra.

Para este estudo, aceitamos o desafio de aprofundar a discussão atual sobre as relações entre promoção da saúde e qualidade de vida, por meio de uma revisão bibliográfica, buscando as bases conceituais e suas definições. Assim, esperamos poder contribuir na formação de conceitos atuais que permitam compreender este tema de grande importância para os profissionais da área da saúde.

Promoção da saúde e qualidade de vida

O movimento da Promoção da Saúde vem avançando com o passar dos tempos, propiciando aos profissionais relacionados a questões de qualidade de vida, uma nova forma de pensar e de agir, a idéia principal seja o desenvolvimento do ser humano num mundo profícuo. Porém "o serviço de saúde, baseado no modelo biomédico curativo, com a medicalização da população e o desenvolvimento de tecnologias de alto custo, promove uma situação de exclusão, dificultando o acesso de pessoas de baixa renda". Para que se alcancem no mínimo as condições básicas para uma sobrevivência com decência à população, são necessárias propostas que atentem para as mudanças concretas nos indivíduos, nos grupos e nos governos (BYDLOWSKI et al., 2004, p.16).

> No setor saúde, se tornou comum utilizarmos e reproduzir, a seguinte frase: saúde não é doença, saúde é qualidade de vida. Por mais correta que esteja tal afirmativa costuma ser vazia de significado e, freqüentemente, revela a dificuldade que temos, como profissionais da área, de encontrar algum sentido teórico e epistemológico fora do marco referencial do sistema médico que, sem dúvida, domina a reflexão e a prática do campo da saúde pública. Desse modo, podemos dizer que o conceito de saúde tem relações ou deve estar mais próximo da noção de qualidade de vida, que saúde não é mera ausência de doença, já é um bom começo, porque manifesta o mal estar com o reducionismo biomédico (MINAYO et al., 2000, p.8).

Conforme Budó et al. (2008) a promoção da saúde está exatamente inserida neste contexto, onde se configura como instrumentos dos serviços de saúde, com ações intersetoriais muito importantes, afim de estabelecer a qualidade de vida condizente com a própria saúde das pessoas.

O conceito qualidade de vida tem ocasionado a produção de várias pesquisas, crescendo seu uso nas práticas oferecidas pelos serviços de saúde e por equipes de multiprofissionais que agem junto a os usuários acometidos por diferentes enfermidades. Atualmente observamos duas correntes em relação à conceituação do termo na área de saúde, sendo a qualidade de vida como um conceito mais genérico e a qualidade de vida relacionada à saúde. Este conceito mais amplo tem influência por estudos sociológicos, nos quais não fazem referencias a disfunções ou agravos, já o termo qualidade de vida relacionada à saúde é usualmente utilizado na literatura com os objetivos semelhantes à acepção mais ampla. Porém, ditame implicar nos aspectos coligados às enfermidades ou às intervenções em saúde (SEIDL; ZANNON, 2004).

De acordo com a World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL, 1995, p. 1405) a qualidade de foi definida como "a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

"As definições ampliadas já descritas convivem com outras mais restritas e específicas, como as econômicas e como as que também têm sido desenvolvidas no setor saúde e que, como já dissemos quase sempre se resumem ao campo médico" (MINAYO et al., 2000, p.12).

O tópico da influência da saúde sobre as condições e a qualidade de vida, tem atravancado os políticos e pensadores ao longo dos tempos. Visto que, há muito tempo tem sido discutido o papel da medicina, da saúde pública e, num significado geral, "do setor saúde no enfrentamento do que seriam as causas mais amplas e gerais dos problemas de saúde, aquelas que fugiriam ao objeto propriamente médico da questão saúde" (BUSS, 2000, p. 164).

No entanto, podemos evidenciar outra tendência na literatura, especialmente em relação à construção de instrumentos específicos, com adequação de questionários ou escalas desenvolvidos originalmente para cada patologia e, ou mesmo de caráter amplo, que são alterados para ajustar-se à avaliação da quali-

dade de vida nas pessoas com outro tipo de agravo (SEIDL; ZANNON, 2004).

Alguns destes instrumentos compreendem a saúde como componente de um indicador composto, já outros intensificam o campo da saúde como seu objeto propriamente dito. Entre vários, temos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sendo um dos pioneiros e possivelmente seja um dos mais conhecidos e difundidos. Ele foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). "O IDH foi criado com a intenção de deslocar o debate sobre desenvolvimento de aspectos puramente econômicos – como nível de renda, produto interno bruto e nível de emprego – para aspectos de natureza social e também cultural". Para este indicador a acepção de renda, saúde e educação são três elementos fundamentais para qualidade de vida de uma população. (MINAYO et al., 2000, p.10).

2.1.1 Qualidade de vida como a relatividade da noção

A partir dos estudos de Minayo et al. (2000, p. 8-9) a qualidade de vida é "uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial." Para os autores este termo compreende muitos significados, o que incide de uma noção polissêmica, uma construção social, com a marca da relatividade cultural.

Seguindo essa afirmação a relatividade da noção teria três tópicos bases.

1° Histórico: diferentes etapas históricas, com parâmetros de qualidade diferentes na mesma sociedade.

2° Cultural: "valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições". Porém, "ele não nos impede de perceber que um modelo hegemônico está a um passo de adquirir significado planetário" configurando com um padrão de consumo dos países desenvolvidos.

3° Estratificações ou classes sociais: com a desigualdade social a percepção de bem estar relacionada à idéia de qualidade de vida, só ocorre quando atinge o patamar das camadas superiores.

Segundo Westphal (2008, p.159) a concepção de qualidade de vida pode ser enganosa quando levado em consideração o padrão de consumo, pois colabora para manter alienada toda população, mas ele pondera os argumentos

do relativismo cultural, quando o significado do consumo para a população, passa ser reconhecidos e entendidos pelos profissionais de saúde. Sendo que o trabalho em conjunto por melhores condições de saúde só ocorre a partir da compreensão do significado das demandas da população residentes em um determinado local. O autor ainda descreve que vários estudos ligados as ciências sociais e a filosofia, estão atribuindo formas de "conceituar a qualidade de vida a partir do universo cultural e do atendimento de necessidades de sobrevivência, cujo conhecimento pode ajudar no entendimento das demandas da população, sobretudo a que se encontra abaixo do nível de pobreza".

2.1.2 Qualidade de vida, subjetividade e estilo de vida

No estudo de Castiel (2003, p.81) é possível visualizar que o primeiro nome da identidade na era moderna é a subjetividade. Sendo que esta subjetividade ocidental para alguns autores está entrando em divergências, nos aspectos socioculturais e pessoais. Ou seja, nos dias atuais não teríamos mais identidades pessoais estáveis que nos certifiquem a idéia que temos de nós mesmos, como sujeitos relativamente unificados/ integrados. Neste aspecto, na atualidade, "a sexualidade, ao mesmo tempo, tanto torna parte na configuração caleidoscópica da identidade cultural como sofre os efeitos da fragmentação e da pletora de matrizes identidárias constitutivas da subjetividade contemporânea".

De acordo com a literatura cientifica que visa determinar a qualidade de vida, podemos observar um conflito entre os fatores objetivos ou fatores subjetivos, a necessidade de se relacionar com outras pessoas, formando identidade social, integrando com a natureza de forma social e harmônica (WESTPHAL, 2008). De fato, podemos observar que não há um consenso no que tange a qualidade de vida. E sim interpretações pessoais e tentativas de modificar estas interpretações em medidas objetivas. A complexidade do conceito está arrolada aos seus elementos objetivos (fatores econômicos, sociais, políticos e outros) que se confundem com os elementos subjetivos (que consideram a percepção que o sujeito tem em relação ao seu meio ambiente e ao seu modo de vida) (CUNHA et al., 2005).

Os significados da subjetividade nos tempos atuais parecem estar um pouco obscuros para sua definição imediata. Prosseguindo essa discussão conceitual temos o estilo de vida como fontes de discernimento de responsabilidade na

esfera da promoção da saúde, onde ele atua na idéia da culpa que pode se avizinhar ao engano, tendo comportamentos nocivos à saúde que poderiam se relacionar à intenção, de tal modo que suponha que seriam sujeitos ao controle da vontade. No entanto, não podemos desconsiderar os personagens deste cenário biopolítico, no qual estamos passando, onde se caracterizam por uma conduta individualista e desvinculada da atmosfera política, quando levado a área de negociações para a produção da vida coletiva. Neste mundo, "as pessoas que podem atuar como agentes no mercado têm a liberdade de escolher e o direito de decidir seus destinos aquisitivos quando e onde bem entendem" (CASTIEL; DIAZ, 2007, p. 63).

De acordo com Cunha et al. (2005, p.11) o conceito de qualidade de vida se refere ao grau de satisfação dos sujeitos inseridos num contexto ampliado, relacionado com suas necessidades humanas básicas, materiais (água potável, saneamento básico, alimentação, higiene, saúde, educação e outros) e imateriais (segurança, participação, direitos cívicos, etc.), e suas motivações em relação à sua vida e suas expectativas futuras. Entretanto, "entende-se que ter boa qualidade de vida não depende apenas do que nos é ofertado pelo meio em que vivemos; depende também da percepção de cada um em relação ao que seu tem e suas respectivas expectativas".

Discussão

A primeira dimensão de análise refere-se ao ano de publicação dos artigos, a partir de 1999. Com exceção do posicionamento da World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL) no ano de 1995. Pois é um dos principais documentos, já publicados no assunto referente à qualidade de vida, abordando uma definição muito utilizada nos dias atuais onde o termo é definido como: "a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

Partindo-se de um conceito amplo no qual saúde não é considerada apenas ausência de doença, mas sim um estado de bem-estar, com ampla determinação. A dificuldade e as propostas relacionadas à saúde das populações estão no desafio de superar um problema de caráter filosófico e de valores. Ou seja, deveríamos

enfrentar o dualismo e a alienação, buscando abrir o caminho para a adoção de novas estratégias, como, às da Promoção da Saúde que por sua vez, abordam uma visão ampla e eqüitativa da realidade (BYDLOWSKI et al., 2004)

De acordo com o estudo Seidl e Zannon (2004) que empregou o termo qualidade de vida, com base em enfoque abrangente e panorâmico das principais questões teórico-metodológicas que caracterizam a aplicação do conceito no campo da saúde. Conclui que a qualidade de vida parece concretizar-se como uma variável importante na parte clínica e na área de saúde com produção de novos conhecimentos. Onde seu desenvolvimento poderá resultar em mudanças nas práticas assistenciais e na consolidação de novos paradigmas do processo saúde-doença. Assim, sendo qualidade de vida um construto eminentemente interdisciplinar, a contribuição de diferentes áreas do conhecimento podendo ser de fato valiosa e mesmo indispensável.

No estudo Cunha et al. (2005) que investiga os conceitos, dimensões e aplicações de qualidade vida, notamos à obsessão por conceitos como padrão de vida e qualidade de vida, onde seu inicio foi compartilhado por cientistas sociais, filósofos e políticos. Com o crescente desenvolvimento tecnológico da medicina e ciências afins, acarretou como decorrência negativa a sua progressiva desumanização. Deste modo o conceito de qualidade de vida passou a se referir ao movimento dentro das ciências humanas e biológicas (filosofia, economia, psicologia, pedagogia, medicina e enfermagem) na direção de apreciar parâmetros de maior significância que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou aumento da esperança de vida. Porém, na idade média a qualidade de vida estava relacionada ao poder (bens materiais). E na idade moderna a felicidade e o prazer estão entrelaçados numa caminhada conjunta.

Segundo a obra *Saúde Persecutória* de Castiel e Diaz (2007) o estilo de vida na atualidade tem uma definição aplicada em vários setores da vida moderna, onde conseguimos perceber algumas idéias nos meios de comunicação e na publicidade, voltada aos segmentos da cultura individualista do consumo no mundo moderno. O estilo de vida no setor da saúde pública, da promoção da saúde e da medicina, se constitui de uma macrocategoria centrada em várias explicações e teorias científico-acadêmicas sobre os processos de adoecimento nas quais uma acepção racional, volitiva, moralista e individualista da conduta humana atuaria de modo crucial como fator de risco epidemiológico.

Considerações finais

Em relação à literatura atual, podemos destacar que nestes 11 anos, é fácil de encontrar varias referências para estes temas, porém, poucos estudos estão realmente abordando o conceito da promoção da saúde e qualidade de vida com o devido enfoque necessário. Possivelmente isto ocorra pelo fato destes dois termos estarem muito presente no nosso cotidiano, atribuídos das mais variadas formas pelos os meios de comunicação e marketing. Outro fato que merece destaque é em relação aos profissionais da saúde, que poderiam contribuir para o desenvolvimento de decisões norteadoras. Onde novos procedimentos e as políticas de saúde deveriam estar justificados na sua capacidade de melhorar a qualidade de vida de sujeitos e coletivos.

De acordo com os relatos encontrados na literatura atual, podemos concluir que nos últimos anos à promoção da saúde se define como uma estratégia próspera para enfrentar os diversos problemas de saúde que afetam as populações e tudo que esta ao seu redor. Já a qualidade de vida compreende uma noção polissêmica relacionada à estética corporal e à vida no ambiente familiar, social e amoroso. Porém, notamos duas correntes em relação à conceituação do termo na área de saúde, sendo: a primeira qualidade de vida como um conceito mais genérico (influenciado por estudos sociológicos, sem fazer menções às disfunções ou agravos) e a segunda como qualidade de vida relacionada à saúde (sendo o mais utilizado pela literatura, com objetivos semelhantes os da primeira, mas com atenção voltada aos aspectos coligados às enfermidades ou às intervenções em saúde).

De fato, a conceituação da promoção da saúde e qualidade vida é um tanto quanto complexa, pois seus distintos contextos possibilitam interpretações das mais variadas formas. Acarretando-se em um tema controverso e instigante, que demanda, ainda, novas pesquisas para debates competentes e empenhos investigativos ampliados.

Referências

BUDÓ, M. L. D. et al. Qualidade de vida e promoção da saúde na perspectiva dos usuários da estratégia de saúde da família. **Online Brazilian Journal Of Nursing**, Rio de

Janeiro, v.7, n.1, p.1, abr. 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/objnursing/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2008.1104/291>. Acessado em: 28 abril 2009.

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.15(Sup. 2), p. 177-185, 1999.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.163-177, 2000.

BYDLOWSKI, C. R.; WESTPHAL, M. F.; PEREIRA, I. M. T. B. Promoção da Saúde. Porque sim e porque ainda não! **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.1, p.14-24, jan./abr., 2004.

CASTIEL, L. D. Dédalo e os dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da Saúde:** conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 79-95.

_____.; DIAZ, C. A. D. **A saúde persecutória**: os limites da responsabilidade. . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 21-75.

CUNHA, E.; BUONFIGLIO, F.; AKERMAN, M. **Qualidade de Vida:** conceitos, dimensões e aplicações. São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2005. p. 7-31.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.5, n.1, p.7-18, 2000.

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C. M. L. C. Qualidade de vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p. 580-588, mar./abr., 2004

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Soc. Sci. Med.; v.41, p.1403-1410, 1995.

WESTPHAL, M. F. Promoção da saúde e a qualidade de vida. In: ROCHA, A. A.; CESAR, C. L. G. **Saúde Pública**: bases conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008. p. 149-163.

Administração e Negócios

Risco e retorno: uma abordagem introdutória

André Augusto Locatelli[1]

RESUMO: Todas as empresas inseridas no mercado estão sujeitas ao risco independentemente do setor econômico no qual atua. Várias são as definições sobre o termo e os métodos de análise. O presente artigo apresenta uma revisão da literatura recente relacionada ao risco e retorno de ativos. Neste sentido, são descritos vários conceitos explicados por diversos autores e pesquisadores focando a definição de risco e retorno, o posicionamento dos administradores e empresas ao risco e o cálculo do retorno de ativos individuais em uma abordagem introdutória.

Palavras - chave: Risco. Retorno e Gestão.

1 – Introdução

Risco e retorno é um assunto de fundamental importância para as empresas brasileiras, discutido principalmente dentro de estruturas organizacionais consolidadas e com expressiva participação mercadológica, como por exemplo, as empresas com capital aberto. (GITMAN, 2004)

Outro tipo de estrutura organizacional está presente no cenário econômico brasileiro, as sociedades limitadas, responsáveis por produzir produtos ou serviços com qualidade para serem inseridos no mercado à disposição dos consumidores finais e garantir empregabilidade para seus funcionários maximizando a riqueza dos proprietários.

Todas as ações empresariais praticadas e investimentos em novos empreendimentos não são apenas alcançadas sem esforço e sim trabalhadas com certo grau de risco assumido pelo empreendedor no alimento de seu sonho. É inequívoco pensar em ausência de risco, pois, seja qual for à operação que envolva uma unidade de tempo e dinheiro apresenta um determinado nível de risco a certo retorno esperado. (GITMAN, 2004).

[1] Professor de Economia e Finanças da Faculdade Patos de Minas; Graduado em Administração; Especialista em Gestão Empresarial e Metodologia e Tecnologia para Educação a Distância. E-mail: auglocatelli@gmail.com

Grandes riscos e retornos estão presentes no mercado o tempo todo. Neste artigo são apresentadas várias definições para risco como Bernstein (1998), Marshall (2002), Duarte Jr. (1996) e definição de retorno como Gitman (2004). Neste sentido, são apresentadas as definições de risco, retorno e o posicionamento dos administradores e empresas em relação ao risco.

2- Risco e retorno

2.1 – Conceito inicial de risco:

Toda empresa inserida no mercado possui uma parcela de risco associada à sua estrutura. Risco, segundo Gitman (2004), é a "possibilidade de perda financeira". Perda financeira nada mais é do que não reaver com saldos positivos um capital investido em um negócio em um determinado período de tempo.

Segundo Bernstein (1998) a palavra risco é derivada do latim *risicare*, que significa ousar. Marshall (2002. p.36) destaca alguns sentidos para risco como a "variância no resultado".

Marshall (2002) propõe a importância de se diferenciar risco e incerteza, onde, risco se aplica aos resultados que mesmo não sendo certos, apresentam uma determinada probabilidade que possa ser mensurada por dados estatísticos, porém, a incerteza está presente quando o resultado não pode ser previsto.

A idéia de risco proposta por Assaf Neto (2003) é muito próxima do conceito apresentado por Gitman (2004), de forma mais específica, o risco está diretamente associado às probabilidades de ocorrência de determinados resultados em relação a um valor médio esperado. É um conceito voltado para o futuro, revelando uma possibilidade de perda.

O risco de natureza operacional é relacionado às atividades operacionais da empresa como perda de mercadorias e matéria prima, falha humana em processos, excessos de desperdícios, treinamento ineficaz entre outros. (HOJI, 2008).

Segundo o relatório de análise de desempenho do Banco do Brasil (2008) o risco operacional é definido basicamente como a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequações de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como, catástrofes ou atividades criminosas. A aná-

lise gerencial do banco Itaú (2008) diz que o risco operacional representa a possibilidade de ocorrência de perdas devido a pessoas, processos, problemas contratuais ou documentais, tecnologia, falha de infra- estrutura e até desastre, influencias externas e relações com clientes, conceito muito parecido com a colocação proposta pelo banco do Brasil.

Segundo o Unibanco em seu relatório anual (2004) os riscos operacionais relacionam-se diretamente às perdas inesperadas de uma instituição, em virtude de seus sistemas, práticas e medidas de controle incapazes de resistir a erros humanos, a infra-estrutura de apoio danificada, falha de modelagem, serviços ou produtos e as mudanças no ambiente empresarial evolutivo ou outras condições de mercado adversas.

Duarte jr. (1996, p.27) diz que o "risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos". Tais definições expressam o conceito operacional do risco, existe também a definição financeira, que é relacionada ao investimento em ativos individuais.

Para Hoji (2008) A natureza financeira do risco refere-se aos impactos exercidos sobre a estrutura dos ativos e passivos financeiros, refere-se a aumentos nos preços de matéria prima ou mercadorias para a revenda, pressão para baixas consecutivas em preço de venda, aumento de taxas de juros o que torna o financiamento mais caro para o empresário.

Segundo Gitman (2004) o risco financeiro pode ser mensurado pelo grau de alavancagem financeira que é resultado da utilização dos recursos financeiros fixos na geração de receita. O ADVFN (2009) define risco financeiro como sendo o risco corrido pelos acionistas de uma empresa quando a empresa em questão não é financiada exclusivamente por capital próprio.

É evidente que o risco financeiro está atribuído ao risco de mercado, pois, segundo relatório das análises financeiras do Bradesco (2008) o risco de mercado refere-se principalmente às oscilações de taxas referentes aos descasamentos de taxas, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da instituição.

A tabela abaixo evidencia com clareza as colocações específicas e diferenciadas relacionadas ao risco e aos conceitos atualmente discutidos, segundo Gitman (2004, p.185).

WTabela 1 - Fatores populares de risco para administradores financeiros e acionistas

Fonte de Risco	Descrição
Riscos específicos da empresa	
Risco operacional	A possibilidade de que a empresa não seja capaz de cobrir seus custos de operação. Seu nível é determinado pela estabilidade das receitas da empresa (fixos) e pela estrutura de seus custo operacionais.
Risco Financeiro	A possibilidade de que a empresa não seja capaz de saldar suas obrigações financeiras. Seu nível é determinado pela previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais da empresa e suas obrigações financeiras com encargos fixos.
Riscos específicos dos acionistas	
Risco da taxa de juros	A possibilidade de que as variações das taxas de juros afetem negativamente o valor de um investimento. A maioria dos investimentos perde valor quando a taxa de juros sobe e ganha valor quando cai.
Risco de liquidez	A possibilidade de que um ativo não possa ser liquidado com facilidade a um preço razoável. A liquidez é significativamente afetada pelo porte e pela profundidade do mercado no qual o ativo é costumeiramente negociado.
Risco de Mercado	A possibilidade de que o valor de um ativo caia por causa de fatores de mercado independentes do ativo (como eventos econômicos, políticos e sociais). Em geral, quanto mais o valor do ativo reage ao comportamento do mercado, maior é seu risco; quanto menos reage, menor é seu risco.
Riscos para empresas e acionistas	
Risco de evento	A possibilidade de que um evento totalmente inesperado exerça efeito significativo sobre o valor da empresa ou um ativo específico. Esses eventos raros, como a decisão do governo de mandar recolher do mercado um medicamento popular, costumam afetar um pequeno grupo de empresas ou ativos.
Risco de câmbio	A exposição dos fluxos de caixa esperados para o futuro a flutuações da taxa de câmbio. Quanto maior a possibilidade de flutuações cambiais indesejáveis, maior o risco dos fluxos de caixa e, portanto, menor o valor da empresa ou ativo.
Risco de poder aquisitivo	A possibilidade de que as variações nos níveis gerais de preços, causada por inflação ou deflação na economia, afete desfavoravelmente os fluxos de caixa e o valor da empresa ou de um ativo. Normalmente as empresas ou os ativos com fluxos de caixa que variam com níveis gerais de preços apresentam risco mais baixo de variação de poder aquisitivo. Ao contrário, se os fluxos de caixa não variarem de acordo com os níveis gerais de preços, oferecem maior risco de poder aquisitivo.
Risco de tributação	A possibilidade de que variações adversas na legislação tributária venham a ocorrer. Empresas e ativos cujos valores são sensíveis a estas mudanças implicam maior risco.

Uma consideração deve ser feita a respeito da tabela 1. Apresentam-se na tabela vários conceitos sobre risco, porém, deve-se esclarecer que alguns destes riscos, são perfeitamente controláveis pela empresa, pois, constituem parte integrante de sua estrutura interna.

No caso, podem-se descrever como controláveis o risco operacional e financeiro, risco de liquidez e o risco de mercado. São riscos não controláveis pela empresa constituintes de uma parte externa que independe da vontade dos administradores e acionistas, o risco a taxas de juros, o risco de eventos, o risco de câmbio e o risco de tributação.

Pode-se ainda aplicar outros conceitos ao risco. Segundo Biz (1997) o risco de crédito como, por exemplo, a inadimplência de uma das partes de uma contratação em atuar de acordo com uma disposição contratual. Para Biz (1997) o risco país é o *risco associado com o ambiente econômico, social e político do país de origem do tomador*. Segundo Marshall (2002) o risco estratégico pode ser definido como o risco de implementar uma estratégia que pode ser malsucedida ou ineficaz e que leve ao fracasso o objetivo de alcançar o retorno pretendido.

2.2 – O posicionamento do investidor e das empresas ao risco:

Existem vários tipos de investidores no mercado, porém, o mais comum é aquela pessoa com aversão ao risco. Tal comportamento define-se de várias maneiras, onde, um investidor com aversão ao risco jamais escolheria uma alternativa cujo retorno esperado tenderia a zero. (FRANCISCHETTI, DIAS, PADOVEZE, 2007)

O risco implica em uma possibilidade de incerteza e provoca atitudes diferenciadas entre os administradores no processo decisório. Alguns são avessos, outros são propensos e ainda existem os indiferentes ao risco. (GITMAN, 2004)

Os administradores indiferentes ao risco não exigem aumento da remuneração do capital investido dado um aumento no risco, este tipo de posicionamento é infreqüente junto ao mercado financeiro e empresarial. Os administradores propensos ao risco tendem a abrir mão de um determinado nível de retorno para correr maiores riscos, esta prática tende a beneficiar muito pouco a empresa. Por último, existem os administradores avessos ao risco, ou seja, exigem um maior retorno dado um aumento no grau de risco do investimento. (GITMAN, 2004)

Esta aversão ao risco leva o investidor a escolher carteiras de investimentos diversificadas como uma forma de redução do risco assumido no investimento. (ROSS, et al, 2002)

Segundo Jorion (2003) os negócios das empresas estão diretamente relacionados ao risco, onde, empresa com maior competência na administração do risco obtém êxito no mercado e empresas com menor competência fracassam. Algumas empresas geram um esforço para obter vantagem competitiva com uma exposição ao risco planejada de forma estratégica, tal atitude deve ser monitorada com extremo cuidado para não gerar grandes perdas para as organizações.

Brighan et al (2001) apresenta que as empresas devem ter pessoas capazes de monitorar sistematicamente problemas potenciais para minimizar danos a medida que os negócios se tornam complexos, apresentando maiores dificuldades em identificar problemas futuros.

O risco deve ser gerenciado e monitorado para minimizar ao máximo os impactos com objetivo de reduzir perdas. (SA, 1999). Para Marshall (2002) a gestão do risco deve apresentar e utilizar ferramentas como planejamento estratégico para a análise de cenários.

2.3 – Definição de retorno:

Retorno pode ser definido como a remuneração de um capital aplicado em um investimento por um determinado período de tempo. Esta remuneração tende a beneficiar o investidor por um determinado grau de risco corrido em um investimento.

> O retorno de um investimento corresponde ao total de ganhos ou de prejuízos proporcionados por ele durante um intervalo de tempo. Esse retorno ocorre de duas maneiras: (1) mudanças no valor do ativo durante o intervalo de tempo considerado; (2) fluxo de caixa recebido pelo investidor na forma de lucros, dividendos, juros etc. proporcionado por este ativo. (MEGLIORINI et. al, 2009, p.69)

O retorno é definido por Megliorini (2009) como as perdas ou ganhos auferidos na mudança de valor de um determinado ativo ou os fluxos de caixa gerados em um intervalo de tempo.

Gitman (2004 p. 184) sugere a seguinte fórmula para o cálculo do retorno:

Onde: $$k_t = \frac{C_t + P_t - P_{t-1}}{P_{t-1}}$$

k_t = taxa observada, esperada ou exigida de retorno no período t.

C_t = fluxo de caixa recebido com o investimento no ativo no período de t-1 a t.

P_t = preço (valor) do ativo na data t.

P_{t-1} = preço (valor) do ativo na data t – 1.

Hipóteses para o cálculo do retorno de um ativo:

a. Fluxos de caixa do período R$ 10.000,00 ( )
b. Preço do ativo na data t R$ 5.000,00 ()
c. Preço do ativo na data t – 1 R$ 4.000,00 ( )

Com estes dados pode-se calcular o retorno do capital investido em um determinado ativo por um dado período de tempo. Observe:

$$k_t = \frac{C_t + P_t - P_{t-1}}{P_{t-1}} \times 100$$

$$k_t = \frac{10.000,00 + (5.000,00 - 4.000,00)}{4.000,00} \times 100$$

$$k_t = \frac{11.000,00)}{4.000,00} \times 100$$

$$k_t = 2,75 \times 100$$

$$k_t = 275\%$$

Um investimento em t -1 cujo preço do ativo é R$ 4.000,00 e preço em t de R$ 5.000,00 proporcionando ao investidor um fluxo de caixa de R$ 10.000,00 no período, gera um retorno de 275%.

2.4 – Relação entre risco e retorno:

O risco e o retorno apresentam uma relação diretamente proporcional. Retornos pequenos estão geralmente associados a pequenos riscos e retornos maiores estão associados a riscos maiores. (GROPPELLI e NIKBAKTH, 2006)

Para que um investidor possa auferir maiores ganhos no investimento de seu capital, terá que correr um grau de risco mais elevado. Groppelli e Nikbakht (2006. p.74) apresentam o gráfico que relaciona o risco e o retorno observe:

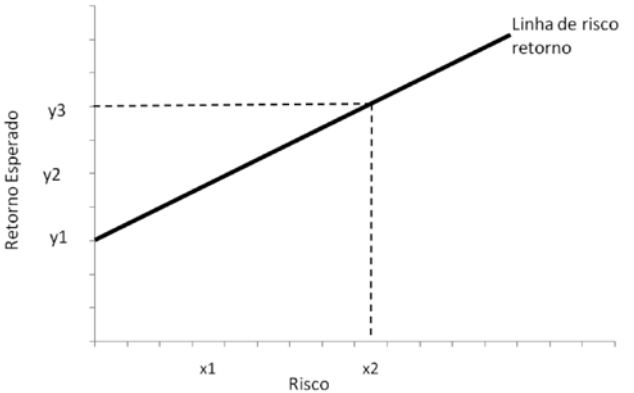


Gráfico 1 - Relação Risco e Retorno

3 – Considerações finais

O risco e o retorno são diretamente proporcionais. Para que um investidor possa alcançar um retorno mais elevado terá que assumir as conseqüências de correr maiores riscos. Então, retornos menores estão associados à pequena possibilidade de perda financeira e conseqüentemente um retorno pequeno sobre o capital investido, retornos maiores estão associados a uma possibilidade maior de ganho financeiro, porém oferecem riscos maiores em relação ao capital investido.

O tipo de risco a ser assumido depende diretamente do tipo de comportamento do administrador. Se for avesso ao risco, obviamente escolherá investimentos que ofereçam o menor risco possível sendo conformado com um retorno pequeno, caso seja propenso ao risco escolherá investimentos mais arriscados que lhe permitam auferir ganhos maiores. Por outro lado, existem as empresas ousando na tentativa de reduzir os riscos e aumentar o retorno para os investidores e ainda maximizar a riqueza dos proprietários.

A questão da escolha de um determinado investimento deve sim, associar

o comportamento do administrador com os benefícios resultantes para a empresa, ou seja, buscar sempre a maximização do retorno com uma expectativa de risco que possa ser satisfatória, calculada.

Referências

ADVFN. ADVFN Brasil. *Risco Financeiro*. Disponível em: http://wiki.advfn.com/pt/analiseDesemp1t08.pdf>. Acesso em 15/06/2009.

ASSAF NETO. A. *Finanças Corporativas e Valor.* São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO DO BRASIL. Banco do Brasil SA. *Análise do Desempenho.*Primeiro Trimestre de 2008. Disponível em http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/pt/ri/dce/

down/=port. Acesso em 12/06/2009.

BERNSTEIN, P. L. *Against the Gods: the remarkable story of risk.* John Wiley e Sons, Inc. New York, 1998, 383p.

BIS. Bank For International Settlements. *Core Effective Principles in Banking Supervision.* Basel Committee on Bankin Supervision. Setembro de 1997. Disponível em:<HTTP://www.biz.org>. Acesso em 01/05/2009.

BRADESCO. Banco Bradesco SA. *Demonstrações Financeiras.* Exercício 2008. Disponível em: http://www.bradesco.com.br/uploads/conteudo/24149/demosnt_

finan08.pdf. Acesso em 15/06/2009.

BRIGHAM, E. F. HOUSTON, J. F. *Fundamentos da moderna administração financeira.* 1ª- ed., Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DUARTE Jr. A. M. *Risco*: *Definições, Tipos, Mediação e Recomendações para seu gerenciamento,* São Paulo: Revista Resenha BM&F, Nº 114, novembro – dezembro de 1996. p.25-33.

FRANCISCHETTI. C. E., DIAS. E. A., PADOVEZE. C. L. *A Análise de risco como ferramenta para a tomada de decisão de investimento.* CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 07.,2007, São Paulo. Disponível em:http://www.convibra.com.br/2007/congresso/artigos/174.pdf. Acesso em 02/ 03/2009.

GITMAN. L. J. *Princípios de Administração Financeira.* 10ª- ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GROPPELLI, A. A., NIKIBAKTH, E. *Administração Financeira.* 2ª- ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

HOJI. M. *Administração Financeira e Orçamentária.* 7ª- ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ITAÚ. Banco Itaú SA. *Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis*. Exercício 2008. Disponível em: http://ww13.itau.com.br/portalri/index.aspx?idioma

JORION, P. *Value at Risk*. 2ª ed., São Paulo: BMF, 2003.

MARSHALL, C. *Medindo e Gerenciando Riscos Operacionais em Instituições Financeiras.* São Paulo: Qualitymark Editora.2002.

MEGLIORINI. E. VALTIM. M. A. *Administração Financeira: uma Abordagem Brasileira.* 1ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

ROSS, Sthepen A., WESTERFIELD, Randolph W., et JAFFE, Jefrey F. *Administração Financeira – Corporate Finance.* São Paulo: Atlas, 2002.

SA, G. T. de. *Investimentos no Mercado de Capitais.* Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1979.

UNIBANCO. Unibanco – união de Bancos Brasileiros SA. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e parecer dos auditores independentes.* Disponível em: http://www.unibanco.com.br/vste/_exc/_hom/index.asp. Acesso em 01/06/2009.

Educação e Linguagem

Educação e psicanálise e seus campos de atuação

Alessander Freitas do Amaral[1]

RESUMO: O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de estabelecer uma aproximação entre a Educação e a Psicanálise (conhecimento desenvolvido pelo médico austríaco Sigmund Freud), possibilitando aos educadores repensarem a sua prática e sua relação com o aluno na sala de aula. A partir de conhecimentos psicanalíticos o professor passa a ter um olhar diferenciado em relação à sua prática e também no que diz respeito à relação professor--aluno, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais agradável e prazeroso, que seduza o aluno e desperte o desejo e o prazer de aprender.

Palavras-chave: Educação – Professor – Psicanálise

Educação e psicanálise

Segundo Aranha (1996), a práxis educacional, sendo intencional, será mais coerente e eficaz se souber explicitar de antemão os fins a serem atingidos no processo.

Retomando a História, vê-se que a Grécia dos tempos homéricos preparava o guerreiro; na época clássica, Atenas formava o cidadão e Esparta e era uma cidade que privilegiava a formação militar. Na Idade Média, os valores terrenos eram submetidos aos divinos, considerados superiores, e assim por diante.

E hoje? Quais seriam os fins da educação no mundo contemporâneo? Que valores se encontram subjacentes ao processo? Estas explicações são relativamente simples quando são feitas a posteriori, mas, mostra-se problemática quando queremos definir os fins aqui e agora. Em primeiro lugar, é inadequada a procura de fins tão gerais, válidos em todo tempo e lugar.

---

[1] Licenciatura Plena em História pelo UNIPAM (Centro Universitário de Patos de Minas), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela FIP (Faculdades Integradas de Patrocínio) e mestre em Ciências da Educação pela UEP (Universidad Evangélica del Paraguay). Professor da FPM (Faculdade Patos de Minas), do Colégio Nossa Senhora das Graças e do Colégio Fonseca Rodrigues em Patos de Minas, MG.

De acordo com Aranha,

> Portanto, é preciso analisar os fins para uma determinada sociedade e, ainda assim, estar atento para os conflitos a ela Inerentes: onde existem classes com interesses divergentes, os fins não podem ser abstratamente considerados. Da mesma forma, não há como analisar os fins da educação em um país desenvolvido, aplicando as conclusões aos países em desenvolvimento. Portanto, os fins se baseiam em valores provisórios que se alteram conforme alcançamos os objetivos imediatos propostos e também enquanto muda a realidade vivida. (1996, p.51).

A educação também não pode ser compreendida à margem da História, mas apenas no contexto em que os homens estabelecem entre si as relações de produção da sua própria existência. Dessa forma, é impossível separar a educação da questão do poder: a educação não é um processo neutro, mas se acha comprometida com a economia e a política de seu tempo.

A educação não pode ser considerada apenas um simples veículo transmissor, mas também um instrumento de crítica dos valores herdados e dos novos valores que estão sendo propostos. A educação abre espaços para que seja possível a reflexão crítica da cultura (Aranha, 1996).

Como dizia Paulo Freire:

> As considerações ou reflexões até agora feitas vêm sendo desdobramentos de um primeiro saber inicialmente apontado como necessário à formação docente, numa perspectiva progressista. Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (1996, p.47)

E de acordo com Aranha:

> A educação deve instrumentalizar o homem como um ser capaz de agir sobre o mundo e, ao mesmo tempo, compreender a ação exercida. A escola não é a transmissora de um saber acabado e definitivo, não devendo separar teoria e prática, educação e vida (1996, p. 52).

A Psicanálise enquanto método de tratamento das desordens mentais e emocionais tem um papel fundamental não só dentro do atual contexto brasileiro, mas também em um contexto mais amplo, global. Estamos vivendo em um

mundo de rápidas e constantes transformações, mudanças. Mudanças como a globalização, a emancipação feminina, a desestruturação familiar, a dificuldade de lidar com a falta ou a perda, entre outras. Mudanças estas que às vezes não estamos preparados para recebê-las e acompanhá-las, fato este que contribui para o surgimento de complicações e transtornos de ordem emocional. Nesse mundo capitalista, materialista, consumista, e individualista em que se vive, está-se deixando um pouco de lado questões importantes, como a preocupação com o bem estar mental, pois primeiro vem a busca pelo lucro, pelo dinheiro. Portanto é preciso fazer um resgate do sujeito, valorizá-lo e trabalhá-lo em todas as dimensões, pensar no afetivo, no subjetivo e não só no prático, no mensurável, no observável.

Mrech (2005) aborda que alguns psicanalistas, ao lidarem com as questões educativas, costumam partir de uma resposta prévia, elaborada com base nos ensinamentos de Freud. Eles dizem que é impossível educar, é impossível ensinar.

Contudo, este "impossível educar, impossível ensinar" surge atrelado a contextos tão distintos, fazendo com que a própria colocação de Freud perca o seu impacto e originalidade, para se transformar em um simples chavão ou estereótipo.

Educação e Psicanálise são campos de saberes que apresentam significativas incompatibilidades epistemológicas, mas isto não significa que seja impossível estabelecer um diálogo entre essas áreas aparentemente incongruentes. O modelo psicanalítico, por se fundamentar em uma abertura e privilegiar a inconsciência, distancia-se do modelo educacional que tem suas bases constituídas em "normatizações" racionalistas.

É preciso que a Educação seja vista, percebida, sentida como puro acontecimento, e não regida apenas por elaborações racionalistas que tendem a limitar o humano em um padrão de quantificação.

> Pois bem, a Psicanálise ajuda não só a formar o corpo de conhecimentos teóricos disponível para o educador, mas podemos ver também que, hoje, a clínica e a prática escolar cotidianas, aliados ao incoercível do desejo, continuam empurrando muitos psicanalistas e educadores a buscar, incessantemente, modos de fazer da educação um instrumento que torne mais digna a sustentação do mal-estar na civilização (Kupfer, 2001, p.148).

Através de diversas elaborações e estudos desenvolvidos, conclui-se que não basta mudar os modelos educacionais, preocupar-se unicamente com os métodos, enquanto nossa consciência continuar limitada em um modelo que por excelência é arcaico, dicotômico e racionalista.

As colocações de Eric Laurent possibilitaram delinear mais precisamente certos aspectos relativos às questões de ensino no âmbito do ensino da Psicanálise.

> No acento colocado no ensino na orientação lacaniana, é preciso distinguir dois registros distintos. Por um lado, aquele da transmissão de disciplinas necessárias ao saber do psicanalista. por outro lado, a transmissão da maneira pela qual é preciso ler o inconsciente não como coisa morta, uma significação completa, um manual de psicologia, mas como uma coisa viva que tem necessidade de aporte de cada um de seus praticantes para encontrar seu devido lugar no mundo (Laurent, 2002, p.8).

Laurent (2002) destaca que existem três aspectos fundamentais na transmissão da Psicanálise. O primeiro deles se refere à importância do conteúdo, das disciplinas, no processo de formação, descartando assim as respostas mais imediatas que, desde o inicio, enfatizavam um "impossível de educar, um impossível de ensinar".

Em segundo lugar, Laurent (2002) também enfatizava a necessidade de privilegiar o inconsciente por meio de uma leitura viva, e não como uma leitura morta. O inconsciente estruturado pela singularidade de cada sujeito, privilegiando o específico de cada relação.

Pois de acordo com Aranha com relação aos fins da educação:

> Em um primeiro momento, é inadequada a procura de fins tão gerais, válidos em todo tempo e lugar. A procura de um ideal de homem universal, válido para todas as épocas, favorece a abordagem ideológica do problema (1996, p. 51).

Segundo Freud (1923) o termo Inconsciente é utilizado para se referir a todos os conteúdos que não se acham na consciência. No Inconsciente encontram-se forças recalcadas que lutam para passar para a consciência, mas são barradas por um agente repressor, o superego. Nessa área da vida psíquica é onde se encontram os impulsos primitivos que influenciam o comportamento e dos quais não se tem consciência. O Inconsciente funciona "automaticamente",

mas é possível de compreensão consciente, porém o Inconsciente nunca é acessível direta e claramente, só podendo ser explorado através de dados indiretos como é o caso de interpretação dos sonhos, por exemplo. O Inconsciente não se submete, pois obedece as leis opostas aquelas dos processos conscientes e pré-conscientes. Para o Inconsciente não existe a noção do tempo, os conteúdos inconscientes não se "desgastam" com o tempo, são sempre atuantes, portanto, um impulso básico tem no presente, a mesma força que possuía no passado e uma emoção recalcada permanece com a mesma intensidade com que foi conscientemente sentida pela primeira vez, não existe lógica para o Inconsciente, não é possível educá-lo, controlá-lo, ou seja, submetê-lo.

Por último, Laurent (2002) também destaca a importância do aluno tecer um laço social com o mundo, para que aquilo que se apresenta como intencionalidade educativa acabasse se transformando em um ato.

Para Mrech (2005), o ofício de educar, ao contrário do que pretendem e pensam muitos professores, não termina nunca e está em constante reformulação. Por esse motivo, ele não apresenta diretrizes, regras fixas e cartilhas ou guias de ação, ou seja, receitas. A Educação é um constante processo de vir a ser. Algo da ordem do incompleto, ou como diria Paulo Freire (1996), ensinar exige consciência do inacabamento.

Ainda de acordo com Mrech:

> A Psicanálise tornou evidente que nunca houve nem haverá como se atingir a prática perfeita, a Educação perfeita, o professor perfeito. O que se tem a cada dia são professores atuando. É a educação se fazendo e se refazendo no dia-a-dia. Uma prática limitada, uma Educação limitada e um professor limitado. Uma visão da qual muitos educadores procuram se afastar para ficar com o "ideal" da Educação: o modelo ideal, o professor como ideal, a escola ideal, a Educação como ideal (2005, p.29).

Freud, antes de refletir sobre a Educação e sobre sua relação com seus professores, em diversos momentos de seus escritos, e destacar os processos que circulam por essa relação – fenômenos sedutores transferenciais -, experimenta a relação educativa de forma intensa e alicerça, gradativamente, sua teoria no conhecimento que vai sendo construído dentro de relações impregnadas de sedução (Couto, 2003).

A Educação e a Psicanálise apesar de serem conhecimentos aparentemente incompatíveis podem se complementar. A Psicanálise contribui para a Educação fornecendo subsídios para o professor lhe dar com questões afetivas e inconscientes que fogem ao domínio do conteúdo específico que ele trabalha. A partir de conhecimentos psicanalíticos o professor passa a ter um olhar diferenciado em relação à sua prática e também no que diz respeito à relação professor-aluno.

O professor dotado de conhecimentos psicanalíticos tem condições de compreender melhor determinados comportamentos e atitudes de seus alunos, além de perceber a importância da dimensão afetiva na ação pedagógica, bem como criar condições para proporcionar um ambiente de aprendizagem agradável e prazeroso, que seduza o aluno e desperte o desejo e o prazer de aprender.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da educação.* São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia.* São Paulo: Moderna, 1993.

COUTO, Maria Joana de Brito D'Elboux. *Psicanálise e educação: a sedução e a tarefa de educar*. São Paulo: Avercamp, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Sigmund. *Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII).

_____. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud, v. XXI).

_____. *Uma dificuldade no caminho da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira. das Obras Psicológicas Completas de S. Freud v. XVII.

GÓMES, A. P. (1992). O pensamento prático do professor – A formação do professor

como profissional reflexivo. Em: Nóvoa, A. (coord.), *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote Instituto de Inovação Educacional.

KUPFER, Maria Cristina. *Educação para o futuro: Psicanálise e Educação.* SP, Editora Escuta, 2001.

KUPFER, M. C. (1992). *Idéias: Os Desafios Enfrentados no Cotidiano Escolar. Artigo: Afetividade e Cognição: Uma Dicotomia em Discussão.* SP: FDE / Secretaria de Estado da Educação.

_____ (2001b). *Freud e a Educação. O Mestre do Impossível.* (3ª ed.). São Paulo: Scipione.

LAURENT, Eric. *Reflexões sobre a forma atual do impossível de ensinar.* Disponível em: http: www.ch-freudien-be.org/bruxelles2002/debat11.html.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, Evandro (Org.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação.* São Paulo: Cortez, 1994.

MORGADO, Maria Aparecida. *Da sedução na relação pedagógica.* São Paulo: Summus, 2002.

MRECH, Leny Magalhães. *O impacto da Psicanálise na Educação.* São Paulo: Avercamp, 2005.

SALTINI, Cláudio J. P. *Afetividade e Inteligência.* Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. *A Paixão de Formar: da psicanálise à educação.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

Terminologia e comunicação: interfaces e congruências

Marcelo Marques Araújo[1]

RESUMO: Este artigo apresenta a Terminologia para o universo acadêmico da Revista Acta Científica. A Terminologia e em especial a TCT, Teoria Comunicativa da Terminologia, configuram áreas que fomentam a plataforma teórica de análise e construção de dicionários, glossários, vocabulários, enfim, terminologias das áreas de especialidade. Além de apresentar a área, também propomos uma amostra de análise de termos da comunicação com base teórica na Terminologia e na Análise do Discurso.

Palavras-chave: terminologia, comunicação, análise do discurso

Introdução

A Terminologia, conforme Wuster, seu iniciador, é uma área inter e transdisciplinar que trata dos conceitos e sua representação por termos, símbolos e outros signos lingüísticos. Essa área está em uma zona fronteiriça entre a Linguística, a Lógica, a Ontologia, a Ciência da Informação e as Ciências Exatas e Biológicas.

Segundo Finatto (2001), o aumento vertiginoso na produção e publicação de conhecimento especializado veiculado pela informação, no cenário atual, potencializa não somente a comunicação entre especialistas, mas também contribui para o aumento das dificuldades no processo de tratamento da informação, principalmente no que diz respeito à recuperação eficiente da informação. Com isso, são investidos esforços na elaboração de linguagens artificiais que

[1] Professor efetivo da Universidade Federal do Mato Grosso. Possui dez anos de experiência em docência, pesquisa e consultoria na área de Comunicação e Marketing. Foi assessor de comunicação da Câmara Municipal de Uberlândia. Trabalhou por cinco anos no grupo educacional mantenedor da FPM. Consultor na área de Comunicação e Marketing em instituições de ensino superior. Possui mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em Linguagem e Comunicação pela Universidade Mackenzie - SP. É membro do corpo de editores e editor responsável pela Revista Acta Científica, da Faculdade Patos de Minas. E-mail: mmajornalista@terra.com.br

auxiliam as atividades de representação do conhecimento especializado, visando facilitar a comunicação em ambientes específicos. Conhecimento especializado é entendido aqui como o conhecimento formalmente registrado por meio dos mais variados suportes informacionais presentes em ambientes científicos, tecnológicos, profissionais etc. A comunicação nesses ambientes ocorre com base em uma linguagem de especialidade, que, por sua vez, possui uma terminologia própria. O domínio e o controle dessa terminologia é fundamental para que os especialistas (de determinada área do conhecimento ou de determinado domínio específico) compartilhem conhecimento. Para que esse compartilhamento ocorra efetivamente é necessário precisão na comunicação manifestada pela linguagem de especialidade e, conseqüentemente, precisão no uso da terminologia específica.

Os modelos de representação do conhecimento são mais bem compreendidos por meio de teorias que tenham como objeto de estudo o 'termo' e suas implicações. Dentre as teorias modernas da Terminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), elaborada por Maria Teresa Cabré, da *Universidade Pompeu Fabra* de Barcelona, é uma abordagem de base linguística que zela pelo caráter comunicativo dos termos inseridos na linguagem efetivamente utilizada em ambientes específicos. Daí o grande interesse em buscar nessa teoria fundamentos que sirvam de aporte teórico para refletir a respeito dos instrumentos que auxiliam a representação do conhecimento.

Dentre as teorias existentes na Terminologia, a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) fundamenta seus princípios no caráter comunicativo do discurso especializado, apresentando com isso uma coerente reflexão a respeito da linguagem efetivamente utilizada no âmbito especializado. É sabido que a comunicação especializada se manifesta por meio de uma linguagem de especialidade. Para obter-se êxito na comunicação especializada é necessária uma eficiente representação do conhecimento veiculado nos ambientes específicos. Com efeito, é necessário ter em vista que essa representação deve dar conta de uma linguagem efetivamente veiculada, de modo a privilegiar a realidade lingüística dos ambientes. Isso justifica buscar na Terminologia uma teoria de base linguística com uma perspectiva funcionalista. A perspectiva funcionalista busca entender a instrumentalidade da linguagem inserida nas situações sociais como uma atividade cooperativa estruturada.

Porém, é necessário retomar a Teoria Geral da Terminologia (TGT) a fim de descrever o percurso histórico até a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). A TGT foi a primeira a tratar sistematicamente a terminologia como uma disciplina, concebendo assim os primeiros alicerces da teoria moderna. Um breve relato histórico dá conta que na década de 1930, o engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), preocupado em criar um instrumento de trabalho que desfizesse a ambiguidade na comunicação técnico-científica, publica em 1938, o *The Machine Tool*, dicionário especializado na área de engenharia. Com uma preocupação puramente metodológica e normativa, Wüster traça as primeiras linhas de sua teoria terminológica (a TGT).

Décadas depois, mais precisamente em 1968, Wüster deixa de lado a prática metodológica para estudar a fundo a natureza dos termos. Para Cabré (1993) a Terminologia é abordada por Wüster como uma matéria autônoma descrita pela TGT e definida como um campo próprio em relação a outras ciências e outras disciplinas. Em síntese, a TGT é uma teoria de caráter prescritivo, pautada em uma linguagem 'ideal', que desconsidera a flexibilidade efetiva do processo comunicativo no ambiente especializado, e visa à normatização (padronização) internacional dos termos especializados.

Na década de 1990, com base no funcionamento da comunicação especializada e com uma visão descritiva, surge a Socioterminologia que, fundada por François Gaudin em 1993, estuda as terminologias na análise da língua, privilegiando seu uso social, contrapondo a atribuição formal de rótulos postulados pela Teoria de Wüster. A Teoria de Gaudin abre caminho para outros trabalhos que seguem a influência de estudos lingüísticos e comunicacionais para pensar a Terminologia. Os estudos de Enilde Faulstich, da Universidade de Brasília, e de Maria Teresa Cabré, são exemplos dessa tendência teórica. Gaudin (1993), afirmando que a terminologia não pode ser estudada isoladamente, sem se considerar o contexto social, econômico e comercial, constrói os pilares da Socioterminologia. O autor lança mão da Sociolinguística, que considera o contexto social, cultural e político, para analisar o emprego da língua francesa, e afirma que a prática terminológica não pode de forma alguma ser dissociada do conhecimento do campo de atuação dessa prática, levando em consideração o texto produzido nesse campo, seu público, sua ação e sua utilidade.

Segundo Gaudin (1993), as características da Socioterminologia possibi-

litam estudar o funcionamento dos léxicos profissionais que efetivamente são utilizados na comunicação entre os pares de um domínio de conhecimento ou profissional. Outra característica marcante da Socioterminologia é se reportar à origem dos termos, verificando não somente sua recepção e aceitação na comunidade especializada, mas principalmente identificando as causas do fracasso ou as razões do sucesso de seu uso efetivo. Tal fato faz com que a teoria transcenda a terminologia escrita e normativa. É evidente que a Socioterminologia atua nas práticas lingüísticas e sociais concretas, e para tanto, localiza-se nas leis que unem trabalho e linguagem. Concomitantemente ao desenvolvimento da Socioterminologia surge a TCT.

A criação da TCT ganha forças na segunda metade da década de 1990, momento em que a Teoria Geral da Terminologia recebe inúmeras críticas por seu caráter reducionista e idealista. Não deixando de considerar a importância da TGT para o estudo sistemático da terminologia, mas sim, evoluindo o pensamento terminológico de acordo com as necessidades reais de comunicação do universo tecnico-científico (especializado), Cabré (1999) ressalta que a ótica prescritiva e normativa da TGT limita a comunicação profissional devido à inflexibilidade ao se tratar os termos, seus conceitos e características. Para a autora, esse reducionismo ocorre devido às crenças idealistas de que os conceitos preexistem às expressões; de que o conhecimento técnico-científico é uniforme e universal; de que a estruturação de um campo de conhecimento independe de seu contexto; de que os âmbitos especializados são neutros e consensuais; e a crença de que o termo normalizado apresenta as características mais significativas para todas as situações.

A TCT, diferentemente da TGT, que enaltece as diferenças entre Linguística e Terminologia, visa considerar as relações existentes entre ambas as disciplinas para traçar uma teoria de base linguística que analise as unidades terminológicas tendo em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. Em vez de restringir seus fundamentos, a TCT busca uma teoria generalizada, levando em consideração que a Terminologia é interdisciplinar (integra aspectos da Lingüística, das Ciências Cognitivas e das Ciências Sociais) e transdisciplinar (atua em todas as disciplinas, pois não há representação e comunicação eficiente do conhecimento sem uma terminologia).

Segundo Cabré (1999), a TCT não considera os termos como unidades

isoladas que constituem seu próprio sistema, mas sim, considera-os como unidades que se incorporam ao léxico de um falante no momento em que este adquire o *know how* de especialista por meio da aprendizagem do conhecimento especializado.

Na esfera da Terminologia, ficam evidentes duas vertentes teóricas distintas. A primeira, liderada pelos postulados da TGT, desenvolve o raciocínio sob uma perspectiva formal e prescritiva, e a segunda, liderada pela Socioterminologia e pela TCT, postula seus fundamentos sob a abordagem funcionalista do uso linguístico.

A TCT, em pouco tempo, passou a ser referência teórica em grande parte das pesquisas terminológicas realizadas no Brasil. Essa grande influência não é sem razão, haja vista que uma teoria descritiva de base linguística parece ser muito mais adequada ao contexto brasileiro, contexto de um país monolíngue com grande variedade dialetal. Só mesmo uma teoria descritiva para dar conta das especificidades das terminologias aqui praticadas.

Segundo Finatto (2001) o que se observa, muitas vezes, é que a prática terminológica ainda se aproxima muito da concepção clássica da terminologia, que estabelece algumas características fundamentais: a) a prioridade do conceito em detrimento do termo; b) a precisão do conceito, o que retoma, de certo modo, a eliminação da ambiguidade e a busca da univocidade; c) a consequente abordagem onomasiológica, já que toda a atividade terminológica parte do conceito; d) a proeminência do nível lexical em detrimento dos demais níveis de descrição linguística (morfológico, sintático, textual, discursivo); e, finalmente, e) a prescrição.

Segundo Almeida (2006), um projeto terminológico vinculado teoricamente à TCT deve refletir na sua prática os seguintes pressupostos gerais:

a. o objeto central da Terminologia são as unidades terminológicas e não os conceitos. Eleger as unidades como objeto central significa reforçar uma perspectiva linguística e uma abordagem semasiológica;
b. não há uma diferença *a priori* entre termo e palavra, o que há são signos linguísticos que podem realizar-se no discurso como termo ou palavra dependendo da situação comunicativa;
c. os níveis lexical, morfológico, sintático e textual podem veicular conhecimento especializado;

d. os termos devem ser observados no seu ambiente natural de ocorrência, ou seja, nos discursos especializados;
e. a variação conceitual e denominativa deve ser considerada;
f. do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas: i) estão subordinadas a um contexto temático; ii) ocupam um lugar preciso num mapa conceitual; iii) o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003).

Preocupada em conceber uma teoria que contemple o caráter flexível do processo comunicativo dentro do universo especializado, Cabré (1999) propõe uma visão alternativa de estudo das unidades terminológicas. Para tanto, apresenta três princípios e três condições que norteiam sua reflexão teórica:

1. *Princípio da poliedricidade do termo*: as unidades terminológicas são poliédricas, pois integram, ao mesmo tempo, aspectos lingüísticos, cognitivos e sociais.
2. *Princípio do caráter comunicativo da terminologia*: o termo persegue imediata ou remotamente a função comunicativa, seja comunicação direta (realizada entre especialistas), seja comunicação indireta (realizada por meio de traduções ou interpretações), seja ainda por meio de linguagens documentárias.
3. *Princípio da variação*: no processo comunicativo existem variações do tipo sinonímica (denominações distintas para um mesmo conceito), ou polissêmicas (conceitualizações distintas para uma mesma denominação). O que comumente é entendido por sinônimo (mais de uma palavra designando o mesmo significado), em Terminologia se considera que diferentes termos estão em relação de sinonímia, assim como o que frequentemente é entendido por polissemia (uma palavra possuir mais de um significado), em Terminologia se entende que diferentes termos estão em relação de homonímia. Tais afirmações se devem ao fato de que para a terminologia um termo é uma unidade composta por um único conceito e uma única designação lexical; portanto, se uma mesma designação lexical possuir dois ou mais conceitos distintos, trata-se de dois ou mais termos em relação de homonímia. O mesmo se aplica para o caso de um único conceito que apresenta mais de uma designação lexical: trata-se de mais de um termo em relação de sinonímia.

O princípio da variação é especialmente importante para este artigo. A comunicação, em especial o jornalismo e a publicidade, é uma área que tem a terminologia pouco explorada e, por isso, muitos termos aparecem com vários conceitos. É o caso, por exemplo, de *mobile*, conceitualizado pelo Dicionário de Comunicação como "peça publicitária usada em pontos-de-venda, confeccionada geralmente em papelão e arame, e suspensa no espaço por fios, para movimentar-se ao vento" (DC, 2008, p. 202). Porém, no mesmo dicionário há indicação do termo significando "bandeirolas" e "display", além de "ação de *marketing on-line*". É um termo com grande polissemia.

Quanto às condições, Cabré (1999), destaca:

1. a *Condição de linguagem natural*: a linguagem especializada é um subconjunto da linguagem natural, pois respeita o conjunto de regras (gramática) da linguagem natural. Embora a terminologia esteja sob a égide de uma linguagem de especialidade e esta esteja restrita a um público reduzido, seu objeto é a unidade lexical, que originalmente não é nem palavra nem termo, pois é a situação comunicativa que decidirá esse aspecto.
2. a *Condição de comunicação especializada*: a terminologia é tematicamente marcada, produz-se em situações profissionais e não adquire seu significado diretamente do objeto da realidade, mas sim de estruturas consensuais e preestabelecidas. Portanto, é formal e seletiva.
3. a *Condição de especialização:* o grau de especialização de um texto é pautado no modo como este veicula sua temática, dependendo de sua densidade terminológica e da variação expressiva dos conceitos referenciados.

Os princípios e condições expostos acima são os primeiros alicerces da construção de uma teoria de base linguística que analisa a terminologia como um conjunto de unidades denominativo-conceituais extraídas da linguagem natural, representando e comunicando o conhecimento especializado dentro de uma situação profissional real.

Em síntese, os supostos da TCT, segundo Cabré (1999), são:

Não conceber a terminologia como uma disciplina autônoma, mas sim, concebê-la como uma interdisciplina que integra aspectos de uma teoria da linguagem, de uma teoria do conhecimento e de uma teoria da comunicação

Explicar as diferenças e concomitâncias entre conhecimento geral e especializado – considerando que ambos são competências do falante-especialista – mantendo as peculiaridades de cada um.

Explicar a interdisciplinaridade dos termos, considerando a diversidade de perspectivas dos especialistas e das especialidades, pautada no caráter poliédrico e multidimensional do termo.

Esclarecer como o conceito pode fazer parte de distintas áreas de conhecimento, mantendo, trocando ou acrescentando características que explicam se tratar ou não do mesmo conceito. Sem ignorar o fato de que um termo possa surgir genuinamente em um campo de especialidade, descarta-se a idéia de que um termo pertença genuinamente a um único âmbito de especialidade, pois o surgimento de termos nos mais variados âmbitos se dá significativamente por meio de transferências lexicais entre língua geral e linguagem de especialidade.

Assumir o caráter polissêmico das unidades lexicais (fornecendo critérios que as identifiquem como tal) e a possível diversidade de especialidade da mesma unidade.

Dar vazão à banalização dos termos especializados e à terminologização das palavras gerais.

Admitir a existência real das sinonímias, fornecendo critérios que determinem seus valores como unidades terminológicas pertencentes a um contexto discursivo.

A descrição dos termos deve expandir-se às condições de combinação do discurso.

Assumir a diversificação do discurso em função do tema, da perspectiva em que o tema está sendo tratado, dos interlocutores (emissor e destinatário), do nível de especialização, do grau de formalidade, da situação, do propósito e do tipo de discurso.

Com base nos supostos apontados acima, Cabré (1999) apresenta os seguintes fundamentos da TCT:

1. A terminologia é um campo interdisciplinar, concebido com a contribuição de três teorias: uma teoria do conhecimento (que explique como se conceitualiza a realidade), uma teoria da comunicação (que descreva criteriosamente os tipos de situações em que se pode dar o processo de comunicação, contemplando a amplitude e a diversidade

desse processo), e uma teoria da linguagem (que considere as unidades terminológicas dentro da linguagem natural, sem deixar de singularizar seu caráter terminológico).

2. O objeto de estudo é o *termo*, unidade lexical que faz parte da língua geral e da gramática que descreve cada língua. Essa unidade pode exercer diferentes funções (como referencial, expressiva, conotativa) integradas em um discurso.
3. Os termos são ativados singularmente por sua pragmática e adequação em um discurso. A forma é constante, mas seu conteúdo depende do âmbito, do tema, da abordagem do tema, do tipo de texto, dos interlocutores e da situação discursiva.
4. Os termos são unidades de forma e conteúdo, e o conteúdo sempre é simultâneo à forma. Se houver alguma relação de sinonímia ou de homonímia, trata-se de termos distintos relacionados.
5. Os conceitos de uma mesma especialidade mantêm relações de diferentes tipos. O conjunto dessas relações é denominado estrutura conceitual.
6. O valor do termo é determinado pelo lugar que ele ocupa em uma estrutura conceitual de uma determinada matéria, de acordo com um determinado trabalho.
7. O objetivo da terminologia se divide em dois: teórico (descrever formal, semântica e funcionalmente as unidades que podem assumir papel de termos), e prático (recopilar os termos em um tema e em situações determinadas, estabelecendo suas características de acordo com essa situação).
8. As finalidades aplicadas das recopilações e análises dos termos são de representação do conhecimento aplicado e de sua transferência.

A partir dos alicerces concebidos pela TCT é possível aprofundar os estudos teóricos referentes aos modelos de representação do conhecimento nos seguintes aspectos: a) análise do *termo*, considerando seu caráter de unidade lexical interdisciplinar pertencente à linguagem natural, e as distintas funções do mesmo no contexto discursivo. Em virtude disso, considera-se também seu caráter pragmático, inserido no discurso, e sua simultaneidade quanto a forma e conteúdo, sem perder de vista o fato de que o valor do termo é determinado pelo lugar que

ele ocupa em uma estrutura conceitual; b) análise do *conceito* e seus diferentes tipos de relações, formadoras da estrutura conceitual; e c) análise dos objetivos (teóricos e práticos) dos modelos de representação do conhecimento.

É possível afirmar que os postulados da TCT indicam que uma consistente investigação teórica sobre representação do conhecimento deve abordar: a) as funções (pragmáticas, semânticas e sintáticas) dos termos, assim como os níveis de relacionamento entre eles, além dos aspectos de forma e conteúdo dessas unidades de conhecimento; e b) a relação existente entre *termos* e *conceitos*.

Pesquisadores e estudiosos da representação do conhecimento podem encontrar na TCT subsídios teóricos que os façam enxergar os termos como unidades de conhecimento que 'mostram' os conceitos formadores de uma estrutura conceitual dentro de uma linguagem de especialidade. A TCT destaca a necessidade de tratar a linguagem utilizada na comunicação especializada como uma linguagem real, exigindo daqueles que pensam a respeito da representação do conhecimento maior atenção às questões relacionadas ao princípio da poliedricidade e da variação linguística dos termos, do caráter comunicativo e das condições de linguagens naturais e especializadas. Esses pressupostos, que proporcionaram a fundamentação de uma teoria comunicativa dos termos, proporcionam também consistentes pilares para que pesquisadores alcancem maior profundidade teórica nos estudos de modelos de representação do conhecimento, já que esses modelos operam com base em uma terminologia que visa à comunicação especializada.

A TCT concebe o termo de acordo com seu caráter pragmático inserido no discurso. Sendo assim, esta pesquisa também pretende analisar os termos com base em uma teoria discursiva de análise. Afinal, o dicionário é visto frequentemente como um objeto de consulta, que apresenta os significados das palavras com a certitude do saber de um especialista, mostrando-se, desse modo, como uma obra de referência, à disposição dos leitores nos momentos de dúvida e de desejo de saber. Os dicionários funcionam como um instrumento de estabilização dos discursos, afinal o dicionário é uma obra referência de conhecimento. É no dicionário de especialidade que termos e conceitos estariam "transparentes" e "objetivamente postos".

No entanto, o presente artigo sustenta uma argumentação que contraria essa estabilização dos sentidos, pois, mesmo em um dicionário de especialidade, os sentidos são heterogêneos e não-coincidentes.

Analisar um texto requer conhecimento da situação discursiva, dos participantes envolvidos e da estrutura em que o discurso é apresentado. Os conceitos e sentidos pertinentes em um dicionário dependem da história e do recorte desta realizado pelo dicionarista da construção das acepções. A heterogeneidade é constitutiva do discurso e também do discurso do dicionário. Os dizeres são sempre respaldados em outros dizeres e dizeres de outros dicionários. O dicionário também é um discurso, e, como todo discurso, o dicionário tem uma história, constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos.

A evidência e a certitude dos conceitos dos dicionários são questionadas por Nunes (2006, p. 18), quando afirma:

> A língua, ou antes, as "sistematicidades linguísticas" (os mecanismos lexicais, sintáticos, enunciativos) são sempre remetidas à exterioridade, às condições de produção do discurso, que são fundamentalmente o contexto situacional, histórico e ideológico, compreendidos os sujeitos aí inscridos. A conseqüência disso é a de considerar a materialidade lingüística do dicionário, questionando-se a evidência dos sentidos, das definições, das exemplificações, enfim, dos mecanismos utilizados pelas técnicas lexicográficas, e remetendo-se a suas condições históricas de aparecimento.

O excerto acima mostra que a análise dos dicionários, segundo uma visão discursiva, não deve partir de um modelo prévio de dicionário, mas procurar justamente mostrar a particularidade de cada um. A leitura crítica do dicionário não ocorre em vista do que ele deva ser, de um modelo ideal, mas sim, em vista do que ele é, da sua singularidade histórica. A compreensão de tal singularidade implica escutar nos dizeres dos dicionários os silêncios, entendidos como possibilidades de significação.

Sobre o que é afirmado acima, Pêcheux (1990, p. 78) ressalta a necessidade de um olhar sobre as "condições de produção do discurso":

> Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de 'condições de produção'.

As condições de produção estão relacionadas às formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam. Um dicionário, nesse sentido, nunca é completo nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde à projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade. O texto dicionarístico tem uma história que foge ao controle subjetivo do terminógrafo e do lexicógrafo organizador, e muitas vezes não coincide com o que o discurso dos prefácios estabelece. Por isso, a análise do texto dicionarístico dos verbetes permite explicitar os traços da posição do lexicógrafo ou do terminógrafo, questionando-se a evidência ou a neutralidade das definições, das exemplificações, das marcações etc., e relacionando-as com o lugar que o organizador ocupa em uma formação social.

Na sequência deste artigo propomos um trabalho de análise terminológica com base em uma teoria terminológica e noutra discursiva. Os resultados disso podem ser usados na construção de objetos terminológicos.

Amostra de análise

Selecionamos um termo para análise em Fichas Terminológicas[2] com organização própria, compreendendo os seguintes campos: termo, categorização gramatical, categorização dependente do contexto, contexto de uso, definição (com cinco subáreas de acordo com os dicionários pesquisados), relação semântica (deslizamento de sentido, polissemia, ambigüidade, sinonímia, hiperonímia, ressignificação, etc.), nota (quando necessário), análise da relação entre uso e definição (para mostrar o que está em aberto e o que existe no uso da língua, e também para verificar a ausência da relação entre as entradas e o contexto real de uso da língua) e data de registro (para mostrar as datas das ocorrências dos usos dos termos). Ressalta-se que só se abrigam as definições pertencentes ao campo em que este estudo se desenvolve.

Após o trabalho de extração, o termo, que pertence ao corpus de uma pesquisa mais ampla foi analisado, comparado e contraposto de acordo com os seguintes dicionários:

[2] As fichas terminológicas têm base teórica nos fundamentos da Terminologia. As fichas foram propostas para tornarem prático o modelo de análise dos termos.

1. *Dicionário de Comunicação*, de Gustavo Barbosa e Carlos Alberto Rabaça, com o objetivo de analisar a presença e o funcionamento de termos da língua de especialidade em um dicionário de especialidade;
2. *Dicionário de Administração e Finanças*, de Paulo Sandroni, para analisar a ocorrência dos termos da especialidade "comunicação social" em uma outra especialidade, "a administração e negócios", em virtude de alguns termos da comunicação terem origem na administração;
3. *Dicionário de usos da língua inglesa "English Language Dictionary"*, de Collins Cobuild, para analisar a ocorrência dos termos de especialidade em um dicionário geral de usos da língua inglesa. Muitos termos contemplados no DC possuem entradas com equivalência no ELD, o que fundamenta ainda mais a análise, visto que, muitos termos da comunicação tem origem no inglês;
4. *Dicionário de usos do português*, de Francisco Borba e colaboradores, para analisar a ocorrência dos termos de especialidade em um dicionário geral de usos da língua portuguesa;
5. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, de Antonio Houaiss, para analisar a incidência dos termos em um dicionário geral de língua;

A seguir, apresenta-se uma ficha terminológica preenchida:

Ficha Terminológica
Termo: Peça
Inglês: *Piece*
Categorização Gramatical: *S.F*
Observações Linguísticas: *Nf* [concreto] "objeto publicitário"
Recorte do Contexto de Uso: a) A espinha dorsal era um filme de dois minutos dirigido por Guy Richie, que mostra a visão em primeira pessoa de um atleta durante partidas, a começar pelas divisões menores onde foi observado, passando pelos jogos no Arsenal até a seleção da Holanda, sempre com a ideia de que ele buscar o próximo nível. A ***peça*** se preocupava também com o extra-campo, como o vômito durante um treinamento e o ciúme da namorada diante das fãs. (M&M)

b) A ***peça*** apresenta a imagem de um grande caneco de chope e um aplique da alça, que fica para fora da revista, dando a impressão de que o leitor está segurando um refrescante caneco de chope. A assinatura traz a frase "Em outubro a alegria transborda em Santa Catarina". (M&M)			
	Dicionário	ND	Amostra das Definições
DIC DE ESPECIALIDADE	(1) Dicionário de Comunicação	02	(1) Teatro: Designação genérica dos textos destinados à encenação teatral. Qualquer obra representada em teatro. (2) Publicidade: Cada um dos elementos produzidos para uma campanha de propaganda ou de promoção de vendas: anúncio, encarte, filmete, spot, jingle, cartaz, cartazete, painel, letreiro, display, folder, broadside, banner, móbile, decalcomania, amostra, brinde etc.
	(2) Dicionário de Finanças e Administração	-	Não traz o termo.
DIC DE USOS DA LÍNGUA	(3) Dicionário de usos da língua inglesa "English Language Dictionary"	10	(6) You can refer to a work of art as a piece. Each piece is unique, an exquisite painting of a real person, done on ivory.
	(4) Dicionário de usos do português	11	(5) trabalho literário ou artístico; texto ou representação teatral: o discurso de V. Exa. é uma peça preciosíssima (MS); o fundo musical é sempre uma peça de João S. Bach (CCI); queria ser escritor e dramaturgo, e chegou a escrever uma peça de teatro (APA).
DIC GERAL DA LÍNGUA	(5) Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa Datação 977 DC	16	(9) No campo jurídico, trata-se de qualquer documento incorporado aos autos para instruir um processo; (10) No campo literário, obra literária; (13) Na publicidade, qualquer elemento produzido para uma campanha publicitária ou de promoção comercial (anúncio, encarte, cartaz etc.); (14) No teatro, enredo e / ou representação teatral;

Data do Registro: (a) 19 de setembro de 2008 (b) 18 de agosto de 2009.
Análise na Ocorrência:

(a) vídeo institucional; e em (b) anúncio impresso;
Em ambos, representam metonimicamente o objeto publicitário "peça".

Uso e Definição:

No uso dos termos no jornal especializado (a) (b) confirma-se a definição do DC, Dicionário de Comunicação (2), que designa o substantivo feminino "peça" como "cada um dos elementos produzidos para uma campanha publicitária". Essa designação genérica significa que o termo serve para a soma dos elementos que compõem uma campanha publicitária. No *uso* do termo, numa primeira ocorrência, significando "vídeo institucional" e, numa segunda, significando "anúncio impresso", confirmam-se as acepções do dicionário especializado.

O DHLP – Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa também confirma estas definições quando define peça como "qualquer elemento produzido para uma campanha publicitária ou de promoção comercial".

O DUP – Dicionário de Usos do Português, apesar de trazer 11 acepções para o termo, *contempla* os significados da área especializada publicidade de forma bastante genérica. Esse dicionário traz o termo com a seguinte acepção: "trabalho literário ou artístico", ou seja, qualquer trabalho artístico seria uma "peça" artística. Isso ocorre também com o ELD - Dicionário de Usos da Língua Inglesa, que traz "a work of art", como sinônimo de peça.

O termo na especialidade tem que ser preciso e objetivo, o que não ocorre com "peça" na língua de especialidade "comunicação", um termo bastante amplo e polissêmico, cujos sentidos muitas vezes escapam ao controle do especialista e que podem dificultar o processo comunicativo.

Conclusão

A análise terminológica discursiva dos dicionários deve respaldar-se em alguns elementos discursivos: a formação discursiva, para fundamentar a análise do discurso dos dicionários a fim de se verificar a relação dos conceitos com a história e a memória do dizer nos dicionários; os sentidos, para fundamentar uma análise dos deslocamentos, silenciamentos, apagamentos, ressignificações dos sentidos nos conceitos dos dicionários; as heterogeneidades e as não coincidências do dizer, para fundamentar a análise da constituição dialógica dos conceitos e dos sentidos nos dicionários.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G.M.B. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. Alfa (Araraquara), v. 50, p. 81-97, 2006.

BORBA, F. S. Dicionário de usos do português brasileiro. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Organização de Dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BOULANGER, Jean-Claude & L'HOMME, Marie Claude. **Les technoletes dans la pratique dictionnairique générale**. Quelquer fragmentes d'une culture. Meta, Montréal, v. 36, n. 1, mars, 1991. p.22-39

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Iula/Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 1999, 369p.

FELBER, H. **Manuel de terminologie.** Paris, Unesco/InfoTerm, 1984.

FINATTO, M. J. B. Definição Terminológica. 2001. Tese de Doutorado. UFRGS, Porto Alegre, 2001.

GUILBERT, Louis**. La créativité lexicale.** Paris: Librairie Larousse, 1975. 285 p.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

_____. A gramática: história, teoria, e análise, ensino. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discu**rso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas, Editora da Unicamp, 2. ed. 1995.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 1990a. 57p.

_____. Análise Automática do Discurso. Trad. de Eni Pulcinelli Orlandi. In : GADET,F. & HAK, T. (org.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. trad. Bethania S. Mariane et al. Campinas:Ed. da UNICAMP. 1990b. 319p.

Análise semiótica e discursiva de publicidade de fármacos na revista "Veja"

Aila Zittlau[1]
Issakar Lima Souza[2]
Marcelo Marques Araújo[3]

RESUMO: Este trabalho é parte de um projeto maior vinculado às áreas de pesquisa dos professores Marcelo Marques Araújo e Issakar Lima Souza, ambos da Universidade Federal do Mato Grosso. Analisa propagandas de medicamentos veiculadas na mídia impressa por meio de uma plataforma de análise semiótica e discursiva. Com estas áreas é possível investigar a significação de textos sincréticos, vinculados a outras expressões. A pesquisa também tem por objetivo observar a relação enunciador-enunciatário, descrevendo o teor persuasivo dos textos, ou seja, as estratégias utilizadas para influenciar os leitores a realizarem as atitudes desejadas pelo enunciador, que se resume em comprar o produto. O trabalho objetiva também avaliar as informações passadas pelas propagandas e a concordância das mesmas com a legislação vigente.

Palavras-chave: Automedicação; semiótica da publicidade; propaganda de medicamentos; mídia impressa.

Introdução

A análise de discurso é um campo da Lingüística especializado na análise da construção ideológica de textos, que implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentido como parte integrante das atividades sociais. A análise semiótica, que é outra prática de análise lingüística é voltada para a análise dos signos, elementos não-lingüísticos e segmentos verbais presentes nos textos. A Semiótica teve como pioneiro o cientista Charles Sanders Peirce, que criou a base tríade da semiótica: primeiridade, secundidade e terceiridade.

[1] Graduanda do Curso de Farmácia da Universidade Federal do Mato Grosso

[2] Professor da Universidade Federal do Mato Grosso. Orientador.

[3] Professor da Universidade Federal do Mato Grosso. Orientador.
E-mail: mmajornalista@terra.com.br

O conceito de saúde para a OMS (Organização Mundial da Saúde) está diretamente ligado ao funcionamento adequado do organismo, ao estado mental e a convivência social. Porém o medo da perda da integridade física é um dos fatores que podem levar um indivíduo a realizar a automedicação, atividade milenar que pode trazer sérios riscos à saúde. Além disso, a publicidade incentiva o uso de medicamentos sem orientação médica.

A ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária - criou no ano de 2000 a Resolução da Diretoria Colegiada 102/00 (RDC 102/00), que regulariza as propagandas, mensagens publicitárias e promocionais e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação, promoção ou comercialização de medicamentos de produção nacional ou não.

Por que estudar a propaganda de fármacos?

A propaganda é um meio de promover um produto, além de ser capaz de condicionar tendências, é passível de influenciar o consumo. Então, se as propagandas de medicamentos estão presentes nos anúncios de meios de comunicação em massa, existe um incentivo ao consumo do produto. Os medicamentos, que geralmente são substâncias estranhas ao organismo, se utilizados de forma indevida, podem causar prejuízos a saúde e não o benefício a que foi destinado. Portanto deve-se verificar se as propagandas de medicamentos veiculadas nos meios de comunicação são incentivadores do uso correto ou não dos medicamentos.

Objetivos

Este artigo se propõe a responder duas questões: a linguagem das propagandas e divulgações de pesquisas de medicamentos pode influenciar pessoas a usarem os produtos sem buscar orientação? Como as propagandas de medicamentos veiculadas na revista "Veja" se constroem? No decorrer do trabalho outras avaliações serão realizadas tais como: a freqüência das propagandas presentes em algumas revistas selecionadas aleatoriamente no universo da pesquisa, a adequação das propagandas quanto a RDC 102/00.

A Saúde e a automedicação

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde não está relacionada apenas com a falta de doença, mas sim com o completo e correto funcionamento do organismo como um todo, observando também o estado psicológico e o convívio social do indivíduo. Porém, comumente, a definição de saúde está associada à doença, à ameaça de morte, à dor ou ao desprazer.

A sensação de que algo pode ameaçar a integridade do organismo, é um importante fator que motiva as pessoas a consumirem medicamentos, normalmente iniciando um "tratamento" sem orientação médica.

Sabe-se que a automedicação é uma prática milenar, vinda desde os tempos em que se usavam apenas as plantas com propriedades curativas conhecidas. Nos dias de hoje as plantas foram trocadas pelos medicamentos que contém as mesmas propriedades curativas, porém, a automedicação continua.

É importante salientar que o uso racional desses produtos destinados a melhoria da vida de um indivíduo, é indispensável para a sua recuperação, sabendo que, geralmente, os fármacos são substâncias estranhas ao organismo que, se bem indicados e administrados em dose adequada, por via correta, no momento certo e pelo tempo necessário, têm grande valor na terapêutica. Mas que também podem resultar em sérios efeitos adversos, se não usados de forma adequada.

Ao observar o giro econômico que a propaganda é capaz de realizar, é possível concordar com o que diz Volli (2003, p 07) quando afirma que a publicidade, além de ser um grande movimentador da economia é capaz de condicionar a existência de todos os meios de comunicação em massa.

Na concepção de Barros et. al. (2007) "A propaganda de medicamentos nos meios de comunicação de massa constitui um estímulo freqüente para a automedicação". Miranda (2005) descreve que as indústrias, usam a mídia como um braço técnico ideológico para de maneira clara e implícita criar uma consciência coletiva, um imaginário social passivo e complacente com a realidade. Ainda, argumenta que "As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação são direcionadas para grupos", o que é fácil perceber quando se lê as reportagens e propagandas nas revistas de circulação em massa, observando a linguagem simples e clara usada nas mesmas.

Medicamentos e a Publicidade

A permanente evolução da prática médica e tecnologias farmacêuticas demandam que, cada vez mais, novas drogas sejam incorporadas ao arsenal terapêutico disponível para tratar uma determinada enfermidade, ampliando a responsabilidade da indústria farmacêutica, principal responsável pela pesquisa e desenvolvimento dessas novas drogas que, uma vez autorizada sua venda, precisam ser lançadas no mercado como qualquer outra mercadoria.

Para isso, a indústria de medicamentos investe recursos financeiros e utiliza um sem número de estratégias de marketing, as quais, num movimento circular, acaba influenciando, a seu favor, os hábitos de prescrição e consumo de medicamentos. Lage et. al. (2005) observou que as informações sobre medicamentos veiculadas na mídia são tendenciosas, predominando as boas notícias e a supervalorização das propriedades medicamentosas.

A mensagem publicitária pode educar ou deseducar, formar opinião ou agredi-la, ser moral ou imoral, sugerir condutas de ordem ou desordem social, influir na procura, nos preços, nos mercados. Logo, o Estado tem o direito e o dever de regular o exercício da propaganda na forma que melhor consulte aos interesses coletivos.

A regulação das propagandas

A ANVISA – Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – em busca da padronização das propagandas criou leis, com o intuito de regulamentar e fiscalizar o marketing de medicamentos. No ano de 2000, foi publicado um regulamento específico para as informações apresentadas nas propagandas. Através da Resolução RDC 102, de 30 de novembro, foi aprovado o regulamento que se aplica às propagandas, mensagens publicitárias e promocionais e outras práticas cujo objeto seja a divulgação, promoção ou comercialização de medicamentos de produção nacional ou não, quaisquer que sejam as formas e meios de sua veiculação, incluindo as transmitidas no decorrer da programação normal das emissoras de rádio e televisão.

As técnicas de análise

A análise de discurso é uma prática e um campo da Lingüística especializado em analisar construções ideológicas presentes em um texto. Levando-se em consideração que todo texto é um discurso, o discurso é uma variante que não depende das palavras propriamente, mas sim do contexto social e político em que vivem os indivíduos que pronunciam e os que recebem as palavras informadas. Segundo Fernandes (2002), as palavras têm sentido de acordo com os conhecimentos ideológicos adquiridos por cada indivíduo da interlocução.

Charles Sanders Peirce era um filosofo que definiu uma linha de pensamento nas ciências da linguagem, a Semiótica. Peirce baseou a semiótica em classificações e interferências, a primeiridade a secundidade e a terceiridade. Segundo Thomaz S.K. (apud Thomas P.), a primeiridade é uma idéia de sentimento, um estado de consciência que pouco pode ser afirmado. A secundidade é uma idéia de fato, percebida nos momentos de surpresa. Já a terceiridade é a confirmação da idéia, não tendo apenas a consciência de algo, mas também a sua força ou capacidade. Em relação aos sistemas textuais Volli argumenta que a "semiótica ensina a ver, 'sob' a superfície colorida e luzidia da comunicação publicitária, as estruturas de sentido, as formas sintáticas e os modelos semânticos que nela participam de forma mais ou menos inovadora ou mais ou menos eficaz e coerente." Permitindo a compreensão de que a publicidade usa efeitos de persuasão apoiando-se em sistemas já existentes.

Material e Métodos

O universo da pesquisa é composto por todos os exemplares do período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009, obtidos por doação e dispostos no acervo digital da própria revista, na qual realizou-se uma pesquisa exploratória.

Num primeiro momento foram observadas e identificadas as divulgações presentes em cada exemplar realizando a contagem das mesmas. Após uma rápida análise quantitativa, de onde selecionou-se uma peça publicitária de medicamento, fez-se a análise qualitativa.

A freqüência com que propagandas de medicamentos e laboratórios aparecem no período selecionado, seguida da análise da área de impressão desti-

nada a (1) propaganda de medicamentos, (2) propaganda de laboratórios, (3) artigos de saúde que possui em seu contexto medicamentos.

Fez-se também uma análise do número de propagandas variadas, presentes nas edições selecionada, da seguinte forma: Após a seleção de 18 revistas, foi feita uma contagem no número de páginas que a edição apresentava. Em seguida foram avaliadas as páginas inteiramente destinadas à publicidade de produtos de consumos diversos e o número de páginas que possuíam a divisão em anúncio e matérias.

A análise qualitativa foi realizada nas 18 peças publicitárias, avaliando a adequação à legislação vigente, a RDC 102/00, usou-se os seguintes requisitos: Nome do medicamento, DCB/DCI (Denominação Comum Brasileira/ Denominação Comum Internacional), nº de registro, nome do laboratório, advertência obrigatória e contra indicação. Em seguida foi feito uma análise semiótica e discursiva, avaliando a linguagem empregada nessas propagandas.

Resultados e discussão

A análise quantitativa demonstrou um valor que para um total de 163 revistas, havia 98 peças publicitárias, compostas por artigos e propagandas de laboratórios e propagandas de medicamentos, das quais, 47 eram de medicamentos.

Os artigos que informavam a respeito de patologias e novas formas de tratamento, porém, não mencionavam o medicamento indicado para tratar tal doença totalizaram 15,31%. Os artigos que, além de falar das doenças, sintomas e tratamentos, mencionavam os medicamentos indicados para o tratamento, totalizaram 16,33% das peças publicitárias. Um valor significante, levando-se em consideração que este meio de comunicação deve ter cuidado, para que a notícia não influencie a automedicação.

A análise da freqüência de propagandas mostrou que de 153 páginas e apresentavam, em média, setenta páginas inteiras eram destinadas a propagandas, formando 46,07%. Em algumas edições esses valores são altos, por exemplo, na edição 2091 em 188 páginas contando a capa e a contracapa, 82,44% da revista se constitui por páginas inteiras que trazem propagandas. Porém se observar os menores valores ainda assim é possível perceber que a revista é formada por quase 50 % de propagandas. A edição 1998 apresentou o menor

número de páginas completas, na qual 34,67% eram de propagandas em 124 páginas da revista. Isto, que não foram consideradas as propaganda inseridas em páginas de matéria. A presença de tantas propagandas pode levar o consumidor a sentir-se prejudicado, pois levando em consideração o valor pago na revista, existe a expectativa de que o número de informações seja superior ao de propagandas, mas o que se observa na revista é o sentido inverso.

Quanto à adequação à RDC 102/00, constatou-se que, em15 peças, nem todas atendem a norma. O nome do medicamento aparece em todas as peças, inclusive de forma destacada. A DCB/DCI, apesar de ser uma exigência da regulamentação, não aparece em todas as propagandas e, nas que é informado, em sua maioria, aparece na própria embalagem do medicamento. O número de registro do medicamento também não aparece em todas as peças, e quando aparece, apresenta-se de forma quase ilegível, com tamanho de fonte pequena, dificultando a leitura, e localiza-se descentralizado, de forma a tentar minimizar a importância de tais informações. Apesar de ser obrigatório, não existe uma norma de padronização para o número de registro.

A mensagem de advertência obrigatória não estava presente em todas as peças analisadas. Disposto no Art. 12 da RDC 102/00, onde: os textos de advertência serão escritos em letra de cor preta, padrão Univers 65 bold, sendo impresso sobre retângulo branco com um filete interno emoldurando a advertência, sendo observado para páginas simples e dupla letra de corpo 12. Nem todas as propagandas respeitam o tamanho da fonte, sendo que possuíam letras maiores ou menores que a exigida na resolução.

A categoria contra-indicações aparece em algumas peças somente para cumprir exigência legal. A frase: "É contra-indicado em casos de hipersensibilidade ao princípio ativo ou a um dos componentes da fórmula" é muito vaga para o público leigo. Em apenas seis peças publicitárias as contra-indicações estavam presentes de forma mais detalhada, não se restringindo apenas à hipersensibilidade aos componentes da fórmula.

Talvez, a resistência em apresentar claramente as contra-indicações de um medicamento, esteja relacionada à diminuição de consumo do mesmo, fazendo o papel de uma contra-propaganda. Muitas vezes, o medicamento de escolha, o "mais eficaz", é aquele que não apresenta contra-indicações em sua embalagem. Um pensamento errôneo que pode colocar em risco a saúde do indivíduo.

Análise Semiótico-Discursiva

A seguir a análise semiótica e a análise de discurso da propaganda selecionada.

O texto publicitário é um anúncio da Divcom Pharma veiculado na revista Veja de 28 de outubro de 2009 (p 40). Tratando-se de um suplemento chamado Calcitran D3 que, formulado com cálcio e outros componentes ajuda a evitar a osteoporose.

O plano de fundo da propaganda é composto por um tom de azul-acinzentado em um degrade que parte do topo e do final da propaganda clareando para o tom azul no centro do anúncio. a cor azul é usado para passar tranqüilidade ao leito, porém o tom usado na imagem é escuro e produz efeito contrário ao desejado.

Na parte superior do anúncio está escrito "osteoporose", em letras grandes e em tamanhos diferentes, que dão destaque a palavra, na cor branca com pequenas manchas escuras que fazem lembrar a patologia, o que, dentro do contexto da propaganda, dá destaque à função do produto anunciado. Em uma faixa azul cobalto escuro estão outras informações do que se trata a palavra osteoporose. Com a frase: mal que enfraquece os ossos. O uso dessa frase com palavras coloquiais como "mal" e "enfraquece", de expressão forte ao receptor, faz com que o problema apresentado na palavra anterior, seja exaltado à percepção do leitor.

Em outra faixa logo abaixo da primeira, em tom de cinza claro, uma mensagem com algumas explicações de o que é a osteoporose, com mais detalhes de informações, causas, sintomas, população de risco e conseqüências da doença. Os termos utilizados são claramente destinadas aos leigos, como exemplo a frase: "A osteoporose enfraquece os ossos, provocando dores, deformações na coluna, diminuição da estatura, perda de massa óssea (...)". A frase citada faz, ainda, com que o leitor busque em si os sintomas informados, fazendo um auto-diagnóstico, quando observa algumas características parecidas que podem ser causadas por outras patologias, ou até mesmo por esta, dispensando a orientação de um médico.

Logo abaixo a propaganda traz a informação de como se evitar a doença, trazendo a palavra combater, um termo coloquial de forte impacto ao receptor, para designar tratamento da patologia. Para completar o parágrafo, menciona que a ingestão de suplementos de cálcio é a forma de prevenção, em seguida informa o que o medicamento é exatamente um suplemento à base de cálcio e vitamina D3, fala ainda de suas funções, sua indicação e apela para o financeiro do leitor, dizendo que o produto pode trazer boa relação custo beneficio. O que para muitas pessoas é um incentivo a comprar o produto.

No final da página, logo abaixo das imagens que representam ossos, está a inscrição: "Tenha sempre ossos fortes com Calcitran D3". O uso do verbo **ter** na terceira pessoa do imperativo é uma tentativa de completar a vontade do leitor dando um incentivo final para que ele compre o medicamento o mais breve possível. A palavra "fortes" está nesta frase para contrapor a palavra dita anteriormente no anúncio: "enfraquece", dando ênfase ao potencial de ação do fármaco.

Na análise semiótica da propaganda, pode-se observar uma quantidade de informações muito próximas umas das outras, porém com uma ordem lógica. Traz ainda a imagem da embalagem do medicamento, em uma posição estratégica, no lado esquerdo inferior da propaganda, local onde a maioria das pessoas está apoiando a revista para realizar a leitura, tal posição deixa o medicamento mais próximo ao leitor, passando a impressão de que o leitor está pegando o medicamento. No lado oposto o anúncio traz a imagem de duas ossadas, representando uma ossada normal e outra com osteoporose, de forma exagerada, deixando o leitor que não conhece a patologia, espantado e preocupado com a possibilidade de ter a doença.

Conclusão

Através deste estudo, foi possível perceber que os medicamentos passaram a ser tratados como simples produtos de consumo, o que importa é sua capacidade de gerar lucro. Observou-se que a revista "Veja", mesmo sendo de grande representatividade nacional, apresentou em seu conteúdo propagandas que, respondendo a pergunta inicial, podem sim, influenciar o consumidor a adquirir o produto apresentado. A necessidade de fiscalização nas propagandas antes mesmo de serem vinculadas nos meios de comunicação, é de suma importância para minimizar os efeitos causados pelas propagandas nas revistas que não são direcionadas aos profissionais de saúde.

Em seguida percebemos que a quantidade de propagandas presentes na revista, ocupa um espaço significante. Ou seja, além do leitor comprar uma revista repleta de propagandas, ainda é influenciado a realizar uma atividade que pode lhe trazer sérios riscos, que vão desde uma complicação no quadro clinico ao risco de morte.

Referências

LAGE, E. A., FREITAS, M. I. F. & ACURCIO, F.A. 2005. **Informação sobre medicamentos na imprensa: uma contribuição para o uso racional?** Ciência & Saúde Coletiva, 10(sup): 133-139, 2005

MIRANDA, G. B. S. **O programa Fome Zero: Leitura de uma Política Social a partir da Folha de São Paulo.** Niterói 2005. 93f. Dissertação (mestrado em Política Social) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental: o reforço da promoção da saúde mental** http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/ (acessado em 10/MAI/2010).

BRASIL. Resolução RDC 102. 2000; 1 dez Aprova o regulamento sobre propagandas, mensagens publicitárias e promocionais e outras práticas cujo objeto seja a divulgação, promoção ou comercialização de medicamentos. Diário Oficial da União.

SÁ, M. B. e; BARROS, J. A. C. de; SÁ, M. P. B. de O. **Automedicação Em Idosos Na Cidade De Salgueiro-PE**. *Rev. bras. epidemiol.*[online]. 2007, vol.10, n.1, pp. 75-85

Thomas, P. **As dez classes principais de signos segundo Charles Sanders Peirce.**

VOLLI, U.; **Semiótica da Publicidade - A Criação do Texto Publicitário**: Arte e Comunicação. Lisboa: Ed Edições 70, 2003.

Pesquisadores Convidados

A ocupação da fronteira amazônica e a consolidação do projeto de nação[1]

Hidelberto de Sousa Ribeiro[2]

RESUMO: Este artigo é parte do Relatório de Pós-Doutorado e discute mostra como e a partir de que momento a Amazônia Legal passa a ser objeto de preocupação do estado e como essa região se insere no projeto de construção/organização da nação brasileira. Trata-se de um processo que teve seu inicio no Governo do Presidente Getúlio Vargas, mas é a partir das décadas de quarenta/ cinquenta que as atenções realmente se voltam à região. Assim, as regiões Norte e Centro-Oeste passaram a ser a receber investimentos e instituições públicas federais. Para a consolidação desse projeto de nação foram construídas na região do Médio Araguaia, na parte Central do País, divisa entre os estados de Goiás e Mato Grosso, as cidades de Aragarças-GO e Barra do Garças, as duas situadas, e vistas como porta de entrada para o Centro-Oeste e Amazônia, além de servirem como posto de logística para a expansão do capital na Amazônia Legal. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, com destaque para autores que abordam a problemática da memória social, enquanto importante recurso histórico-metodológico para a compreensão das comunidades e para autores que tratam de questões geopolíticas. A conclusão tirada foi de que as políticas territoriais, a implementação obras de infra-estrutura e a indução de correntes migratórias contribuíram para a valorização da Amazônia Legal, abrindo-a ao capital e ao o *agronegócio*.

Palavras-chave: Estado-Nação, desenraizamento, capital.

Introdução

Este artigo é parte do Relatório de Pós-Doutorado e discute como e a partir de que momento a Amazônia Legal passou a ser objeto de preocupação do Estado Nacional Brasileiro. Trata-se de um processo que teve seu início no Governo do Presidente Getúlio Vargas, mas é a partir das décadas de quarenta/

[1] O Médio Araguaia é uma sub-região da Amazônia legal.

[2] Professor Associado do Campus de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP, Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/ Araraquara e Pós-Doutor em Geografia Humana pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

cinquenta que as atenções realmente se voltam à região. Sua inserção tornou-se parte do projeto de construção/organização da Nação brasileira. A construção Estado-Nação[3] brasileiro envolveu fatores como indução de correntes migratórias para lugares ainda desconhecidos da maioria dos brasileiros, obras de infraestrutura, instituições estatais, uma ideologia voltada à propaganda nacionalista em que se ressaltava o sentimento de brasilidade e da identidade cultural brasileira, momento em que o mestiço/mulato foram vistos como dignos representantes da raça "pura" brasileira.

A compreensão dessa dinâmica passa inicialmente pela concepção clássica de geopolítica, iniciada no final do Século XIX por militares europeus e que se estende meados do Século XX. Nessa concepção de geopolítica, o Estado é quem define a estrutura e o território de acordo com seus interesses. Com isso, "o Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava". (SANTOS, 1996, p. 15).

Dessa forma, as regiões Norte e o Centro-Oeste que até os quarenta/cinquenta estavam praticamente "abandonadas" são objetos de atenção por parte do Governo brasileiro. Isso em decorrência de políticas externas, momento em que a Alemanha, a Itália e o Japão, países que se unificaram como estados-nações, no final do século XIX, postulavam participação no mercado mundial[4], o que foi rejeitado por nações que já lideravam o mercado capitalista mundial. Frente a esse fato Alemanha, a Itália e o Japão intencionavam conquistar novos espaços mundiais, particularmente de países que possuiam baixa densidade demográfica como era o caso do Brasil e, em especial, a Amazônia Legal.

Assim, questões externas, levaram o Governo brasileiro a se preocupar com a Amazônia Legal, uma enorme região que praticamente estava abandonada. Foi nesse contexto que realmente se inicia o processo de construção do Projeto de Estado-Nação brasileiro.

Decorrência disso, desenrola-se uma discussão de cunho geopolítico, por meio do qual se discutiu a necessidade de ocupar e desenvolver o interior do Brasil, eliminando, dessa forma, a dicotomia entre o sertão, a área atrasada e

---

[3]. A concepção de Estado-Nação a que estamos nos referindo diz respeito a uma espécie de "acoplamento" de vários espaços socioculturais num único território gerenciado pelo Estado. Assim, o Estado passa a ser o grande articulador com capacidade para interferir na construção e unificação de uma cultura e de um sentimento de pertencimento nacionais.

[4]. O que resultou como todo mundo sabe na II Grande Guerra Mundial.

esquecida do interior do Brasil e o litoral, parte desenvolvida do país. Nessa discussão, chegou-se também à conclusão de que havia a necessidade de se implementar políticas públicas voltadas à incorporação dessas áreas ao patrimônio brasileiro. No bojo dessas discussões o Estado passa a contar com a participação de geopolíticos militares, como os tenentes Meira Mattos, Palma Travassos, Lysias Vasconcelos e outros, que defendiam a tese de que era necessário conhecer, mapear e ocupar o interior do Brasil.

Nesse contexto, Leandro Tocantins, ao prefaciar o livro do General Meira Mattos (1980), diz que o pensamento desse oficial era uma espécie de síntese da Geopolítica dos militares para um país com as dimensões do Brasil. Para o Gen. Meira Matos por ser o Brasil um país de continentalidade, formado de ilhas culturais se constituía em um grande arquipélago pan-brasileiro. Nesse sentido, para o General a Geopolítica pede um meditado e realista sistema de idéias, ou de doutrinas, flexíveis, que venha ajudar na solução dos problemas nacionais, na orientação racional, serena, eqüitativa, das questões ditadas pela conjuntura internacional. Uma Geopolítica de encontros com o País e sua vocação pacífica, integradora de espaços físicos e de valores nacionais. (MEIRA MATOS, 1980, p. 13).

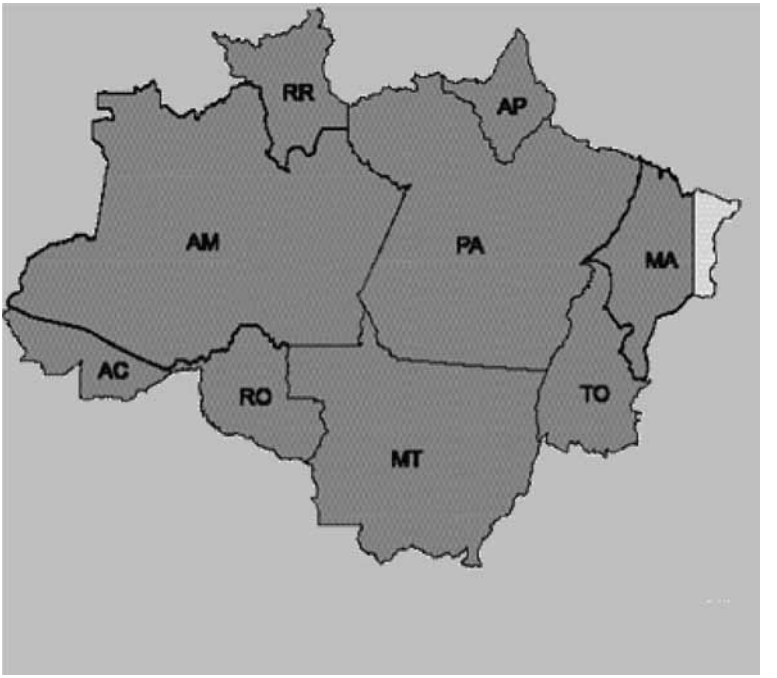
Em consonância com essa concepção geopolítica, as políticas territoriais e as obras de infra-estrutura, que a partir dos anos trinta do século passado, foram sendo gradativamente implementadas na Amazônia Legal, tornaram-se fundamentais para a sua valorização e, ao mesmo tempo, uma forma de disponibilizá-la, na década de sessenta, para o capital. Isso ocorreu provocando impactos diretos ao meio ambiente, bem como na vida de milhares de pessoas já que o estado e o capital ao reorganizarem seus espaços, desconsideraram as comunidades locais, com isso, desrespeitaram seus sentimentos, suas representações culturais e, principalmente, sua identidade sociocultural.

Interesses externos a essas comunidades foram determinantes para a implantação, em período recente, de um processo de urbanização, momento em que várias cidades foram surgindo para servirem fundamentalmente de logística para o processo de expansão de novos *fronts* agropecuários e ao *agronegócio*.

Em função disso, a Amazônia Legal[5] e, em especial o Centro-Oeste, sofrem, ao longo das últimas quatro décadas, sistemáticas intervenções, cujo pro-

[5] Quando aparecer Amazônia Legal, estamos nos referindo ao conjunto formado por parte da região Centro-Oeste e região fisiográfica que forma a Região Norte.

pósito é atender aos interesses do agronegócio, fazendo com que o Estado do Mato Grosso perdesse, no final do Século XX, mais da metade de sua cobertura vegetal. O mapa a seguir mostra os estados que constituem a Amazônia Legal.



Fonte: educacao.uol.com.br/geografia/amazonia.jhtm

Em consonância com esse processo, um conjunto de políticas agrárias surge para atender às exigências do capital. Isso tem desencadeado uma dinâmica de violência, de mortes, de expulsão e o fim de muitas comunidades locais, em que índios e posseiros são as maiores vítimas. Em outros dizeres, os capitalistas agrários e especuladores se utilizam da truculência, da coerção, da violência e da ausência do estado em vários espaços da Amazônia Legal para desencadearem um sistemático processo de desenraizamento sociocultural de milhares de pessoas. Tudo isso para manter uma estrutura agrária concentrada. Desta forma milhões de hectares são concedidos, em forma de doação pública para empresários do setor do *agronegócio*.

Dessa maneira milhares de brasileiros são obrigados a deixar suas raízes e se embrenharem em regiões completamente estranhas a eles, pois quem parte

deixa para trás parentes, amigos, vizinhos, conhecidos e as coisas que gostam, restando-lhes a saudade. Assim, quem migra carrega em sua memória sentimentos de perda, de saudade, de tristezas, de angústias e o drama de verem o futuro de maneira incerta. Para quem é arrancado de suas raízes vive o drama de partir querendo ficar.

Em função disso, índios e trabalhadores rurais, que migram ou migraram para as cidades se convertem ou irão se converter em seres desenraizados e viver a expectativa de um dia retornarem ao antigo modo de vida, como não é isso que geralmente acontece, são obrigados a residir na área urbana se conformando com um estilo de vida marcado por atitudes ambivalentes, uma vez que agem contrastando o antigo modo de vida com o novo, o da cidade, dificultando seu re-enraizamento.

Nessa situação, permanecer na cidade significa acionar inúmeros mecanismos que vão da busca pela criação de uma identidade, da luta para recompor a família esfacelada até à busca de conforto espiritual nas várias formas de expressões religiosas[6], em que muitos acabam recorrendo a curandeiros religiosos que fazem de um problema político num caso religioso, geralmente recheado de charlatanismo.

Nessa dinâmica a fundação das cidades de Aragarças-GO e Barra do Garças-MT, localizadas na Região do Médio Araguaia, a nordeste da capital Cuiabá, na parte Central do Brasil. A importância dessas cidades nesse no contexto de ocupação das regiões Central e Norte do Brasil, é que a partir da década de cinqüenta foram vistas como uma porta de entrada para a Amazônia e também como um posto avançado de logística para a dinâmica de ocupação dos novos espaços, abrindo dessa forma as condições para à expansão da fronteira amazônica ao agronegócio.

A intenção para a fundação de Aragarças-GO, primeiramente, e depois, Barra do Garças-MT, era torná-las um pólo de desenvolvimento regional, convertendo o Médio Araguaia num espaço privilegiado para as frentes econômicas encarregadas de promover a ocupação e o espraiamento do desenvolvimento por toda a Amazônia Legal, além de garantir a presença do Estado na Região Central do Brasil.

---

[6] Consultar RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. *O migrante e a cidade*: dilemas e conflitos. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

A presença do Estado nesse espaço foi inicialmente marcada pela chegada da Expedição Roncador-Xingu e depois da Fundação Brasil Central, bem como de instituições publicas como INCRA, FUNAI, IBGE, bancos públicos, Exercido - 58º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército – 58º BIMTZ.

Essa dinâmica fez com que a década de sessenta tivesse a marca de um processo desenfreado de expansão do capital nas regiões Norte e Centro-Oeste dentro daquilo que ficou conhecida como "modernização conservadora[7]". Com isso, a concepção de território visto como um processo de construção/configuração toma outras formas; não é mais concebido apenas como uma delimitação espacial comportando marcas geológicas e de produção de recursos naturais. A noção de território em questão traz as marcas das relações de poder, de violência, de processos intervencionistas e da manipulação do povo comum. Enfim, trata-se de uma concepção teórica que está em concordância com a concepção que Souza tem de território. Para este autor "[...] o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder [...]". (SOUZA, 1995, p. 79).

Nesse contexto, o Município de Barra do Garças que até os anos sessenta possuía cerca de 176.000 Km², considerado o maior Município[8] do mundo, sofre as conseqüências das políticas territoriais na Região. É sistematicamente fragmentado a tal ponto de atualmente possuir somente 8.171,83[9] Km² de área[10]. Essa prática político-geográfica garante um processo de distribuição das terras do Centro-Oeste a grandes empresários, em detrimento dos antigos

---

[7] Essa modernização que ocorreu no campo implicou diretamente na mudança do padrão agrário, mudança essa que ficou conhecida por complexo agroindustrial. Com base nesse padrão, o Estado, por meio de créditos subsidiados e a concessão de grandes parcelas de terras da Amazônia Legal, deu toda a autonomia a empresários do setor urbano do Centro-Sul do país, para que modernizassem o campo. Aos pequenos produtores descapitalizados e que não tinham condições de obter empréstimos bancários, restou desfazer-se de suas posses e migrar para as cidades ou para outras regiões em busca de terra. Sobre essa questão consultar CASTRO (1996), COSTA (1979 IANNI (1979), MÜLLER (1989), GRAZIANO DA SILVA (1982).

[8] Para se ter uma dimensão desse processo de fragmentação de seu território, a área do município de Barra do Garças, dos 176.000 Km², que possuía nos anos sessenta, no início dos anos setenta, de acordo com o IBGE, "apesar de sucessivamente desmembrada, para a formação de novas unidades municipais, ainda atinge um total de 121.936 Km², mostrando já uma gradativa diminuição de seu espaço".

[9] Fonte MIRANDA, Leodete e AMORIN, Lenice. Mato Grosso. Atlas Geográfico. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

[10] Fonte IBGE 1970 e 1996, no entanto para FERREIRA (1997) a extensão territorial do Município é de 9.171, 83 Km².

donos, os posseiros e os índios, resultando em verdadeiros genocídios e/ou na morte de algumas culturas[11].

> Em outras palavras, a intenção política de fragmentação dos grandes municípios da Amazônia Legal, ao mesmo tempo em que visava enfraquecer o poder dos latifundiários, abria as condições para que empresas colonizadoras ganhassem muito dinheiro com a grilagem e a especulação de terras. Por outro lado, o Estado garantia a empresários que quisessem investir na Amazônia Legal a concessão de grandes parcelas de terras, de incentivos fiscais e de empréstimos financeiros a juros subsidiados. Daí, uma grande corrida por terras da Amazônia Legal e o desencadeamento de todo um processo de violência, de grilagem, de expulsão e de mortes de índios e de posseiros.

Assim, as terras de fronteira são abertas ao *agronegócio*, ou melhor, para uma produção agropecuária de "precisão" a qual envolve enormes investimentos e muita pesquisa. Em torno dessa produção surgem vários municípios que se tornaram grandes produtores de *commoditties* agrícolas e pecuários, como algodão, sorgo, gado e, sobretudo, soja.

Para Martins (1997) esse avanço do capital pela Amazônia Legal mostra que a noção de fronteira é o momento em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, são marcadas pelo movimento de expansão demográfica e do capital sobre terras "não ocupadas" ou "insuficientemente" ocupadas. Para o autor, a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de violência, marcada por lutas étnicas e sociais, de modo que a fronteira só deixará de existir quando os conflitos desaparecerem, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, ou seja, quando o *outro* se torna a parte antagônica do nós, momento em que as diferenças socioculturais desaparecem.

Isso tudo permite uma mudança não só na paisagem das áreas de fronteira, mas também na hegemonia um novo personagem, o centro-sulista, substituto de outro ator que constituía a antiga população rural formada por baianos, mara-

[11] O historiador americano Dee Brown (1973) mostra um quadro assustador pelo qual passaram os índios americanos em função do processo de expansão da fronteira oeste dos Estados Unidos da América. Comparando aquilo que aconteceu nos EUA com o processo a que as populações indígenas das regiões Centro-Oeste e Amazônia foram e, ainda, são submetidos, chega-se à conclusão de que o avanço da fronteira agrícola é uma verdadeira história de massacres.

nhenses, cearenses, piauienses, goianos e mineiros. Politicamente implica no aparecimento de novas cidades e novos municípios, a fim de responder aos interesses das elites ligadas ao *agronegócio.* Essa nova organização político-administrativa e econômica visa, exclusivamente, atender os interesses do capital na região.

O avanço da fronteira agrícola na Amazônia Legal se desloca em diversas frentes. Atualmente uma das áreas de interesse do *agronegócio* é o Sul do Pará que está se tornando o novo *front* agrícola de produção de grãos. Nesse sentido, a Revista Panorama Rural[12] diz que:

> Considerando o clima e a topografia, excelentes para o plantio de grãos, produtores de diversos estados descobriram o sul do Pará e têm feito dessa região a mais nova fronteira agrícola do Brasil. O sul e o sudeste do Pará têm cerca de um milhão e trezentos mil hectares de áreas consideradas produtivas (campo, cerrado e pastos degradados) que estão disponíveis para a agricultura. As principais culturas que se adaptam ao clima da região estão o milho, a soja e o feijão [...]. Devido ao rápido crescimento da agricultura, a Bunge Alimentos montará nos próximos meses um grande silo para receber a soja produzida na região [...]. Outro grande grupo que está vindo par o sul do Pará é o Grupo Maggi, do Mato Grosso. Recentemente eles compraram a Fazenda Fartura, de aproximadamente 110 mil hectares. Fontes seguras garantem que os empresários devem usar toda a área para o plantio de grãos. Outra vantagem de se produzir soja no sul do Pará é a logística. Depois de colhida a soja produzida no sul do para é colocada em caminhões e levada até Marabá, onde segue pela ferrovia do Vale do Rio Doce até São Luiz (MA). Lá ela é embarcada para o mercado europeu e norte-americano. O porto de São Luiz tem águas profundas e cinco milhas náuticas de extensão, com a capacidade de receber navios de grande porte (MENDES, 2004, p. 44–45).

Essa busca pelas terras no Sul do Pará é decorrente do baixo preço[13] das

[12] MENDES, Cleide. Do extrativismo à produção de grãos. *Panorama Rural*. A Revista do Agronegócio. n 67, ago. 2004, p. 44-45.

[13] O preço do hectare de terra, para a maioria das imobiliárias que vendem terras no Sul do Pará, é de R$ 80,00. A esse respeito consultar o site: http:// www.imoveisvirtuais.com.br/para.htm. Por outro lado, para se ter uma idéia da valorização de terras na região do Baixo Araguaia em novembro de 2001 o hectare de mata em Querência-MT era de 125,00, em agosto de 2003, o hectare nessa mesma condição já é R$ 1.000,00, um aumento de 700%. Fonte FNP (2004).

terras, do avanço das pesquisas agrícolas que criaram variedades de soja adaptadas ao sol forte dessa região e da pressão dos ruralistas que permitiu a instituição de uma legislação agrária que permite a compra e a "apropriação" de grandes extensões de terra sem a aprovação do Senado Federal.

O que se vê atualmente é o resultado de um novo "ordenamento territorial da fronteira" que culminou com as "[...] condições para a apropriação monopolista da terra, para a mobilidade do trabalho e para a integração nacional" (ARRUDA e MARANDOLA JUNIOR, 2003, p. 23). Dessa forma, os interesses em jogo resultam na formação de um mercado de trabalho e de produtos gerando as condições necessárias à implementação de grandes projetos, de obras de infra-estrutura e à constituição de grandes fazendas.

Assim, o processo de consolidação do capitalismo na Amazônia Legal e, em particular, nas regiões do Médio e Baixo Araguaia, ocorre a partir de duas frentes: uma pela incorporação de novos espaços gerando renda da terra e a outra pela introdução de novos produtos industriais na região, como insumos, máquinas e implementos agrícolas, postos de combustíveis, bancos e lojas que atendem os mais variados tipos de demandas.

O fato de a Amazônia Legal ser portadora de enormes reservas naturais, como madeira e minérios, além de uma riquíssima biodiversidade, acaba atraindo investidores das mais variadas procedências e índoles, reforça a contradição amplamente discutida por Kal Marx, que para o capital crescer necessita explorar o trabalho. Nesse sentido, Hébette afirma que embora na Amazônia "[...] o capital se concentre em torno da terra, da madeira, de alguns minérios como manganês, bauxita e outros. [...] o interesse do capital se cruzou com o interesse dos trabalhadores, uma procura que sempre se deu em forma de uma luta de classe [...]". (HÉBETTE, 1985, p. 79).

No limiar dessa intervenção política e territorial na Amazônia Legal pelo estado e pelo capital não foram questionados pontos referentes à democracia, pois, se assim fossem trariam à tona temas relacionadas à "autonomia" das culturas, às alteridades e às etnias locais. Nessa dinâmica, alguns estados e, principalmente, os novos municípios aí localizados, perdem autonomia, pois são controlados pelo capital, isto é, por grandes fazendeiros, empresários e políticos que os tomam como logística para seus negócios.

Os Planos de Integração Nacional e modernização da Amazônia Legal

A forma de apropriação de terras, na Amazônia Legal, inicialmente esteve em consonância com a implantação do Programa de Integração Nacional - PIN, Decreto-Lei nº 1.106, de 16/6/70. Para Oliveira o PIN tinha

> [...] uma visão integracionista da nação, objetivava melhorar as condições para a expansão do capital e para minimizar a crise de desemprego no Nordeste e no Centro-Sul, assentando, em projetos de colonização, migrantes dessas duas áreas. A integração física e a ocupação passaram a ter uma importância vital, visto que a finalidade era fazer uma união entre áreas menos e mais desenvolvidas, do Norte e do Sul, e trazer a mão-de-obra não qualificada do Nordeste para a utilizar e ocupar as terras e outros recursos naturais da Amazônia e do Planalto Central, realizando, assim, uma integração Leste-Oeste. Integravam-se, também, os imensos recursos da bacia Amazônica ao desenvolvimento da economia do país (OLIVEIRA, 1983, p. 271).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento[14]: o I PND (1972 a 1974) e do II PND (1974 a 1979) que, em instância maior, buscavam impulsionar o desenvolvimento da Amazônia. Para May esses planos trouxeram graves conseqüências para as populações, pois:

> Os sucessivos Planos Nacionais de Desenvolvimento do então governo militar visavam a criação de núcleos atrativos de investimento, consoante com a teoria de 'pólos de desenvolvimento' popularizada por Hirschman [...]. Faziam parte deste processo de concentração, 'para trás', de investimentos na indústria de insumos, particularmente tratores e implementos, fertilizantes químicos e agrotóxicos. O Capital atraído a este empreendimento vinculando o acesso ao crédito à modernização tecnológica, e pela alocação de tais recursos ao fortalecimento, 'pela frente', de complexos agroindustriais (CAIs) situados em pólos estratégicos de desenvolvimento regionais. A rápida difusão da produção de soja para o Centro-Oeste, a partir da década de 70, é paradigmática do enorme ímpeto de uma estratégia liderada pelo Estado,

[14] Para maiores detalhes da teoria dos pólos de desenvolvimento consultar ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

> na qual os investidores privados nacionais e multinacionais entraram à reboque ante a oferta de condições extremamente atraentes (MAY, 1999, p. 275).

Ainda fazendo parte das políticas territoriais que acompanharam o PIN, foi lançado em 01/06/1971, pelo Decreto-Lei nº 1178, o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA), tendo como objetivos: melhorar as condições de trabalho na área rural; facilitar a aquisição de terras, promover e incentivar a agroindústria na Amazônia e no Nordeste. Nesse sentido, Oliveira afirma que:

> [...] devido aos problemas encontrados para a implementação do PIN, que planeja uma ocupação do espaço regional, havia a preocupação, entre outros fatos, com soluções sociais, o *II Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND), 1975/1979*, lançado pelo governo Geisel, deixou de lado a visão de Amazônia como uma 'área-problema' e passou a preocupar-se com a 'fronteira de recursos', o que deu ensejo para que o capitalismo se expandisse cada vez mais na empresa privada. Esse II PND continha, ainda, a filosofia de 'integração nacional' do plano anterior e se referia, também, ao fato de que o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste eram considerados dentro da política global como sócio-economicamente complementares no fluxo de fatores de produção (mão-de-obra, terra e outros recursos naturais), ou no fluxo de produtos (OLIVEIRA, 1983, p. 274.).

A dinâmica de ocupação dos espaços da Amazônia Legal só foi possível graças à política de financiamento que acompanhou o Programa de Redistribuição de Terras - PROTERRA, o que permite a implantação de projetos de colonização e assentamento de colonos do Sul do país. Essa foi a reforma agrária levada a efeito pelos militares que, fundamentalmente, objetivava criar as condições para que a terra se convertesse numa mercadoria, objeto de compra e venda.

A incorporação de novos espaços ao circuito capitalista norteou as políticas agrárias dos governos militares. Foi com esse propósito que a chamada Amazônia Legal é escancarada aos agentes do capital: empresários, fazendeiros, banqueiros, especuladores de terras, grileiros, pistoleiros e cooperativas de colonização.

Esse processo resultou em acirradas lutas pela permanência no lugar; daí a necessidade da intervenção estatal que, em vez de ser mediadora entre as partes

conflitantes, se consubstancia num mecanismo de expulsão/expropriação dos antigos donos, índios e posseiros, pois todas as vezes que o Estado foi chamado a intervir, sempre o fez em defesa dos interesses dos grandes proprietários e nunca dos pequenos produtores rurais. Ao agir dessa maneira, incentiva a acumulação primitiva de capital, num processo em que se associa impunidade, grilagem e especulação de terras públicas. Segundo Machado trata-se

> [...] de uma verdadeira ação Geopolítica no sentido moderno que deve ser entendida como um conjunto de políticas e ações do Estado que, ao serem concretizadas materialmente num determinado momento, possibilitam a manipulação do espaço nacional no sentido de adequá-lo aos interesses dos grupos hegemônicos, incluindo nesses grupos os tecnocratas a serviço do Estado (MACHADO, 1991, p. 3).

Nessa situação, a "ocupação" da fronteira interna, qual seja, a ocupação e exploração de áreas pouco povoadas ou completamente despovoadas passa a estar relacionada à estratégia geopolítica de ocupação dos "espaços vazios", isto é, daquelas áreas ainda não apropriadas ou ocupadas pelo capital. Para Kinzo (1982) à implementação de medidas voltadas à modernização da agricultura intencionavam

> [...] de um lado, o incentivo à produção agrícola, em grande escala, exigia implementar uma monocultura para um mercado de exportação, por outro lado, a sujeição do trabalho ao capital exigia novos espaços. A concentração fundiária decorrente desse processo, não permitia a reprodução de pequenos produtores, nestas zonas, e a ocupação de espaços vazios apresentava-se como corolário da desocupação de espaços ocupados pelo capital (KINZO, 1982, p. 35).

A entrada do capital na Amazônia Legal, significa o controle de seu imenso espaço, bem como a subjugação dos governos locais e da sua população por parte daqueles que tem investimentos na região.. Nessa situação, conclui Hébette:

> Integrar a Amazônia ao capital significava inserí-la plena e definitivamente no mercado nacional e internacional, nas trocas mediatizadas pelo dinheiro sob a égide do capital industrial e financeiro. Significava transformar seus recursos naturais em valores

> que pudessem ser incorporados ao circuito das trocas monetárias com a produção industrial nacional ou internacional, isto é, se tornar parte integrante da circulação do capital. Isso não podia ser realizado sem a mobilização do trabalho que valoriza recursos (terra, mata, minério), isto é, sem a formação de um mercado de trabalho (HÉBETTE, 1985, p. 75-76).

A constituição de um mercado de trabalho, em área de fronteira, inicialmente, tinha o propósito de garantir um excedente de mão-de-obra barata e, dessa maneira, reduzindo os custos de produção. A formação desse mercado de trabalho estava colada à implementação de grandes projetos, de obras de infra-estrutura e a constituição de grandes fazendas, isso vai forçar uma grande migração em direção a Amazônia Legal.

O capital, representado pela aliança burguês-militar, encontra a fórmula "certa" para a manipulação do enorme território da Amazônia Legal. Essa manipulação ocorre em função da enorme extensão da região, associada à descoberta e exploração de seus inúmeros recursos naturais. O modelo de desenvolvimento, cuja intenção é atrair o capital para essas novas áreas, tem seu grande esteio nos pólos de desenvolvimento. Por isso May (1999) diz que:

> Os modelos de desenvolvimento e utilização de recursos naturais inspirados tanto na exploração da margem extensiva, quanto na intensificação da margem intensiva, têm levado a custos ambientais de crescente magnitude. Na margem extensiva, preocupações quanto ao efeito da extração desenfreada de madeiras tropicais e da conversão de vastas áreas em pastos improdutivos. Com respeito aos recursos naturais, este processo é acompanhado pelo esgotamento da produtividade dos solos, empobrecimento da biodiversidade tropical e perda de captação hídrica dos mananciais (MAY, 1999, p. 275-276).

Os pólos de desenvolvimento dependiam de um volume muito grande de investimentos para a implantação da obras de infra-estrutura, o que era conseguido via empréstimos, no exterior. Esse foi um dos motivos que fez com que, entre as décadas de sessenta e setenta, o capital começasse a se dirigir para a Amazônia. A contrapartida foi o aumento da dívida externa e uma maior dependência do Brasil em relação ao capital externo. Com isso, várias frações do capital se dirigem para a região. Nessas condições, Hébette afirma.

> Desde 1960, a Amazônia tinha se tornado um excelente mercado para a engenharia, as construtoras, os fabricantes de equipamentos; tinham implantado rodovias megamétricas e asfaltada uma delas, instaladas redes de telecomunicações usando micro-ondas e satélites, criando uma rede de portos e aeroportos modernos, alguns dos quais de classe internacional. Era a infra-estrutura básica para trocas ágeis de informações, produtos e pessoas indispensáveis a uma gestão capitalista. Ela ia ser completada progressivamente pela formação de uma malha de instituições financeiras e de agências bancárias que agilizassem, por sua vez, o movimento arterial de dinheiro até as sedes dos menores municípios, certas vilas e até canteiros de obras (HÉBETTE op. cit., p. 77).

Na Amazônia Legal, como se percebe, o capital age em várias frentes: "[...] se concentra em torno da terra, da madeira, de alguns minérios como manganês, bauxita e outros. Mas como o interesse do capital se cruzou com o interesse dos trabalhadores, a procura sempre se deu em forma de uma luta de classe [...]" (HÉBETTE, op. cit., p. 79).

Nesse sentido, Souza (1995) afirma que as intervenções territoriais geralmente são avaliadas por parâmetros muito estreitos, pois, acima dos interesses coletivos, estão sempre os interesses dos grupos econômicos que, no caso da Amazônia Legal, causam grandes danos às comunidades e ao meio ambiente.

Para May a forma de desenvolvimento que se processa na Amazônia Legal deve passar por um amplo debate público, a fim de que o "investidor" e/ou o "empreendedor" que queira aplicar seu capital nessa região,

> [...] incorpore uma ética de cuidados com a natureza, na qual o comportamento individual é percebido como contribuidor à manutenção da qualidade de vida e do ambiente rural. A superioridade do 'produtivismo' como objetivo determinante do comportamento individual é fruto da participação do produtor num sistema tecno-econômico institucionalizado, enquanto a ética de conservação é fruto de uma percepção de responsabilidade pessoal [...]. O grau de importância da extração da riqueza, pela satisfação dos desejos de consumidores no varejo, é crescentemente 'desvinculado da sua profunda base ecológica e social [...] e cada vez mais determinado pelo movimento de interesses globais (MAY, op. cit. p.276).

A título de esclarecimento, durante a pesquisa de campo pôde-se constatar que a grande maioria dos agropecuaristas da região de Barra do Garças não tem

qualquer preocupação quanto aos impactos provocados pelo desenvolvimento predatório da Amazônia. Alguns acham que a Região por sua dimensão e pelo patrimônio que possui, jamais será totalmente exaurida de seus recursos. Daí a utilização de práticas predatórias, como a derrubada da mata e as queimadas.

O estudo de Sousa (1995) aponta para o fato de que o desenvolvimento econômico, em áreas de fronteira, levanta questões importantes a respeito da democracia no Brasil, uma vez que a forma como vem ocorrendo o desenvolvimento dessas áreas acaba não respeitando os territórios e a autonomia dos povos e das comunidades locais. Por isso,

> A territorialidade não é somente um epifenômeno no contexto da luta por uma maior justiça social é, como horizonte "utópico", uma luta pela plena autonomia. Para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representa ambos uma *conditio sine qua non* **(grifo nosso)** para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no território (SOUZA, 1995, p.112).

O avanço da fronteira traz à tona vários questionamentos que passam pela questão da autonomia, da liberdade e da democracia, além de suscitar problemas relacionados ao desenraizamento, à migração, ao inchaço das cidades e à violência. Nesse sentido, a formação de novos municípios em regiões de fronteira deve passar necessariamente pela discussão a respeito do uso do território, pois para os capitalistas agrários ocupar terras de fronteira representa o monopólio e a territorialização de enormes áreas para a ampliação do capital, enquanto para as populações rurais e indígenas significa a sobrevivência humana e cultural.

Modernização da fronteira e a problemática do desenraizamento

A modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola brasileira é a expressão dos interesses de uma elite que se utiliza da violência e da força para expulsar aqueles que eram vistos como atravancadores do progresso. Isso resultou em expulsão e migração de populações indígenas e rurais.

Esse processo migratório foi constatado, junto a famílias residentes no Bairro Vila Maria, quando se procurava saber as causas que motivaram a vinda

delas para Barra do Garças. Os números indicam que 20% dos entrevistados migraram para a cidade movidos pela perspectiva "de acesso fácil às terras em Mato Grosso"; 30%, migraram para o município porque souberam "que estavam distribuindo terra no Mato Grosso" e 50% migraram "em busca de trabalho", "para melhorar de vida" ou "para dar estudos aos filhos". O caso de J., é expressivo a esse respeito:

Vim para Barra do Garças por causa de emprego, foi o lugar que mais ganhei dinheiro na vida. Quando morava em Baliza-GO, passei muita fome e privação. Lá era muito fraco, lá a profissão da gente era garimpo, não tinha lavoura quando acabava o garimpo a gente ficava a toa, sem fazer nada, passando até fome, mudei por causa disso (J. 71 anos, goiano, entrevistado em 01/02/99).

O imaginário de quem via o sertão como lugar da fartura, lugar da felicidade, foi aos poucos se deparando com uma realidade de desenraizamento e da luta pelo re-enraizamento que transforma as populações locais ou os migrantes em simples errantes, "vagando" de um lugar a outro à procura de um novo espaço para se re-enraizar.

Decorrência disso, a concepção de "fronteira deve ser vista como algo que comporta várias dimensões como a geográfica, a econômica, a demográfica, a social, a política, a militar, a ideológica, a religiosa[15]" e a cultural. Assim, a modernização da fronteira é o avanço dos capitalistas sobre as terras indígenas e de posseiros e ocorre em forma de conflitos ou naquilo que os antropólogos qualificam de *fricção interétnica*[16]. Em outras palavras, na medida em que as frentes geográficas, demográficas e as relações capitalistas avançam sobre as terras tribais e de posseiros, os conflitos se tornam cada vez mais generalizados, resultando em subjugação, expulsão e/ou em mortes.

A verdade é que, a partir dos anos trinta, o Centro-Oeste, começa a ser disponibilizado para o capital. Em função disso, surgem centenas de municípios, a maioria deles cercada de *commoditties* agrícolas, principalmente, soja e algodão. Nesse sentido, a função desses municípios é servir de logística para o *agronegócio*.

---

[15] Os padres salesianos, por meio do Bispo de Goiás, Dom Aquino, se incumbiram de levar a "salvação" às almas perdidas dos sertanejos, isto é, sob essa alegação esses missionários se tornaram os porta-vozes da civilização em plena selva e, ao mesmo tempo, iniciaram um processo de subjugação (de amansar) das populações indígenas estabelecidas na região.

[16] Consultar OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1972.

Esta é a principal razão que torna o Centro-Oeste a Região mais urbanizada do País, segundo o IBGE[17]. Essa forma de desenvolvimento provoca um acentuado processo de migração e desenraizamento que, de acordo com Weil,

> [...] é a mais perigosa doença das sociedades humanas porque se multiplica a si própria. Seres realmente desenraizados só têm dois comportamentos possíveis: ou caem numa inércia da alma quase equivalente à morte [...] ou se lançam numa atividade que tende sempre a desenraizar, muitas vezes por métodos violentíssimos, os que ainda não estejam desenraizados ou que estejam só em parte (WEIL, 1989, p. 351).

Sertão, progresso, imaginação, desenraizamento, conflitos e resistências se inserem numa idéia de desenvolvimento a qual carrega as marcas da doutrina positivista, isto é, do autoritarismo, da ordem e do progresso. Desse modo, descarta-se tudo o que é visto como sinônimo de atraso, no caso o sertão e suas populações. São essas teorias que comportam uma relação contrastante entre países ou regiões atrasados *versus* desenvolvidos. Para Bonetti isso significa:

> [...] planeja-se o desenvolvimento econômico considerando-se racional a expansão da produção econômica centrada na capacidade técnico-industrial, atendendo, por conseguinte, aos interesses inseridos na dinâmica das relações nacionais e internacionais da produção. É a partir da premissa, segundo a qual a modernização constitui caminho que conduz a sociedade à razão e por conseqüência, à plenitude do seu bem-estar, que o Estado implementa o processo de desenvolvimento de regiões consideradas periféricas [...] (BONETTI, 1996, p. 01).

Com isso, a historiografia burguesa tentou passar uma espécie de mata-borrão na história de comunidades, ao dar uma versão histórica que retratava os interesses dos vencedores. Esses historiadores procuram esconder uma história de massacres, de genocídios, de epidemias, de torturas e de violências das mais variadas. Dessa maneira, "literalmente", sumindo com os vencidos.

A história oficial, ao proceder dessa maneira, saiu em defesa do patriarcalismo, do cartorialismo e do coronelismo, próprios das classes dominantes

[17] Para o IBGE, Censo Agrícola de 2003, 85% da Região Centro-Oeste encontram-se urbanizados. Isso se deve ao fato de que seu território encontra-se nas mãos de um reduzido número de privilegiados que criam as cidades para servirem de logística para seus negócios.

brasileiras. Assim, a historiografia burguesa acabou retratando apenas os feitos de algumas famílias, esquecendo-se das pessoas do povo, da gente simples, verdadeiros fundadores do Brasil.

Lenharo (1986), Keller (1975), Silva (1935) e Martins[18] mostram a importância da contribuição dos sertanejos, dos desbravadores e dos índios, indivíduos vistos como anônimos e irrelevantes para a historiografia oficial. No entanto, foram e são importantes para o processo de ocupação da região do Médio Araguaia.

O atual contexto histórico do Mato Grosso-goiano mostra uma história construída somente por alguns indivíduos das classes dominantes e pelos chamados "pioneiros", portanto, trata-se de uma História em que se descarta a participação das pessoas mais humildes.

Essa concepção de "pioneiro" tem sido objeto de acirradas polêmicas na medida em que são muitos aqueles que reivindicam para si tal título, ou seja, iniciadores do processo de desenvolvimento do Estado. De um lado, estão ex--funcionários da Fundação Brasil Central, que se achavam os verdadeiros pioneiros, já que foram os primeiros a chegar na Região para promover o progresso. De outro, estão centros-sulistas, principalmente os gaúchos, que se arrogam o direito de serem os únicos "desbravadores" e/ou "pioneiros[19]". A pergunta que se faz é: onde ficam os índios, os nortistas e nordestinos que chegaram à região no final do século XIX e início do século XX.

Considerações finais

Este artigo mostrou que questões externas, levaram o Governo brasileiro a se preocupar com a Amazônia Legal, uma enorme região que praticamente

[18] Os seguintes trabalhos de Martins 1997, 1996, 1995, 1993, 1988, 1985, 1983, 1982 e 1975, trazem mais informações sobre a história da questão agrária no Brasil.

[19] É interessante notar que nesse processo de desenraizamento, migração e re-enraizamento no qual são também vítimas, os gaúchos acham que se reunindo em seus centros de tradições "gaúchas", estarão imunes a outras demonstrações culturais. No contato com outras culturas, mesmo que seja conflituoso, vai existir sempre uma troca. Preservar de forma intacta suas tradições parece ser mais uma utopia. Parece que esses "gaúchos" não se dão conta de que a cultura que eles tanto defendem não é européia, é, sim, uma mestiçagem, resultado do cruzamento de duas etnias que tanto abominam, o negro e o índio, moradores do Pampa, ou seja, da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina.

estava abandonada. Foi nesse contexto que realmente se inicia o processo de construção do Projeto de Estado-Nação brasileiro.

Decorrência disso, desenrola-se uma discussão de cunho geopolítico, por meio do qual discute-se a necessidade de ocupar e desenvolver o interior do Brasil, eliminando, dessa forma, a dicotomia entre o sertão, a área atrasada e esquecida do interior do Brasil e o litoral, parte desenvolvida do país. Nessa discussão, chegou-se também à conclusão de que havia a necessidade de se implementar políticas públicas voltadas à incorporação dessas áreas ao patrimônio brasileiro. No bojo dessas discussões o Estado passa a contar com a participação de geopolíticos militares, como os tenentes Meira Mattos, Palma Travassos, Lysias Vasconcelos e outros, que defendiam a tese de que era necessário conhecer, mapear e ocupar o interior do Brasil.

A partir dessa visão são implementadas as políticas territoriais destinadas à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia Legal. Esse processo atinge seu auge durante os governos militares, momento em que grandes investimentos estatais são drenados para as obras de infra-estrutura e para a instalação de empresas agropecuárias que quisessem se instalar nas regiões Norte e Centro-Oeste. O resultado desse processo foi uma valorização substancial das terras dessas regiões e de um intenso fluxo migratório.

Esse fluxo atinge a Região do Médio Araguaia provocando grandes mudanças estruturais na paisagem e na memória social, de modo que, entre o passado e presente, a história dessa região interessa às gerações mais velhas e aos estudiosos. As novas gerações somente se interessam pelo tempo do capital.

A modernização da Amazônia Legal foi também acompanhada pela migração de trabalhadores rurais das áreas de forte tensão social, como era o caso das regiões Nordeste e Centro-Sul. Essa modernização converteu-se numa espécie de válvula de escape para não se fazer uma reforma agrária e, ao mesmo tempo, implicou num redimensionamento territorial, levando ao aparecimento de novos municípios que atendem aos interesses de grupos econômicos.

Durante o Regime Militar houve um acentuado processo de implementação, redistribuição, concessão de enormes porções de terras, concessão de incentivos fiscais a grandes empresários, além da implantação de obras de infra-estrutura. Isso tudo abriu as portas para a entrada do capital nacional/internacional na Amazônia Legal. Essa estratégia impede que os pequenos produtores

tenham acesso às terras dessa região.

A expansão da fronteira amazônica se dá a partir de novos representantes do capital que praticam uma política de territorialização de grandes porções de terras para, em seguida, criarem cidades que servem de base para seus negócios. Nesse processo, forçam o aparecimento de bolsões de segregações étnicas e econômicas.

Essas cidades têm áreas urbanas reduzidas e estão cercadas por grandes fazendas, cujos donos praticam uma agropecuária destinada à exportação. O curioso é que as novas cidades e, conseqüentemente, os novos municípios que surgem no Estado de Mato Grosso, estão localizados ao longo das rodovias BRs, 158, 070 e 163. Nesse sentido, esses municípios acompanham a estrutura de transportes já montada. Além disso, é interessante observar que essas rodovias formam uma espécie de leque, isto é, constituem vasos comunicantes ao longo dos quais o *agronegócio* se expande por todo o Estado. A BR 158 parte de Barra do Garças em direção ao sul do Pará. A 070, Brasília-Acre, atravessa as cidades de Aragarças e Barra do Garças tomando a direção Oeste do Estado, a BR 163 corta praticamente toda a área central, no sentido Norte-Sul do Estado de Mato Grosso, indo até Santarém no Pará.

A implementação desse modelo de desenvolvimento agrário provoca todo um processo de expulsão de posseiros, extermínio de populações indígenas, migração e degradação sócio-ambiental, cujos reflexos se fazem sentir em quase todos os cantos da Amazônia Legal. Com o avanço da fronteira agrícola em direção do Sul do Pará, Norte do Estado do Tocantins e Oeste do Maranhão. Essas regiões sofreram os maiores índices de queimadas durante o ano de 2004, conforme informações do Instituto de Pesquisas da Amazônia-INPA.

Nessa situação, o complexo constituído pelos municípios de Barra do Garças-MT, Aragarças-GO, retrata uma história de lutas, de violência, de arbitrariedades políticas, de práticas religiosas voltadas à catequização dos índios, de deslocamentos migratórios forçados e de muitas tentativas de re-enraizamento, principalmente por parte dos pequenos produtores rurais, uma vez que as terras de fronteira estão fechadas para eles.

Essas cidades, pelas posições estratégicas que ocupam, têm um movimentado comércio e uma boa infra-estrutura em termos de logística, além de serem uma espécie de porta de entrada pelo Centro-Oeste em direção ao Norte do País. Daí a explicação para o fato de o Estado voltar sua atenção para tais cidades.

Em síntese, o processo de expansão da fronteira agrícola, por quase toda a Amazônia Legal, teve como pressuposto uma ideologia que pregava ser importante par a construção da Nação e da identidade nacional, a incorporação ao patrimônio brasileiro dos chamados "espaços vazios" do interior do país. É verdade que ao final dos anos sessenta essa ideologia foi sendo modificada, dando espaço ao grande capital de modo que o que se vê atualmente é presença maciça do capital ditando o ritmo de seu desenvolvimento e colocando em risco a soberania nacional.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ARRUDA, Zuleika Alves e MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. *Urbanidade e ruralidade em São Paulo e Mato Grosso a caminho de um Brasil urbano?* 2003. (Monografia), Instituto de Geociências-Departamento de Geografia, Campinas: UNICAMP, 2003.

BERTA, K. Becker. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antonio e GALVÃO, Antônio Carlos. *Regiões e cidades nas regiões*. O desafío urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003.

BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio*: índios contam o massacre de sua gente. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

CASTRO, Ana Célia. O Plano Brasil em Ação e as oportunidades de investimento para as empresas do agribusiness. In. COSTA, Luiz Flávio Carvalho et. al. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Consta. In: CORREA, Robert. (Orgs.). *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Amazônia*: desenvolvimento e ocupação. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

FERREIRA, Eudson de Castro, FERNÁNDEZ, Antonio João Castrilo e PRAXEDES

DA SILVA, Evante. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde Sevolo de e LEITE, Sérgio. (Orgs.). In. *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil:* processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Porto Alegre/ Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

FERREIRA. João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado de Cultura, 1997.

FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse preliminar do Censo demográfico*. Mato Grosso-Fundação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1980 e 1981.

FUNDAÇÃO IBGE e MINSITÉRIO DO INTERIOR. *Relatório preliminar de desenvolvimento integrado dos Municípios de Aragarças-GO e Barra do Garças,* 1970.

GRAZIANO DA SILVA, José. (coord.). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.* **São Paulo: Hucitec, 1980.**

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização Dolorosa*. estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HALWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HËBETTE, Jean. Grandes projetos e transformações nas fronteiras. In: *Espaço & Debate*, n. 15, 1985.

IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

KELLER, Francisca Isabel Vieira**.** O homem da Frente de Expansão: permanência, mudança e conflito. In: *Revista de História*. São Paulo, ano XXVI, v. 60, n. 101-102, 1975.

KINZO, Mary Dayse. *Colonização e as transformações na estrutura de classes, de posseiro a colono.* Brasília: UnB, 1982. (Dissertação de Mestrado).

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Lisboa: Edições 70, 1989.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n. 12, mar./ago. 1986.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O desencanto do Oeste*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil. Meio tropical e espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia:* conceito e temas. Rio

de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Urbanização e imigração na Amazônia Legal: sugestões para uma abordagem Geopolítica. In: *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 32, 1979/1982.

MAY, Peter. A sustentabilidade do sistema agroalimentar: "Brasil em Ação" e reforma do Estado. In. COSTA, Luiz Flávio Carvalho et. al. *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira.* A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: *Tempo Social. Revista de Sociologia*. São Paulo: USP, 6 (1-12) : 25-70, 1994 (editado em junho de 1995).

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Não há mais terra para plantar neste verão* (o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no Renascimento Político no Campo). Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Expropriação e violência*: a questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MENDES, Cleide. Do extrativismo à produção de grãos. In: *Panorama Rural*. A Revista do Agronegócio. N. 67, ago. 2004.

MEIRA MATTOS, Carlos de. *Uma Geopolítica Pan-Amazónica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

MIRANDA, Leodete e AMORIN, Lenice. *Mato Grosso*. Atlas Geográfico. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MINISTÉRIO DO INTERIOR – SUDECO. IV Encontro do Centro-Oeste, a Nova Fronteira. In: *Anais.* Cuiabá, 30 de nov. a 01 de dez. de 1983.

MORAES, Denis. Notas sobre imaginário e hegemonia cultural. In. *Contratempo*. n.1, 1414-7483, s/d.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar*. Políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O índio no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1972.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio.In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, 1989.

RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. *Imaginário do Sertão*: histórias de migrantes. Projeto de Pesquisa. ICLMA-UFMT-PIBIC, 2002.

_____. O *Migrante e a cidade:* dilemas e conflitos. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia. Araraquara: UNESP, 2000.

_____. *Políticas Territoriais e Colonização numa Área da Amazônia Oriental*. 1993. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, USP, São Paulo, 1993.

SANTOS, José Vicente Tavares. São os migrantes tradicionais? In: *Travessia Revista do Migrante*. São Paulo, ano VIII, n. 23, set./dez. 1995.

SILVA, Silvana Cristina da. *Geração de Novos Municípios*: uma face da modernização dos macrossistemas técnicos do território. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia-UNICAMP, jul. de 2004.

SILVA, Hermano Ribeiro. *Nos sertões do Araguaia*. São Paulo: Saraiva, 1935.

SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. 3. ed. São Paulo: Assoc. Nac. de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território*:* sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. In. *Geografia:* conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA. ***Ângela Tude. As formas de expansão e os novos atores sociais na Amazônia brasileira.*** *In*: *Relatório da CUT sobre a Amazônia. São Paulo: CUT, 1990.*

WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

La presencia de los estudiantes indígenas de la etnia Xavante en el marco interaccional de las escuelas publicas urbanas: una estrategia de contacto[1]

Marly Augusta Lopes de Magalhães[2]

RESUMEN: En nuestra investigación hemos insistido en mostrar, a partir de un enfoque sociolinguístico interacional, la compleja realidad sociocultural y linguística de la *aldea urbana* en que se desenvuelve la vida de adolescentes y jóvenes Xavante, los aspectos más críticos y las condiciones actuales del conflicto linguístico en el espacio escolar. La información revelada debe incidir en la toma de iniciativas de diversa naturaleza que posibiliten revertir la situación actual.

Palabras-llave: Sociocultural- conflicto- espacio escolar.

RESUMO: Em nossa investigação insistimos em mostrar, a partir de um enfoque sociolinguístico interacional, a complexa realidade sociocultural e linguísitica da aldeia urbana na qual se desenvolve a vida dos adolescentes e jovens Xavante, os aspectos mais críticos e as condições atuais do conflito lingüístico no espaço escolar. A informação revelada deve incidir na tomada de iniciativas que possam reverter a situação atual.

Palavras-chave: Sociocultural – conflito – espaço escolar.

Introdución

Sin abandonar la concepción y el enfoque sociolinguístico punto principal de nuestro trabajo, y considerando que los factores actuantes en el proceso de interacción comunicativa y en las interferencias ocurridas en la comunicación diaria suelen ser no solo de naturaleza linguística sino también extralinguística, y que

[1]Projeto aprovado pelo CNPq.

[2]Pesquisadora do CNPq e Professora de Linguística da Universidade Federal de Mato Grosso/CUA e Doutora em Ciências Linguísticas pela Universidade Central "Marta Abreu" de Las Villas – Santa Clara – Cuba.

por tanto son analizables desde diferentes perspectivas, hemos decidido, a la hora de exponer los resultados de nuestra pesquisa no omitir los detalles significativos observados en el proceso de enseñanza -aprendizaje que suelen incidir de manera directa en el fracaso de los diferentes actos linguísticos de los sujetos principales de nuestra investigación.

De los diversos problemas encontrados en este grupo étnico en la ciudad, los más complejos son aquellos relacionados con el enfrentamiento a los continuos desafíos sociales a que se ven sometidos en su calidad de indígenas inmersos en una sociedad con fuertes prejuicios raciales y cuyo efecto incide en el comportamiento de los alumnos Xavante; y también las transformaciones en los núcleos de sus valores, causadas estas por los difíciles contactos diarios en los cuales interactúan.

Las interacciones dialógicas del día a día escolar entre sujetos culturalmente distintos.

Muchas veces la ignorancia de las diferencias culturales por la parte institucional conlleva a juicios peyorativos y a una desestimación de sus capacidades comunicativas, especialmente porque una forma de comportamiento linguístico que tiene para ellos un determinado significado sico-social suele tener otro muy diferente para el resto del colectivo escolar. Al recibir en las escuelas a este tipo de estudiante, una parte considerable de sus maestros ignora completamente los rasgos esenciales de su identidad, y desconociendo el principio de que la comprensión de la cultura y la comparación intercultural son componentes necesarios en la adquisición y en el dominio de una lengua, sin respeto alguno reprimen su comportamiento linguístico[31].

Si se entiende que una parte de la cultura se conforma con *las costumbres*

[3] Según Brandão (1986:7): "el diferente es el otro, y el reconocimiento de la diferencia es la conciencia de la alteridad; la apertura del sentimiento que se arma, de los símbolos de la cultura, para decir que ni todo es lo que yo soy y ni todos son como yo soy. Hombre y mujer, blanco y negro, señor y siervo, civilizado e indio... El otro es diferente y por eso atrae y atemoriza. Es necesario domarlo y, después, es necesario domar en el espíritu del dominador su fantasma: traducirlo, explicarlo, o sea, reducirlo, como realidad viva, al poder de la realidad eficaz de los símbolos y valores de quien pueda decir quiénes son las personas y lo que valen, unas delante de las otras, unas a través de las otras".

y creencias de un pueblo (Sapir, 1974) y que siendo valoradas positivamente por este pueden ser vistas con sospecha o desaprobación por otros, puede afirmarse que en la sociedad brasilera reina la ignorancia y la falta de conocimientos necesarios para comprender lo que las costumbres del indígena expresa y significa.

Según afirma Gumperz *(1988: 94)*. "*dentro de una determinada cultura aparecen determinadas señales no verbales que son usadas como parte del proceso comunicativo*". La naturaleza y el funcionamiento cultural de esas señales no verbales han despertado el interés de especialistas en comunicación no verbal, puesto que la comprensión intercultural es algo más que cualquier diferencia de valor, o esteriotipo racial o étnico.

De acuerdo con el juicio del autor , muchos malentendidos y rupturas comunicativas suelen estar relacionados no solo a las variaciones en el código linguístico, sino también en la percepción y en la interpretación de los movimientos faciales y gestuales aparentemente sin importancia. Por tanto, en una interacción cara a cara, todas las señales no verbales deben ser observadas y analizadas, pues muchas veces son factores primordiales para la comprensión del mensaje.

Hay hechos que lamentablemente deben considerarse, pues son parte de nuestras observaciones: esas señales no verbales son percibidas no solo en los movimientos faciales, sino, sobretodo, en las actitudes individuales e intergrupales. Cuando un alumno no indígena llega al escenario escolar, una gran parte de sus colegas se siente dispuesta en mostrarle los puntos comunes, los lugares donde la "pandilla" se reúne con los colegas novatos, los gestos de afecto son muchos.

Sin embargo, esto no ocurre con los indígenas, quedándose estos una gran parte de las veces marginados, excluidos y hasta olvidados por los propios colegas de la clase. Ese hecho forma parte de una costumbre social arraigada, fue eso lo que enseñaron en la escuela y en la familia respeto a estos pueblos, generalidades o dogmas que pueden ser, en ocasiones, los mismos que los alumnos indígenas aprendieron en su comunidad, respecto a la cultura no indígena y a los blancos. Entonces, desde la perspectiva del Xavante, la escuela, que debe ser un espacio en el que se tiene total libertad de comunicación y de expresión, se transforma, sin embargo, en una frontera de silencio, de frecuentes rupturas comunicativas y de actos de habla fracasados.

Factores que intervienen en la interacción diaria de los indígenas Xavante

En general los alumnos indígenas reconocen que las dificultades que ellos confrontan, a pesar del enorme esfuerzo que supone traspasar las barreras linguísticas, son originadas por el prejuicio racial y cultural. Por ello, muchos opinan que para evitar esos problemas el papel de la escuela es el de permanecer en la propia aldea, juntamente con una mayor valorización de esa escuela y de su propia cultura.

Por ese motivo actualmente existe un programa oficial de creación de escuelas en las aldeas, donde los que imparten el magisterio son también de las etnias indígenas formados en escuelas públicas de la ciudad, o religiosos no indígenas. A nuestro juicio, esto conlleva a una educación diferenciada que, hasta cierto punto, aísla al indígena del resto de la sociedad brasilera y en otros casos a problemas linguísticos relacionados con el dominio, por parte de los profesores indígenas, de la lengua oficial de la enseñanza, es decir, el portugués. Esta situación merece estudiarse en futuras investigaciones.

Existen tres puntos muy importantes para la constitución de los esquemas que entran en la formación de la cultura: forma, sentido y distribución. Para Pike (*1967: 33)*, esas dimensiones pueden ser consideradas de la siguiente manera: "*...en cualquier nivel de focalización, cada unidad* émica*, cada pedazo, incluso aquél cuyas fronteras parecen relativamente bien delimitadas, se divide estructuralmente en tres tipos específicos de componentes complejos que se superponen y que llamaré de modos...*"

Las *formas* son identificadas dentro de una cultura de acuerdo con su funcionalidad, y los *sentidos* son determinados o modificados de acuerdo con la interpretación de cada comunidad. Representan un análisis del universo y de cómo este es aprehendido en una sociedad. Las formas pueden ser estandarizadas, pero los sentidos son diversos de acuerdo con las clases sociales. En la *distribución* todas las unidades formales y significativas están dispuestas de manera estandarizada. Sus patrones de distribución son complejos y envuelven varios ciclos temporales, localizaciones espaciales y posiciones en relación con otras unidades.

Ésos tres elementos no existen probablemente independientes uno

del otro, dentro de una determinada cultura hay toda una relación dinámica entre ellos. Las formas son relevantes cuando tienen un sentido; y el sentido presupone una forma reconocida socialmente. Por otro lado, las formas pasan siempre a tener un significado en una ocurrencia de distribución estandarizada. Pero las estandarizaciones que posibilitan que ocurrencias consideradas únicas operen como iguales entre los miembros de una cultura no se desarrollaron para operaciones entre culturas. Cuando hay contacto entre culturas, hay posibilidad de interpretación distorsionada.

Los actos individuales de comportamiento y los actos de habla, a través de los cuales una cultura se manifiesta, no son exactamente iguales[2]. Cada acto es único, jamás se repite. Podemos citar como ejemplo el ritual de "perforación de la oreja" en la cultura Xavante, que tiene para sus miembros un significado de vital importancia, y donde hay un comprometimiento de toda la comunidad indígena; sin embargo, ese mismo acto en la cultura no indígena, es una actitud individual sin ningún comprometimiento grupal o social.

Si las costumbres de una cultura son transferidas al aprender otra cultura, es obvio que, al entrar en contacto esos dos sistemas culturales, pueden preverse cuáles serán los puntos críticos. Y es justamente en ese punto de convergencia en que se da el conflicto, especialmente reflejado en las evidencias linguísticas. Y es así porque como bien dice Bortoni-Ricardo, en *Discurso, género y educación (org. Magalhaes et alt.2003:178), "cuando hablamos, nos movemos en un espacio sociolinguístico multidimensional y usamos los recursos de la variación linguística para expresar esta amplia y compleja gama de identidades distintas"*.

Podemos registrar otras situaciones ocurridas cuando, por ejemplo, el mismo significado para culturas diferentes está asociado a formas diferentes, el alumno indígena, que busca actuar dentro de la cultura a la que está siendo incorporado, seleccionará su propia forma para alcanzar ese significado, y ocurre que muchas veces no percibe absolutamente el hecho de que está utilizando una forma desconocida para los otros. En suma, existe una situación idiomáticamente compleja para el alumno Xavante y está dada en gran medida por la inseguridad de expresar en la lengua del otro sus propios valores culturales identitarios.

Y en esta superposición de culturas y en este tipo de contacto de bilinguismo y diglosia es donde los problemas despuntan, porque en lo concerniente

a los alumnos no-indígenas ellos normalmente presuponen que su manera de actuar, de entender el mundo que los rodea, las formas y los sentidos que poseen son los modélicos, y por eso mismo la cultura del otro, que se vale de otras formas lingísticas y de otros sentidos, es estigmatizada. Entonces, en doble sentido se entrecruzan los aspectos negativos que operan en el conflicto linguístico.

Por otra parte, siguiendo la visión de Bakhtin (1990:75) sobre el lenguaje, la orientación de la palabra en relación con el interlocutor es muy importante, toda palabra procede de alguien pero está orientada al otro. Ella es el resultado de la interacción entre hablante y oyente y es la presencia del otro, con el cual se establece la relación, la que moldea lo que decimos y lo que el otro significa para nosotros.

De esta forma, siendo la interacción una unidad básica en el proceso de construcción del significado, cuando no se establece el diálogo entre las identidades sociales en conflicto ocurre una ruptura, que no siempre el profesor, en cuya voz debe estar la iniciativa interaccional, por cuanto tiene un gran poder de control sobre el significado, y por extensión de las identidades sociales de los alumnos, está totalmente capacitado para solucionar.

Todo lo anterior muestra, una vez más, la existencia real de una confrontación entre culturas y lenguas diferentes en el marco institucional de la educación pública. Se hace necesario, pues, un diálogo entre identidades culturales diversas, donde la alternativa entre la tradición y la modernidad no sea la exclusión o la asimilación, sino la aceptación de lo diverso, la integración real tanto desde el punto de vista cualitativo como cuantitativo. Ese principio dialógico es el que condiciona poderosamente todas las discusiones sobre los problemas y procesos sociales.

Mientras eso no suceda así estaremos presenciando en el contexto escolar una suma de creencias y actitudes linguísticas equivocadas en relación con cada lengua de uso, y que tienen incidencia en los métodos de abordar el proceso de la enseñanza, fundamentado actualmente en un monolinguismo que excluye cualquier intento de ínterculturalismo y de multilinguismo.

Uno de los intereses primordiales de la Sociolinguística es comprender cómo las lenguas se modifican en la interacción diaria de determinadas comunidades. Por ello, en el análisis de la naturaleza de tales procesos, las transformaciones ocurridas en el uso linguístico fue una cuestión básica de nuestro trabajo investigativo. Uno de los objetivos de nuestro proyecto es el estudio minucioso

de las variaciones que se procesan en las interacciones diarias entre los alumnos indígenas y el resto de la comunidad estudiantil no indígena.

Para ello hemos partido del presupuesto de Bortoni-Ricardo (1994: 177), según el cual "*la variación linguística, que ya fue vista en el surgimiento de la ciencia linguística como una ruptura de la unidad del sistema, es concebida hoy como uno de los principales recursos puestos a disposición de los hablantes para cumplir dos finalidades cruciales: a) ampliar la eficacia de su comunicación; y b) marcar su identidad socia*l".

Por eso mismo, un estudio como el que presentamos, enfocado hacia el contexto sociocultural y dentro del proceso de adquisición y uso de la lengua oficial por los indígenas Xavante, puede servir también de complemento a la hora de abordar la cuestión fundamental de la variación linguística, especialmente interesante cuando se trata de analizarla dentro de un contexto escolar, donde las manifestaciones verbales y no verbales (tanto en el plano de la forma como en el del contenido) tienen muchas veces connotaciones sociales, capaces de incidir en la capacidad variacional de la lengua.

En este proceso de recreación linguística no debemos perder de vista tampoco que la adquisición de una lengua se produce de manera gradual, y que por ello mismo no solo los alumnos que en la sociedad brasileña tienen el portugués como su lengua materna, sino también los alumnos indígenas cuando aprenden esta lengua, se someten a la variación y deben hacer grandes esfuerzos para adaptarse a ella.

Las variantes, los dialectos, los estilos; es decir, las modalidades en los que la lengua es habitualmente creada y recreada están contextualizados frecuentemente en la familia, en el barrio, y especialmente en la escuela, etc., y cada uno de ellos está caracterizado en cierta medida por un conjunto específico de relaciones. Pero esa capacidad de respetar las distintas modalidades y variantes geográficas, estilísticas o sociales de una lengua o de varias lenguas en contacto, no se ha constituido socialmente en una parte de la cultura y de la conciencia linguística nacional brasileña.

Fishman sostiene en este sentido que "*factores como prestigio, sentimientos de lealtad linguística, relaciones interpersonales vinculadas a poder e intimidad, y otros, por más importantes que sean para el propio usuario de la lengua, no pueden ser empíricamente verificados con facilidad, y tienden a significar diferentes cosas para diferentes personas en diferentes ambientes". (1*995: 47). En este particular punto

consideramos que en una competencia linguística integrada deben considerarse las adecuaciones de los medios a las características contextuales, las formas de integración de las diferentes partes del discurso y las estrategias discursivas de sus hablantes.

En la concepción metodológica de este trabajo y en su fundamentación teórica se han considerado diversos postulados que, en torno a la relación lengua, cultura y sociedad, fueron planteados por autores clásicos de la linguística, y que representan el marco inicial para el desarrollo de estudios posteriores que profundizaron en la variación sociolinguística, en la importancia de los factores socioculturales y en la complejidad de las relaciones que se establecen entre las lenguas.

Consideraciones finales

Delante de la complejidad y la envergadura de los desafíos en el campo de la educación indígena, un estudio sociolinguístico como este procura revelar problemas reales o potenciales en las interacciones dialógicas del día a día escolar entre sujetos culturalmente distintos, y al mismo tiempo enfatizar en la urgente necesidad de desarrollar estrategias políticas en el plano de la lengua que puedan derrumbar las barreras discriminatorias, tan presentes en los marcos de las escuelas públicas urbanas.

Entre los factores linguísticos, condicionados por el enfrentamiento entre dos culturas diversas, sobresalen la dificultad que supone expresar en otra lengua sus propios valores culturales identitarios, la inseguridad linguística que se manifestar frecuentemente en un silencio de resistencia, la desestimación del prestigio de su lengua por la parte institucional y la falta de un estrategia comunicativa para lograr una competencia linguística integrada.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 5º ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BORTONI RICARDO, S. M. *Variação Linguística e Atividades de Letramento em Sala de Aula*. Revista Internacional de Língua Portuguesa, 1994.

BRANDÃO RODRIGUES, Carlos. *Identidade & etnia. Construção da pessoa e Resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FISHMAN, Joshua. *Sociologia del Lenguaje*. Traducción de Ramón Sarmiento y Juan Carlos Moreno. Madrid: Cátedra, 1995.

GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. New York: Academic Press, 1988.

MAGALHÃES, Izabel. Maria Cristina, D. Leal. (Orgs.) *Discurso, gênero e educação*. Brasília: Plano Editora, 2003.

MAGALHÃES, Marly Augusta Lopes de. *La presencia xavante en el marco interaccional de las escuelas públicas de Médio Araguaia: análises de un conflicto linguístico*. Tesis de Doctor em Ciências Linguísticas. Santa Clara: Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villa. 2007.

PIKE, Kenneth L. Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior. 2º ed. The Hauge: Mouton, 1967.

SAPIR, Edward. El lenguaje. La Habana. Editorial de Ciências Sociales, 1974.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Editora Cultrix, 1987.

Composer
GRÁFICA E EDITORA

Diagramação
Impressão
Acabamento

Av. Segismundo Pereira, 145
B. Sta. Mônica - Uberlândia - MG
Fone: (34) 3236-8611
www.composer.com.br

(34)3818-2300
www.FACULDADEPATOSDEMINAS.com

UNIDADE I:
RUA MAJOR GOTE - 1408
CENTRO - CEP: 38700-001

UNIDADE II:
RUA TENENTE BINO - 86
CENTRO - CEP: 38700-108

UNIDADE III:
RUA DONA LUIZA - 145
CENTRO - CEP: 38700-164

UNIDADE IV:
RUA MAJOR GOTE - 1901
CENTRO - CEP: 38700-001